

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

MATHEUS CARVALHO ASSUMPCÃO DE LIMA

**TRANSFORMAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURIS SEM TERRA – DA REFORMA AGRÁRIA AO CERTIFICADO
DE RECEBÍVEIS AGRÍCOLAS (CRA)**

SÃO CARLOS- SP
2024

MATHEUS CARVALHO ASSUMPÇÃO DE LIMA

TRANSFORMAÇÕES DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES
RURAIS SEM TERRA – DA REFORMA AGRÁRIA AO CERTIFICADO DE
RECEBÍVEIS AGRÍCOLAS (CRA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política como requisito parcial para a obtenção do
título de mestre em Ciência Política da Universidade
Federal de São Carlos, sob a orientação do Professor Dr.
Júlio César Donadone.

São Carlos (SP)
2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciências Políticas

Folha de aprovação

Assinatura dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Mestrado do candidato Matheus Carvalho Assumpção de Lima, realizada em 11/06/2024.

Prof. Dr. [nome]

Instituição

Prof. Dr. [nome]

Instituição

Prof. Dr. [nome]

Instituição

AGRADECIMENTOS

A realização de um mestrado é uma tarefa árdua, que demanda tempo e dedicação não apenas daquele que se propõe a ingressar nessa jornada, mas também daqueles que se encontram próximos do acadêmico, que passam por desafios tão hercúleos quanto o mestrando e esta pesquisa não destoou desta regra geral.

Posto isso, agradecer àquelas pessoas que dividiram esta jornada é fundamental.

Inicialmente, necessário agradecer à minha família de origem, que sempre me apoiou nas mais diversas situações e não deixaram de me incentivar nas dificuldades. Durante o mestrado esse incentivo e apoio foram incontestáveis e merecedores de aplausos, os quais são rendidos neste momento.

Também necessário render agradecimentos ao meu orientador que, desde o início desta jornada, não desistiu da entrega desta pesquisa, sempre me buscando para o local de merecimento e incentivando a conclusão da pesquisa, mesmo quando esta, assim como eu, pareciam perdidas.

Imperioso agradecer também a pequena Maitê, que no decorrer dessa jornada se inseriu em minha vida, para me mostrar o significado verdadeiro de amor.

Por fim, agradeço a toda minha família, que me apoiou de forma irrestrita nessa longa jornada.

RESUMO

Os movimentos sociais são de fundamental importância para uma efetiva articulação e reivindicações em face do primeiro setor (governo) e se mostra imprescindível em uma sociedade democrática, visto que viabiliza a ampliação de discussões de políticas públicas salutares para parcela da população. Sob esse prisma, a atuação dos movimentos sociais direcionados à reivindicação da reforma agrária, especialmente o MST, é necessária no território brasileiro, visto tratar-se de um país, reconhecidamente, que prioriza latifúndios em detrimento da agricultura familiar. Posto isso, este trabalho se debruçou sobre todos o histórico de atuação do MST, considerando os precedentes históricos, a sua criação, evolução cronológica das narrativas e das atuações reivindicatórias, tomando como base, especialmente, as publicações feitas em meios de comunicação (jornal sem-terra, boletins informativos, site do Movimento etc.). Para além disso, também foi objeto de estudo a forma de angariação de recursos financeiros pelo Movimento com o passar dos anos. Nessa monta, fundamental a análise das formas de atuação do MST e das suas minúcias da comunicação do MST. E, por fim, uma avaliação de possíveis dissonâncias internas do MST como instituição e os assentados e trabalhadores camponeses.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Comunicação., Recursos Financeiro. Evolução Histórica. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Social movements are of fundamental importance for the effective articulation of demands in the face of the first sector (government) and are essential in a democratic society, as they enable the expansion of discussions on public policies that are beneficial for part of the population. From this perspective, the action of social movements aimed at demanding agrarian reform, especially the MST, is necessary in Brazilian territory, as it is a country that, admittedly, prioritizes large estates to the detriment of family farming. That said, this work focused on the entire history of the MST's actions, considering historical precedents, its creation, chronological evolution of narratives and demands, taking as a basis, especially, publications made in the media (sem-terra newspaper, newsletters, Movement website, etc.). Furthermore, the way in which the Movement raised financial resources over the years was also an object of study. In this regard, it is essential to analyze the forms of action of the MST and the details of the MST's communication. And, finally, an assessment of possible internal dissonances between the MST as an institution and the settlers and peasant workers.

Key words: Social movements. Landless Workers Movement (MST). Communication., Financial Resources. Historic Evolution. Family farming.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

B3 – Bolsa de Valores de São Paulo

CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

COPAVI – Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória

COOTAP – Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CIMI – Conselho Indigenista Missionário

CRA – Certificado de Recebíveis do Agronegócio

COAPAR - Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ESG - Environmental, Social and Governance (Ambiental, Social e Governança)

FINAPOPOP - Financiamento Popular

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IRGA - Instituto Rio Grandense do Arroz

ITR - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

MASTER - Movimento de Agricultores Sem Terra

UNB - Universidade de Brasília

UDR - União Democrática Ruralista

SEPAI - Secretaria de Políticas e Articulação Institucional

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PGPM – Política de Garantia de Preços Mínimos

PCB - Partido Comunista Brasileiro

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	11
2	PRECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	15
2.1	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ACESSO À TERRA E AS ORIGENS DO MST	15
2.2	ORGANIZAÇÃO E SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA	24
2.3	ATUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO MST	34
3	DEFINIÇÕES DE POLÍTICA AGRÍCOLA E POLÍTICA AGRÁRIA	42
4	METODOLOGIA DE PESQUISA	48
5	EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DISCURSO INSTITUCIONAL DO MST	51
5.1	INÍCIO DA LUTA CAMPONESA ORGANIZADA (1950-1984)	51
5.2	CRIAÇÃO DO MST E AS MUDANÇAS NA LUTA CAMPONESA (1984-2010)	67
5.3	MODELO COOPERATIVO E FINANCEIRIZAÇÃO DO MST	104
	CONCLUSÃO	119

1. INTRODUÇÃO

O Brasil, desde os seus primórdios, sempre foi um país dedicado, prioritariamente, ao desenvolvimento da economia agropecuária, haja vista a conjunção de diversos fatores favoráveis, como clima, extensão territorial, colonização etc.

Em análise ao último Censo Agropecuário, realizado em 2017, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é possível perceber que a agricultura familiar se tornou extremamente relevante para a economia do Brasil, sendo geradora de mais de 10 milhões de empregos diretamente, o que representa 67% do total de pessoas na agropecuária, significando 40% da renda da população economicamente remunerada no campo.

Relativamente à economia a agricultura familiar se tornou responsável por geração de receitas na ordem de 55,2 bilhões de dólares por ano, respondendo por 38% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário (EMBRAPA – 2017)

Nesse contexto da agricultura e da agricultura familiar insere-se a luta camponesa pelo acesso a terra e também os movimentos sociais reivindicatórios, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visto que integram, tanto no aspecto populacional, como no aspecto econômico, a seara agrícola.

Posto isso, a presente pesquisa se propõe a realizar uma avaliação sobre o processo histórico das ações reivindicatórias de redemocratização do acesso a terra, perpassando por várias fases de análise, isto é, a análise começa no período anterior à criação de movimentos minimamente organizados, também por períodos em que os trabalhadores rurais começam a se organizar na região Sul do país, através do MASTER, até a criação do MST.

Para além disso, também será feita uma avaliação do processo de criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), visto que tal movimento social pode ser utilizado como parâmetro de ativismo político e social, de modo a viabilizar a verificação das transformações sofridas no âmbito interno do MST no decorrer dos anos, especialmente em virtude da implementação, ainda que de forma tímida, de políticas públicas de acesso à terra.

De igual modo, é proposta também a análise da comunicação utilizada pelos trabalhadores rurais, no que concerne à luta por eles encampada.

Para tanto, foi feita uma avaliação dos editoriais publicados desde a década de 1950 até os dias atuais, passando, portanto, pelo Jornal Terra Livre (1954-1964), Jornal dos Trabalhadores Sem Terra (1964 em diante), boletins informativos do MST, cadernos de Formação do MST e também notícias veiculadas na grande mídia e sites oficiais do Movimento.

A avaliação destes mecanismos de comunicação objetiva a verificação de uma possível dissonância no discurso institucional dos movimentos sociais, especialmente o MST, com a realidade do trabalhador rural que se encontra nos rincões no Brasil. No bojo da pesquisa também haverá um direcionamento para os mecanismos de captação de recursos econômicos pelo próprio MST.

No caso do MST, o que se pretende avaliar, no que tange à captação financeira, são os meios utilizados pelo Movimento para tanto, especialmente, o uso do cooperativismo nos assentamentos e a transformação dos assentamentos em verdadeiras empresas, economicamente viáveis e rentáveis e as ausências de aplicação destes recursos para toda a classe trabalhadora do campo.

Busca-se, ainda, a avaliação das conquistas do MST no período pré constituição (pré 1984) e após a formalização do movimento (pós 1984), no que concerne às medidas de governança pública destinadas à Reforma Agrária, além de se debruçar sobre os impactos internos da existência de membros que ainda pleiteiam a atenção do Poder Público para a implementação de políticas para a democratização do acesso à terra e aqueles membros já possuidores de terras (assentados) e passaram a defender novas bandeiras, como a produção agrícola e a comercialização de tais insumos, como fonte de renda.

Trabalha-se, portanto, sobre a temática de que o MST nasceu como um movimento social postulante de medidas para redistribuição mais equânime da terra, passando, com o decorrer do tempo, por modificar sua arena de atuação, assumindo o papel de levantar bandeiras sociais e minoritárias diversas, até a chegada de um enfoque empresarial do movimento, o que torna o estudo de tal organização complexo, devendo haver um olhar crítico de tal evolução organizacional.

Para além disso, também será feito um estudo sobre como os pequenos agricultores integrantes do MST buscam mecanismos financeiros para subsidiar, economicamente, suas atividades, realizadas em pequena escala, tal como o uso do Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

Nesse cerne, é certo que este trabalho será embasado, prioritariamente, pela metodologia de cunho qualitativo, haja vista que o enfoque primordial está alicerçado no levantamento bibliográfico da cronologia histórica do MST, principalmente por meio da análise das publicações existentes nos sítios do MST, Jornal Sem-Terra e cadernos de formação, lançados no decorrer do tempo pelo próprio Movimento, como forma de avaliar a visão *interna corporis* dos integrantes do MST sobre o próprio movimento e sobre as políticas sociais governamentais.

Igualmente, é necessária uma breve análise sobre os conceitos de política agrícola e de política agrária, visto que são conceituações que impactam diretamente no estudo em comento.

A revisão de autores que tratam do tema da reforma agrária e dos seus impactos positivos e negativos para a coletividade e para a sociedade em geral também será utilizada, além de consulta detalhada dos arquivos disponíveis no sítio do próprio MST, como cadernos de formação, jornal sem-terra etc.

Esta pesquisa utilizará também o método histórico, a fim de verificar as políticas públicas adotadas durante gestões governamentais no âmbito federal, valendo-se, também do método quantitativo, com a avaliação da quantidade de decretos expropriatórios expedidos em determinados períodos, de modo a gerar um comparativo entre gestores políticos do Governo Federal.

Noutra senda, no que concerne ao desenho dos problemas de pesquisa, identifica-se que o centro nevrálgico da discussão se cinge com relação captação de recursos por parte dos movimentos sociais, para seu autofinanciamento.

Para além disso, é importante a verificação das políticas e medidas de governança pública relacionada à reforma agrária e redemocratização do acesso à terra (medidas governamentais de acesso à terra, propriamente ditas e programas governamentais de financiamento da produção rural, como PRONAF), por se tratar de um princípio inerente à atuação Administrativa, isto é, cumpre à Administração Pública observar princípios como a capacidade de resposta, integridade, confiabilidade, melhoria regulatória, prestação de contas e responsabilidade e transparência.

Nesse contexto, têm-se como problemática da pesquisa em testilha a verificação da cronologia de esmorecimento das políticas públicas ligadas à reforma agrária e aos incentivos à existência e manutenção de movimentos sociais e políticos, culminando com o rompimento da dependência com as medidas de governança para serem traçados caminhos independentes e autossustentáveis.

Pode ser considerada como uma problemática do presente estudo os possíveis contrassensos com a mudança de metodologia dos movimentos sociais para a arrecadação de recursos para financiamento de suas ações e sua subsistência, visto que têm se verificado uma tendência à adoção de mecanismos ligados essencialmente aos modelos capitalistas.

Para melhor entender o processo de formatação de cooperativismo e, posteriormente, de empresarialidade do MST, adotou-se como critério, no primeiro capítulo, a realização de um levantamento histórico do Movimento, por meio de uma revisão bibliográfica de autores que

dissertam sobre o tema, tais como Antônio Júlio de Menezes Neto, João Alexandre Peschanski, João Pedro Stedile e Bernardo Mançano Fernandes.

O trabalho se iniciará, no segundo capítulo, com uma revisão bibliográfica sobre a fase pré constituição formal do movimento, trazendo uma contextualização histórica da luta pelo acesso à terra, passando pelo período de formação do MST propriamente dito, chegando-se até a atuação contemporânea do MST.

No terceiro capítulo, serão traçados alguns conceitos importantes para a discussão, isto é, será feita breve digressão sobre os conceitos de política agrícola e política agrária, para melhor posicionar o leitor sobre todo o contexto que circunda a reforma agrária.

No quarto capítulo será apresentada a metodologia de pesquisa.

Por fim, no quinto e último capítulo, chega-se à apresentação da coleta de dados, para avaliar a evolução do discurso institucional do MST, considerando sua evolução história, abrangendo também questões econômicas e divergências internas do Movimento, além das modificações estruturais e organizacionais mais recentes, avaliando, inclusive, as conquistas, em cada um dos governos do Executivo Federal, do Movimento, com a avaliação, inclusive, de dados sobre assentamentos em cada um dos governos, para, então, no derradeiro capítulo tratar, especialmente, do MST como empresa geradora de lucros e as consequências, internas e externas, de tal formatação organizacional.

Como mencionado alhures, espera-se, com o encerramento das análises, compreender, a complexidade deste movimento social, utilizado no trabalho como parâmetro de avaliação, bem como perspectivas de sua atuação atual e futura.

2. PRECEDENTES HISTÓRICOS DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

2.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO ACESSO À TERRA E AS ORIGENS DO MST

A princípio, antes de se ingressar nos aspectos políticos e de atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e tratar de forma aprofundada sobre as transformações sofridas, baseada nas formas de comunicação interna e externa do Movimento, faz-se necessária breve digressão sobre o arcabouço histórico e cronológico, a fim de compreender as origens da organização, sua evolução e o patamar contemporâneo de atuação.

Conforme se depreende de artigo elaborado e publicado sobre o tema por Cristian Da Cruz Chiabotto e Rosangela Montagner, o MST é considerado como um dos maiores movimentos sociais da América, tendo surgido, efetivamente, na década de 1980, embora suas origens estejam em épocas anteriores:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social brasileiro de caráter popular e de massas, considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. O MST, da forma como organiza-se hoje, surge na década de 80, no entanto, é fruto das inúmeras lutas camponesas enraizadas nos problemas da desigualdade no Brasil, a partir da invasão pelos portugueses e do genocídio dos indígenas nativos os quais essas terras habitavam.¹

Os estudos existentes sobre o MST são consensuais em mencionar que o surgimento do Movimento deriva do modelo agrário, ampla e historicamente, adotado no Brasil, que se baseia, essencialmente, na exploração extrema dos recursos naturais e na concentração fundiária em pequenos grupos, sendo conveniente mencionar, novamente, Cristian Da Cruz Chiabotto e Rosangela Montagner:

¹ CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista Nera**, [S. l.], n. 57, p. 210–231, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8502>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

A história das lutas camponesas baseia-se na história da estrutura política e econômica do Brasil. As disputas por territórios e por grandes áreas de terras concentradas na posse de poucos donos uma concepção distante de ser o início construído dessa história a qual se inicia com o descobrimento do país.²

Na literatura é possível encontrar autores que, para tratar do surgimento do MST, regressam ao período colonial, como é o caso de Chiabotto e Montagner, e existem autores, como João Alexandre Peschanski e Antônio Júlio de Menezes Neto que regressam a períodos mais próximos, sendo que o primeiro traz relatos desde a década de 1940, ao tratar da reserva indígena de Nonoai/RS, que pertenceu aos índios Kaingang, e o segundo trata do “milagre econômico” da década de 1970, para falar do ressurgimento das lutas classistas:

O esgotamento social, político e econômico do chamado “milagre econômico”, acontecido na primeira metade dos anos 70, propicia o ressurgir das organizações e movimentos populares. As reivindicações pelo estado de direito e cidadania avolumam-se. É o período de renascimento das greves, da anistia, das associações de moradores.³

Para o presente trabalho, por buscar uma cronologia mais longa do surgimento da luta pela terra, entende-se pertinente regressar à década de 1840, para falar do projeto da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, que dispunha sobre terras devolutas do Estado Brasileiro e visava evitar a invasão de terras por ex-escravos:

Vejamos o descrito por Ricardo Westin em artigo sobre a questão agrária brasileira:

Não foi por acaso que a Lei de Terras nasceu em 1850. Duas semanas antes de ela entrar em vigor, outra norma histórica havia sido assinada por dom Pedro II: a Lei Eusébio de Queirós. Foi a primeira das leis abolicionistas. Por meio dela, o Brasil, pressionado pela Grã-Bretanha, proibiu a entrada de novos escravos africanos no território nacional. Embarcações britânicas passaram a interceptar navios negreiros no Oceano Atlântico e confiscar a carga humana. Os latifundiários entenderam que a escravidão, mais cedo ou mais tarde, chegaria ao fim e que os seus cafezais corriam o risco de ficar sem mão de obra. A Lei de Terras eliminaria esse risco. Uma vez tornadas ilegais a invasão e a ocupação da zona rural, tanto os ex-escravos quanto os imigrantes pobres europeus ficariam impedidos de ter suas próprias terras, ainda que pequenas, e naturalmente se transformariam em trabalhadores abundantes e baratos para os latifúndios.⁴

2 CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosângela. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista Nera**, [S. l.], n. 57, p. 210–231, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8502>>. Acesso em: 5 dez. 2023.

3 NETO, Antônio Júlio de Menezes. Além Da Terra: **A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST**. Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 16, 70, 72, 73, 79, 2001. Disponível em: <http://bdac.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023

4 WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado Federal**, ed. 71, 2020. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Atualmente%2C%20apenas%200%2C%25,cobrem%205%25%20do%20territ%C3%B3rio%20rural>>. Acesso em 15/01/2023.

O projeto, como se vê-, visava privilegiar aos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades, como descrito por WESTIN:

No Segundo Reinado, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades⁵.

Vejam os quanto previsto no art. 2º, da mencionada Lei demonstra o intuito de evitar invasões:

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou de alheias, e nellas derribarem mattos ou lhes puzerem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bemfeitorias, e de mais soffrerão a pena de dous a seis mezes do prisão e multa de 100\$, além da satisfação do damno causado. Esta pena, porém, não terá logar nos actos possessorios entre heréos confinantes.

Parapho unico. Os Juizes de Direito nas correições que fizerem na forma das leis e regulamentos, investigarão se as autoridades a quem compete o conhecimento destes delictos põem todo o cuidado em processal-os o punil-os, e farão effectiva a sua responsabilidade, impondo no caso de simples negligencia a multa de 50\$ a 200\$000.⁶

O marco legal da Lei de Terras para a questão agrária no Brasil e para a luta do MST é corroborada por BALDIN e ORSO:

Assim, “Lei de Terras de 1850” foi o marco legislativo de que se valem os historiadores para dividir a história da luta pela terra ou os conflitos agrários no Brasil em duas fases distintas.⁷

Segundo os mesmos autores (BALDIN e ORSO) a Lei de Terras também marca o início da primeira fase da luta pela terra, conhecida como fase messiânica, em razão do apoio da igreja, fase que perdura até 1940:

5 WESTIN. Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado Federal**, ed. 71, 2020. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Atualmente%20apenas%200%2C7%25,cobrem%205%25%20do%20territ%C3%B3rio%20rural>>. Acesso em 15/01/2023.

6 BRASIL. LEI Nº 601, 1850, art. 2º, caput. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, RJ; Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20Nº%20601%2C%20DE,sem%20preenchimento%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais.>>. Acesso em: 10/02/23.

7 BALDIN, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra- MST - Educação em Movimento. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, nº 50 (especial), pag. 275-285, mai.2013.

A primeira fase, classificada como “messiânica”, vai de 1850 até 1940. Foi assim nomeada, pelo fato das lutas estarem associadas à presença de líderes religiosos de origem popular, os quais pregavam ideologias de cunho milenarista, ligada ao catolicismo popular.⁸

A participação da igreja na formação do MST também é mencionada por Antônio Júlio de Menezes Neto em sua dissertação:

O MST origina-se nas lutas dos expropriados da terra, principalmente no sul do Brasil, com o apoio das alas das Igrejas que seguiam a Teologia da Libertação. Majoritária neste contexto, a Igreja Católica, em grande parte devido à ação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Conselho Indigenista Missionário (CIMI)- e da Comissão Justiça e Paz, apresenta a sua face comprometida com os interesses dos explorados e abre seus espaços, inclusive os espaços físicos, para os trabalhadores do campo. Setores progressistas das igrejas Luteranas, com base no sul do Brasil, também foram importantes na gênese do MST.⁹

Nesse contexto, surge, um movimento, minimamente organizado, para reivindicar políticas públicas voltadas à redemocratização da terra e pela reforma agrária, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), iniciado em junho de 1960, o qual, nas palavras do próprio MST, antecedeu suas atuações:

No dia 24 de junho de 1960, há exatos 50 anos, surgiu no Vale do Rio Pardo um movimento que antecipou, no Rio Grande do Sul, as propostas e estratégias do MST na luta pela reforma agrária.¹⁰

Tal pensamento é corroborado por Sérgio Prieb:

A história do MST começa exatamente onde a história do MASTER termina. Talvez, devido à diferença da tendência política que lideram hoje o MST (igreja católica e PT), em relação às que compunham o MASTER (PCB e PTB), haja de parte de alguns líderes do MST uma tendência a atribuir a todos os movimentos camponeses surgidos antes dele, um caráter partidarizado e eletista.¹¹

A atuação do MASTER também rendeu observação de NETO, em sua obra sobre o MST:

8 BALDIN, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra- MST - Educação em Movimento. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, nº 50 (especial), pag. 275-285, mai.2013.

9 NETO, Antônio Júlio De Menezes. Além Da Terra: **A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST**. Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, pag. 70, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023.

10 Master nasceu há 50 anos na luta pela reforma agrária no RS. **Gazeta do Sul**. Jun. 2010. Disponível em: <<https://mst.org.br/2010/06/24/master-nasceu-ha-50-anos-na-luta-pela-reforma-agraria-no-rs>>. Acesso em 10/12/2023.

11 CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adair da Silva; LEONARDI, Alex. apud PRIEB, Sérgio. Os Movimentos Sociais Do Campo No Rio Grande Do Sul e a Reforma Agrária: Do Master Ao MST. 2009, pag.13. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivascontemporaneas/2009/vol4/no2/1.pdf>>.

Surge, também, com peso no processo político do momento, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no Rio Grande do Sul, ligado ao governador Leonel Brizola, e reaparecem as Ligas Camponesas em quase todos os estados brasileiros, apesar de sua maior presença no Nordeste e, mais especificamente, em Pernambuco.¹²

Cabe mencionar que existem mentes dissonantes quanto à relação entre o MASTER e o surgimento do MST, uma vez que o MASTER teria sido derrotado após o fim do governo Brizola, nas palavras de João Pedro Stédile em entrevista coletada na obra *Brava Gente - A trajetória do MST e a Luta pela terra do Brasil*:

No Sul tivemos, antes do golpe, a experiência do Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master). Mas o ressurgimento da luta, ou, especificamente, o surgimento do MST no Sul não tem muito a ver com a memória histórica do Master. Até mesmo porque ele foi derrotado politicamente em 1962, não em 1964, quando veio o golpe militar¹³.

O Master teve como motivação inicial a busca por reintegração de posse em uma área aproximada de 1.800 hectares, no município de Encruzilhada do Sul, especificadamente no Distrito de Faxinal, cuja área era habitada por mais de 04 (quatro) décadas por 300 famílias.

No início da década de 1960 os ocupantes da citada área foram judicialmente intimados sobre a reintegração favorável a Euclides Lança, alegado proprietário da área, de modo que deveriam deixar a propriedade. Diante da decisão judicial, os camponeses decidiram organizar o movimento para lutar pela terra, lançando, via de consequência um manifesto.

O MASTER é considerado por alguns autores, como, por exemplo, Daniel Arruda Coronel, Adayr da Silva Ilha e Alex Leonardi, como um dos movimentos pioneiros do Rio Grande do Sul na luta pela terra:

O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) foi o primeiro movimento de pequenos agricultores, surgido na Região Sul do Brasil, precisamente no Rio Grande do Sul (RS), no final dos anos 50, e era fortemente ligado a lideranças do antigo Partido Trabalhista (PTB) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).¹⁴

12 NETO, Antônio Júlio De Menezes. *Além Da Terra: A Dimensão Sociopolítica Do Projeto Educativo Do MST*. Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 49, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023.

13 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil*. 3ª reimpressão. São Paulo/SP. Ed Fundação Perseu Abramo. 2005. p. 17.

14 CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. *Os Movimentos Sociais Do Campo No Rio Grande Do Sul e a Reforma Agrária: do Master ao MST*. 2009, p. 11. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivascontemporaneas/2009/vol4/no2/1.pdf>>.

As reivindicações inauguradas pelo Master se mostraram de grande relevo para a discussão da reforma agrária no Brasil, bem como para demonstrar a possibilidade de organização de movimentos pleiteantes da democratização do acesso às terras.

Vejamos citação de João Carlos Tedesco em artigo sobre o tema:

(...) esse movimento serviu, ainda que de forma indireta, para despertar a opinião pública para a realidade agrária daquele momento, alertando para o esgotamento da fronteira agrícola e, ao mesmo tempo, denunciando, ainda que de forma tímida, a histórica concentração fundiária existente no Brasil, em geral, e no estado sulino, em particular.¹⁵

Após o marco inaugural do Master no norte do Estado Gaúcho, o movimento passou a ser difundido pelo restante do Estado.

Isto porque, em 1962, na região noroeste, os camponeses vindos do Município de Nonoai/RS, ocuparam o imóvel rural denominado de Fazenda Sarandi, cuja área estava abandonada e pertenciam a uma empresa uruguaia. O assentamento chegou a contar com a participação de mais de 1.300 pessoas, o que demonstra a aderência popular ao movimento.

A participação política na questão da reforma agrária gaúcha foi substancial, com a adesão de Leonel Brizola ao ideal, de modo que o chefe do Poder Executivo Estadual Gaúcho, considerando as circunstâncias do assentamento da Fazenda Sarandi, decretou a desapropriação 25 mil hectares da propriedade invadida, com a divisão da área.

Com o apoio governamental de Brizola e com as vitórias conquistadas nos assentamentos do MASTER, outras ocupações foram realizadas, como o Acampamento de Banhado do Colégio no Município de Camaquã/RS (1962).

No entanto, com a mudança da chefia do Poder Executivo Estadual, que passou a ser exercido pelo governador Ildo Meneghetti (1963-1966), com ideais conservadores, de forma que não subsistiu apoio aos movimentos em prol democratização do acesso à terra, de modo que o governo gaúcho adotou postura reativa, conforme descrito por CORONEL, ILHA e LEONARDI em obra dedicada ao estudo do MASTER e do MST.

O período da ditadura militar trouxe efeitos deletérios ao MASTER, que perdeu apoio político e suas reivindicações se esmaeceram com o passar do tempo, mas serviram como embrião para o MST (PRIEB, 1994).

15 TEDESCO, João Carlos. **A ocupação da granja Macali**: marco na luta camponesa no norte do RS. Ag. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/08/28/artigo-a-ocupacao-da-granja-macali-marco-na-luta-camponesa-no-norte-do-rs/>>. Acesso em 27/08/2023.

Perpassada a avaliação das origens mais remotas e longevas do MST, convém tratar do Movimento em si, e sobre a formatação formal do MST, sendo pertinente a fala de Bernardo Mançano Fernandes, sobre as origens do movimento:

No princípio da formação do MST (1979-1984), os sem terra construíram suas primeiras experiências, cientes de que eram herdeiros da resistência camponesa. Desde essa época, sabedores de que a questão agrária não mudaria, a não ser por meio de suas ações, esses trabalhadores rurais começaram a construção de um movimento social que se tornaria, na década de 1990, uma das mais importantes organizações sociais do Brasil.¹⁶

Outro elemento histórico que deve ser lembrado como sendo um embrião para o MST é a ocupação, em 01/09/1979, das granjas Macali e Brilhante, em Ronda Alta/RS, que rememoraram as tratativas inerentes às terras devolutas (pertencentes ao Estado) na Fazenda Sarandi.

Necessário, nesse ponto, citar as falas de João Pedro Stédile, integrante da coordenação nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sobre Macali e Brilhante:

Essas ocupações representaram a retomada da luta camponesa no estado, fazendo ligação com a luta histórica da região. Então Macali e Brilhante foram a ponte entre o pré-64 e a luta pós-ditadura militar. Foi o ressurgimento do movimento camponês sem o medo da repressão.¹⁷

As ocupações de Macali e Brilhante fortaleceram os movimentos sem-terra, gerando um ambiente propício para o assentamento de Encruzilhada Natalino, que também merece ser mencionado neste trabalho.

A importância das glebas de Macali e Brilhante é destacada por CORONEL, ILHA e LEONARDI:

Como forma de pressionar os governantes federais e estaduais, os pequenos agricultores começaram a invadir várias propriedades rurais improdutivas. Merecem destaque as ocupações das glebas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta

16 FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Set. 2000. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/105/O%20MST%20e%20a%20luta%20pela%20reforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf?sequence=1#:~:text=Dessa%20forma%2C%20os%20sem%20terra,eram%20herdeiros%20da%20resist%C3%A2ncia%20camponesa>>. Acesso em: 30/08/2023.

17 Rauber, Maiara. A notoriedade das ocupações Macali e Brilhante é histórica. **Brasil de Fato**. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/09/19/a-notoriedade-das-ocupacoes-macali-e-brilhante-e-historica>. Acesso em 05/03/2023.

(RS), em 1979, e a Fazenda Burro Branco, em Campo Erê (SC), em 1980 (CORONEL, 2005).¹⁸

Em 1981, surge um novo acampamento de pessoas pleiteantes da reforma agrária, conhecido como Encruzilhada Natalino, o qual é considerado o marco da luta pela democratização da terra e do nascimento do MST.

O acampamento também mencionado por Antônio Júlio de Menezes Neto como de salutar importância para o surgimento do MST:

O MST começa a tornar-se realidade com a primeira ocupação de terra realizada no Brasil no período pós-64. Foi no município gaúcho de Ronda Alta, no acampamento da “Encruzilhada do Natalino”, no ano de 1981, quando camponeses empobrecidos pela mecanização e pela política de incentivo à agroindústria de exportação, viram a terra concentrar-se nas mãos de capitalistas agrários.¹⁹

A ação dos colonos no assentamento foi previamente organizada, antes de ser iniciada, principalmente pelos colonos impedidos de se assentar nas Macali e Brilhante e os remanescentes da reserva indígena, com adesão posterior de outros grupos, de forma a se tornar uma organização estruturada e organizada, com processos decisórios coletivos e a existência de diferentes instâncias diretivas.

A forma de atuação dos colonos, no caso da Encruzilhada Natalina, combinava atuações multifocais, isto é, realização de protestos e negociações com o Poder Estatal.

Imperioso mencionar, por oportuno, que o assentamento gerou proporções sociais vultuosas, com adesão de outros grupos sociais, exemplo disso foi a manifestação realizada em 25/07/1981, que contou com a participação de mais de 15 mil manifestantes, sendo que no assentamento existiam, em verdade, 600 famílias e 3.000 pessoas.

Em abril de 1981, uma pesquisa do Incra registrou a presença de 469 famílias no acampamento. Elas haviam erguido suas barracas com o que tinham à mão: plástico preto, tábuas, paus, até grama usaram, para servir de cobertura. Naquela época, apenas 42 famílias provinham de Nonoai. Os demais eram meeiros, trabalhadores rurais e arrendatários. Todos pobres e sem nada. Aquela era a única possibilidade que vislumbravam para obter um pedaço de terra.²⁰

18 CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex apud PRIEB, Sérgio. **Os Movimentos Sociais do Campo no Rio Grande Do Sul e a Reforma Agrária**: do Master ao MST. p. 11, 2009. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivascontemporaneas/2009/vol4/no2/1.pdf>>. Acesso em: 27/09/2023.
19 NETO, Antônio Júlio De Menezes. **Além da Terra**: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST. Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 72, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023.
20 CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. Apud BRANDORD, Sue. Rocha. **Os Movimentos Sociais do Campo no Rio Grande do Sul e a Reforma Agrária**: do Master ao MST. p. 37, 2009. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivascontemporaneas/2009/vol4/no2/1.pdf>>. Acesso em: 27/09/2023.

A ação reivindicatória foi amplamente divulgada e incentivada através dos meios de comunicação internos, conforme será demonstrado no terceiro capítulo desta tese.

Dada a vultuosidade da adesão, as instâncias militares, tanto do Estado Gaúcho, quanto da Ditadura Militar (Governo Federal), passaram a perceber a existência do movimento, adotando ações combativas e repressivas, sendo declarado como área de segurança nacional, com a adoção de técnicas de isolamento dos ocupantes do assentamento, havendo, inclusive, controle da distribuição de alimentos aos acampados e utilizá-la como forma de pressão e controle.

Convém destacar que as técnicas de repressão estatais surtiram efeito criativo aos colonos, que passaram a circular edições do “Boletim da Terra”, embrião do Jornal Sem Terra (NETO, 2001), o que evidencia organização dos acampados para se comunicarem, mesmo que isolados pelos militares.

Sobre o conteúdo das publicações contidas no boletim, é possível identificar críticas às ações governamentais e sugestões de políticas, tal como indicado pela autora Joana Tavares Pinto da Cunha, em sua tese sobre a comunicação do MST:

Há ainda um tópico – “O que querem os Colonos” – que apresenta as propostas do governo e a visão dos trabalhadores. As principais reivindicações são: “Terra para trabalhar; que que cumpra a lei que assegura aos colonos o direito a um pedaço de terra em que possam viver com suas famílias e que, também, obriga o poder público a promover e criar condições para que todo o agricultor tenha acesso á terra, de preferência no local onde habita”. Já aparecem também críticas (frequentes, como vamos observar na discussão dos outros números) aos projetos de colonização do Incra em estados do norte (MT, AC, RO e BA).²¹

As investidas militares da Ditadura, bem como do Governo Estadual não surtiram efeito e as famílias acampadas permaneceram no local por 208 dias, sem, contudo, conquistar a Reforma Agrária governamental, havendo, porém, a intervenção da igreja católica, que anunciou, em 23/02/1982, durante a 5ª Romaria da Terra, a aquisição de 108 hectares em Ronda Alta/RS, para abrigar, provisoriamente, as famílias assentadas.

Como nada foi resolvido, a CNBB assumiu o pagamento de uma área de aproximadamente 100 hectares para onde rumaram 207 famílias remanescentes do Natalino. A área foi nomeada pelos colonos como Nova Ronda Alta, mas era claramente insuficiente para o sustento dessas famílias.²²

21 CUNHA, Joana Tavares Pinto. **De boletim a Jornal Sem Terra: história, prática e papel na constituição do MST**, p.82, 2013. Disponível em:<<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/publico/JoanaCunha.pdf>>. Acesso em: 27/09/2023.

22 PESCHANKI, João Alexandre apud FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.85.

Por fim, durante o mês de setembro de 1983, o governo do Rio Grande do Sul desapropriou 1.870 hectares de terras nos municípios de Cruz Alta, Palmeira das Missões e Ronda Alta, para assentar as famílias remanescentes, após mais de mil dias de acampamento.

Vê-se, de forma nítida e clara, que a luta pelo acesso à terra se inicia de forma longeva, tendo como parâmetro, nesse trabalho, a Lei de Terras de 1850, que já visava inibir a manifestação reivindicatória, por parte das classes menos abastadas, de democratização da terra, punindo aqueles que se insurgissem.

No entanto, também é certo que existiram, mesmo contra os anseios políticos gerais, grupos minimamente organizados, no decorrer da história, capazes de iniciar ações de reivindicação, com o apoio, em alguns momentos, de políticos importantes da história brasileira, como é o caso de Leonel Brizola, culminando, tudo isso, em um ambiente mais favorável e propício à idealização do MST.

2.2 ORGANIZAÇÃO E SURGIMENTO DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Como se viu alhures, o próprio MST é pacífico que os grupos existentes anteriormente, como o MASTER, foram embriões para o nascimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Entretanto, organizacionalmente, o MST iniciou sua estruturação em 1984, com a constituição de uma coordenação provisória, até que se ultimasse a realização de um congresso nacional, para eleição de uma coordenação contínua e duradoura do movimento.

Sobre o surgimento do MST, assim se manifesta NETO:

O MST surge da ação de militantes da reforma agrária, militantes sindicais e agentes de Pastorais ligadas à Igreja, que definiram o apoio à existência de um instrumento de luta mais ágil e massivo para a conquista da terra. Realizam seu 1º Encontro Nacional em 1984, em Cascavel (PR), quando formalizam o Movimento e lhe é dada uma feição nacional.²³

Necessário citar, por oportuno, a visão de João Pedro Stedile sobre a criação oficial do MST, em 1984:

23 NETO, Antônio Júlio De Menezes. **Além Da Terra: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST.** Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 73, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 11/09/2023.

Fruto de tudo isso, nos reunimos em Cascavel, em janeiro de 1984, estimulados pelo trabalho pastoral da CPT, lideranças de lutas pela terra de 16 estados brasileiros. E lá, depois de cinco dias de debates, discussões, reflexões coletivas, fundamos o MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Os nossos objetivos eram claros: organizar um movimento de massas a nível nacional, que pudesse conscientizar os camponeses para lutarem por terra, por reforma agrária (mudanças mais amplas na agricultura) e por uma sociedade mais justa e igualitária.²⁴

O MST, essencialmente, surge do 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado na cidade de Cascavel, no oeste paranaense, o qual, nas palavras do sítio “memorial da democracia” reuniu centenas de camponeses, sindicatos rurais e movimentos sociais, com apoio da Pastoral da Terra, decidindo-se, ao final do encontro pela criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A partir da criação oficial, houve a definição de que era necessária organização autônoma a partidos e governos, para que as reivindicações surtisserem efeito.

A expansão territorial do MST é corroborada por Bernardo Mançano Fernandes:

No período de 1985 – 1990, o MST se territorializou nas regiões Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e em parte da região amazônica. Territorializar-se significa desenvolver um processo de luta e de conquista da terra, que acontece por meio da ocupação das propriedades que não estão cumprindo com a sua função social.²⁵

Além da expansão territorial dos assentamentos ligados ao MST, o Movimento buscou ampliar sua atuação reivindicatória, assumindo um papel verdadeiramente sindical agrário (NETO, 2001).

Durante o encontro restaram discutidos e formulados os princípios basilares do movimento, tal como mencionado pela historiadora Rose Elke Debiasi em seu artigo denominado “O protagonismo dos militantes migrantes na estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1993)”:

Durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), realizado em 1985, na cidade de Curitiba, Paraná, são aprovados os princípios do MST, a saber: a luta pela reforma agrária, pelo socialismo e pela construção do próprio Movimento. Entre outras deliberações, o MST define a ocupação de terra como a principal forma de luta e principal meio para a obtenção de terras. Alinhado com os propósitos de nacionalização, o congresso contribuiu para o diagnóstico das

24 STEDILE, João Pedro. MST: 25 anos de teimosia. **Revista Caros Amigos**, São Paulo, SP, jan. 2009. Disponível em: <<https://www.assufrgs.org.br/2009/01/08/mst-25-anos-de-teimosia-artigo-de-joao-pedro-stedile/>>. Acesso em: 25/09/2023.

25 FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Set. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/105/O%20MST%20e%20a%20luta%20pela%20reforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf?sequence=1#:~:text=Dessa%20forma%2C%20os%20sem%2Dterra,eram%20herdeiros%20da%20resist%C3%A2ncia%20camponesa>>. Acesso em: 30/08/2023.

realidades regionais, articulações com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STRs) e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) dos estados nordestinos.²⁶

Convém destacar, de mais a mais, uma das diretrizes/objetivo, após organização estrutural do MST em âmbito nacional, passou a ser a organização dos trabalhadores rurais na base, isto é, em âmbito estadual e municipal.

Com a estruturação organizacional do MST, as invasões e assentamentos passam a ocorrer com maior ênfase, tanto em terras públicas como privadas, isto é, o foco do MST eram terras multinacionais, terras dos latifúndios, terras do Estado, terras mal aproveitadas e terras que se encontravam na posse de quem delas não se utilizava e não se caracterizavam como agricultores, tal como estampado no 1º Caderno de Formação, publicado em fevereiro de 1986.

Noutra senda, em análise aos artigos e dissertações escritas sobre a história do MST, vislumbra-se que as reivindicações e invasões realizadas pelo Movimento até aquele momento, bem como a atuação mais organizada surtiram efeito prático, visto que em 1987 foi instalada, no Congresso Nacional, a Assembleia Constituinte, com a finalidade de elaborar uma Constituição Brasileira.

Em análise realizada pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB), encomendado pela Secretaria de Políticas e Articulação Institucional (Sepai), do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, vislumbrou-se um panorama sobre a *mens legislatoris*, isto é, o espírito do legislador ao criar uma norma legal, com a conclusão de que seria dedicada atenção especial ao tema da reforma agrária.

De fato em todos os partidos, com exceção do PDS, as manifestações favoráveis à reforma agrária ultrapassaram 94%. Na verdade, apenas dois parlamentares (um do PMDB e outro do PDS) se manifestaram contra. Essa extrema favorabilidade a uma política que mais tarde não chegou a se consubstanciar em preceitos constitucionais deverá ser retomada e comentada quando examinarmos os posicionamentos relativos a questões posteriores em que os entrevistados tiveram que qualificar o tipo de R.A sobre a qual continuariam favoráveis. As respostas por outro lado, revelaram que a distribuição regional de respostas favoráveis à R.A foram consideradas altas, chegando a 98% no nordeste e 100% entre parlamentares do sul.²⁷

Isto posto, em 01/04/1987 foi realizada a instalação das oito comissões temáticas, dentre as quais, a Comissão da Ordem Econômica e, logo em seguida, em 07/04/1987 instaladas as 24

26 DEBIASI, Rose Elke. Percepções sobre a violência no processo de estruturação do MST no Nordeste brasileiro (1985-1995). **Estudos Ibero Americanos**, vol. 45, n. 1, pp. 104-114, 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/journal/1346/134659629009/html/#fn1>>. Acesso em 25/04/2024.

27 FERREIRA, Brancolina; TEIXEIRA, João Gabriel. Constituinte e reforma agrária: uma pesquisa de opinião. **R. Inf. Legisl. Brasília**, a. 26, n. 103, p. 105, 1989. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181945/000447025.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 20/01/2024.

subcomissões temáticas, inclusive, Subcomissão de Política Agrícola, Fundiária e de Reforma Agrária, o que representou um avanço político significativo para a discussão, visto que o tema passou por uma análise mais aprofundada, com a realização, inclusive, de doze audiências públicas, com os mais diversos temas.

Como não poderia ser diferente, o Movimento dos Sem Terra, já estruturalmente organizado como uma instituição reivindicatória da democratização do acesso à terra e já inserido politicamente no território nacional, passou a exercer, junto com a União Democrática Ruralista (UDR), pressão política para garantia de direitos constitucionais dos assentados.

Isto porque, é certo que as constituições que antecederam a Carta Cidadã de 1988, isto é, as Constituições de 1934 e 1967 embora tratassem da questão agrária, não lograram êxito em trazer uma solução efetiva para a problemática da divisão de terras existente desde o império.

Vejamos as previsões legais das Constituições de 1934 e 1967, relativamente à reforma agrária *in verbis*:

Art. 125 - Todo brasileiro que, não sendo proprietário rural ou urbano, ocupar, por dez anos contínuos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, um trecho de terra até dez hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele a sua morada, adquirirá o domínio do solo, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.²⁸

Art. 164 - A lei federal disporá sobre, as condições de legitimação da posse e de preferência à aquisição de até cem hectares de terras públicas por aqueles que as tornarem produtivas com o seu trabalho e de sua família.
Parágrafo único - Salvo para execução de planos de reforma agrária, não se fará, sem prévia aprovação do Senado Federal, alienação ou concessão de terras públicas com área superior a três mil hectares.²⁹

Posto isso, embora previsto no texto constitucional, a reforma agrária era inefetiva, o que justificou a atuação do MST durante a Assembleia Constituinte.

A subcomissão foi presidida pelo Senador Edison Lobão, com a aprovação do relatório final em 24 de maio de 1987. E inserção de previsão específica sobre a função social da propriedade, viabilizando mecanismos jurídicos de desapropriação e utilização para fins de reforma agrária.

Os avanços favoráveis ao MST são destacados por NETO:

Em 1988, o Brasil mobilizou-se para a elaboração da nova Constituição. Foi um momento importante, pois, apesar de todas as limitações, os problemas dos

28 BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1934, art. 125, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 05/03/23.
29 Ibidem.

trabalhadores brasileiros foram debatidos. Embora a correlação de forças fosse favorável aos interesses do capital, houve avanços no tocante aos direitos dos trabalhadores.³⁰

Encerradas as discussões a respeito da temática da democratização do acesso à terra, foi promulgada, em 05 de outubro de 1988 o texto permanente da Constituição Federal, a qual previu, em diversos pontos, a questão da propriedade, da necessidade de cumprimento da função social. Vejamos o previsto no art. 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXII - é garantido o direito de propriedade;
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;
XXVI - a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento;³¹

Mais adiante, cronologicamente, inicia-se a década de 1990, com a eleição de um novo presidente, isto é, Fernando Affonso Collor de Mello, pelo Partido da Reconstrução Nacional (PRN), entidade com ideológica direitista e centralizadora, razão pela qual, durante a campanha presidencial de 1989, o MST defendeu a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, fazendo publicar, inclusive, editorial descrevendo Collor como “representante direto da burguesia, de continuísmo desse governo, dos interesses dos grandes latifundiários e usineiros”.

Oportuno a citação de artigo científico que trata, justamente, da análise do período Collor para o MST, intitulado: “Descaso com a Reforma Agrária e Repressão Contra os Movimentos Sociais”: representações do MST sobre Collor (1990 - 1992), escrito por Fabiano Coelho:

Para o MST, representar Collor era se colocar enquanto “distinto”, ou seja, ao lado dos trabalhadores e contra o que o Movimento chamava de “burgueses”. Nessa direção, ao se distinguir, também representava o “outro”, a partir de sua forma de ver e conceber o mundo. O enfrentamento e a luta organizada se tornavam cruciais para a conquista da reforma agrária e para a transformação da sociedade almejada pelo Movimento.³²

30 NETO, Antônio Júlio De Menezes. **Além Da Terra**: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST. Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 61, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023.

31 BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988, art. 5º, caput e incisos XXII, XXIII e XXVI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10/03/23.

32 COELHO, Fabiano. Descaso com a Reforma Agrária e Repressão Contra os Movimentos Sociais: representações do MST sobre Collor (1990- 1992). **Antíteses**, vol. 10, n. 19, enero-junio, p.314, 2017.

O Governo Collor pode ser destacado como dissonante das ideias defendidas pelo MST, com a adoção de postura repressiva, haja vista a aliança do governo federal aos ideais ruralistas, com medidas de política pública contrarreforma agrária.

Ainda no decorrer do ano de 1990, precisamente no período de 8 a 10 de maio, foi realizado o 2º Congresso Nacional do MST, na Capital Federal, com o objetivo de reforçar a pressão política e social para a efetiva implementação da reforma agrária no Brasil, visto que, conforme dados levantados junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1990, após a posse de Collor na Presidência da República, foram emitidos somente 18 Decretos desapropriatórios, ao passo que nos anos anteriores (1988 e 1989) foram emitidos 159 e 158 Decretos, respectivamente, demonstrando uma baixa adesão governamental a esta política.

Nesse período foi realizado ainda o 2º Congresso, “Ocupar, Resistir, Produzir”, sendo mais uma forma de angariar posseiros e trazer à lume as reivindicações do Movimento.

Durante o congresso os mais de 5.000 delegados presentes elegeram as pautas emergenciais a serem encaminhadas para o Governo federal, conferindo-se o prazo de 60 dias para apresentação de respostas efetivas por parte do Poder Público.

Ainda antes do encerramento do 2º Congresso Nacional do MST, isto é, em 10/05/1990, o Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera Mano Filho, solicitou aos membros do MST a colaboração para que o Congresso fosse pressionado no sentido da aprovação do projeto de lei que majorava o Imposto Territorial Rural (ITR), os quais seriam utilizados na implementação da reforma agrária.

Não se pode olvidar que o MST nasceu como um *“fruto de uma questão agrária não-resolvida no Brasil, e foi consequência, também, de não existir, naquele momento, por parte do sindicalismo oficial no campo, uma capacidade efetiva de mobilizar e de organizar os trabalhadores rurais em luta pela terra”* (COLETTI, 2005), mas foi a partir da década de 1990 que o Movimento se transformou, de forma substancial, conforme mencionado por Claudinei Coletti:

O MST cresceu de forma expressiva a partir de 1995 e se converteu no principal foco de oposição política ao governo Fernando Henrique Cardoso, a ponto de obrigar o governo a tomar uma série de medidas para recobrar a iniciativa na questão agrária e para enfraquecer politicamente o movimento.³³

33 COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST**: da crise da ditadura ao período neoliberal, p. 16, 2005. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_b2734bde39ad6ba5c8f840cb83e80f2a>. Acesso em: 25/09/2023

Foi nesse período (década de 90) que o MST realizou seu 3º Congresso Nacional, estampando as mudanças internas do movimento na alteração dos objetivos gerais do Movimento, como citado por Antônio Júlio de Menezes Neto:

Dez anos após o seu 1º Congresso, buscando adaptar-se a uma nova realidade, apresenta mudanças nos seus objetivos e conceitos políticos. Os objetivos aprovados são: “1-Construir uma sociedade sem exploradores e onde o trabalho tem supremacia sobre o capital; 2-A terra é um bem de todos. E deve estar a serviço de toda a sociedade; 3-Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra, da renda e das riquezas; 4-Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais; 5-Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais; 6-Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher.”³⁴

O próprio autor destaca a mudança de preocupação do MST com outras temáticas, evidenciando seu caráter político: “o MST demonstra preocupação com temas relacionados a cultura, gênero, valores e trabalho (ou sua falta). Busca, também, ampliar sua atuação, afirmando que a terra deve estar a serviço de toda a sociedade” (NETO, 2001).

Trata-se, portanto, de um período marcado pela mudança de perfil reflexivo do MST sobre a sua própria atuação, passando a entender que a atuação deveria sobrepular a reivindicação de terras e o público dos assentados, bem como pela ocorrência de dois massacres em assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra.

Tão logo assumiu a Presidência da República, o presidente Itamar Franco sancionou a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para regulamentar os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no Art. 9º é passível de desapropriação, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais. (Regulamento)

§ 1º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.

§ 2º Para fins deste artigo, fica a União, através do órgão federal competente, autorizada a ingressar no imóvel de propriedade particular, para levantamento de dados e informações, com prévia notificação.

Art. 5º A desapropriação por interesse social, aplicável ao imóvel rural que não cumpra sua função social, importa prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor ação de desapropriação.

(...)

Art. 10. Para efeito do que dispõe esta lei, consideram-se não aproveitáveis:

34 NETO, Antônio Júlio De Menezes. **Além da Terra: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST.** Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 79, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>. Acesso em: 07/10/2023.

- I - as áreas ocupadas por construções e instalações, excetuadas aquelas destinadas a fins produtivos, como estufas, viveiros, sementeiros, tanques de reprodução e criação de peixes e outros semelhantes;
- II - as áreas comprovadamente imprestáveis para qualquer tipo de exploração agrícola, pecuária, florestal ou extrativa vegetal;
- III - as áreas sob efetiva exploração mineral;
- IV - as áreas de efetiva preservação permanente e demais áreas protegidas por legislação relativa à conservação dos recursos naturais e à preservação do meio ambiente.³⁵

Vê-se que, tão somente depois de cinco anos da promulgação da Carta Cidadã é que o legislador editou lei para regulamentar Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, competindo, legalmente, à União Federal as desapropriações para alocação de famílias. Para além disso, o legislador definiu em seu art. 10 as hipóteses em que o imóvel rural pode ser considerado como não aproveitável.

A novel legislação surtiu efeito positivo junto ao Movimento, que entendeu a aprovação da Lei Agrária como um avanço na luta pela democratização do acesso à terra. Assim se manifestou o MST em editorial de março/1993: “Agora em janeiro, foi aprovada a nova Lei Agrária pela Câmara dos Deputados. Não é das melhores, mas, pelo menos já temos uma lei regulamentando a reforma agrária” (Jornal dos Trabalhadores Sem Terra, 1993).

No período FHC foi realizado o 3º Congresso Nacional do MST, em 24 a 27 de julho de 1995, com a participação de representantes de 22 Estados Federados, e 5.226 participantes, tendo como lema do congresso “Reforma Agrária, uma luta de todos”. A análise do lema do 3º Congresso demonstra que uma mudança de perspectiva por parte da cúpula do Movimento, que passou a entender que as reivindicações do movimento não se limitam aos assentados ou aos trabalhadores rurais, sendo necessário a amplificação do movimento, isto é, uma mudança de perfil de atuação.

Para além disso, é possível verificar, no período, recortes números de decretos expropriatórios e de famílias assentadas, visto que, nos oito anos de governo FHC foram assentadas 540.704 famílias, conforme dados do Governo Federal.

Imperioso trazer à luz, ainda que de forma breve, sobre o IV Congresso Nacional do MST, realizado no decorrer do ano 2000, ocasião em que a Agroecologia passou a ser uma bandeira defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo a agroecologia uma alternativa viável para implementação nas áreas destinadas à reforma agrária.

35 BRASIL. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 20/04/23.

A partir de 2003, outras mudanças de paradigmas no movimento são perceptíveis com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva como Chefe do Poder Executivo Federal, visto que o MST passa, de fato, a possuir maior influência política, inclusive, com a indicação de cargos atuantes na reforma agrária:

Com a vitória do governo Lula, os movimentos camponeses participaram nas indicações de nomes para cargos de segundo escalão do governo Lula. O MST e a CPT tiveram forte influência na nomeação de vários cargos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), inclusive indicando para presidente o geógrafo Marcelo Resende.³⁶

O programa de Governo de Lula, lançado durante a campanha presidencial demonstra que a reforma agrária era uma questão que seria tratada de alta relevância, visto que fora incluída previsão específica ao cuidar da inclusão social.

A Reforma Agrária é instrumento indispensável de inclusão social, num País de grave concentração de renda como o nosso. Associada aos demais instrumentos convencionais, incluindo uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, ela é estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária. A aceleração do processo de Reforma Agrária e um programa de recuperação dos assentamentos já efetuados é indispensável para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias. A expansão e integração da produção de alimentos, ao lado da consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva dos beneficiários, desempenhará um papel central na regulação dos fluxos de abastecimento nas esferas local e regional e nacional.

(...)

Mesmo que o processo de desapropriação dependa de recursos orçamentários escassos, o governo vai se orientar pela aplicação, nos próximos quatro anos, de um plano progressivo de distribuição de terras, a partir dos excedentes de arrecadação gerados no processo de retomada do desenvolvimento.³⁷

Visando concretizar o plano de governo, em novembro de 2003 foi elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural (II PNRA), com apresentação na Conferência da Terra.

A leitura atenta do PNRA demonstra que o Governo Federal, sob a gestão de Lula, passou a enxergar a reforma agrária como uma política pública que promoveria, além da reestruturação da divisão de terras no Brasil, maior segurança alimentar e sustentabilidade ambiental, visto que o campo passaria a ser utilizado para a produção de alimentos e com manejo mais adequado da terra pelos pequenos produtores. Vejamos: “Deste modo, a reforma

36 FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas de Assentamentos Rurais e Luta pela Terra do MST**. Disponível em: <<https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf>>. Acesso em: 03/11/2023.

37 PROGRAMA de Governo. **Um Brasil para Todos: crescimento, emprego e inclusão social**. Luiz Inácio Lula da Silva. São Paulo, SP, 2002. p. 21.

agrária associada a uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, seria a estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária” (Programa Nacional de Reforma Agrária).

Não obstante as propostas promissoras contidas no PNRA, o que se vê na prática e na realidade é que não houve um planejamento político para a concretização da reforma agrária de fato, visto que se trata de um tema contrário aos interesses da bancada ruralista e da bancada liberal. Tal premissa é corroborada por Thaylize Goes Nunes Pereira, em tese sobre o tema:

Porém, mesmo com todos os objetivos e metas, esse mandato acabou sendo marcado pelo esvaziamento de suas propostas, sobretudo em relação à concepção da reforma agrária. Em contraste a isso, as políticas de apoio ao agronegócio se apresentavam cada vez mais consolidadas.³⁸

O que se percebe das inserções em artigos sobre a temática, é que o período de 2003 até 2011 as políticas públicas voltadas à reforma agrária e a defesa dos interesses do MST não foram consideradas como uma prioridade para o Governo Federal, conforme constatado por Thaylize Goes Nunes Pereira:

Assim, nesses oito anos de Governo Lula a reforma agrária não saiu do papel, embora esse tenha destacado no decorrer da campanha eleitoral e em seu primeiro mandato que a reforma agrária era uma política de justiça social e que sempre iriam defender a mesma lutando por ela até morrer.

(...)

Notamos claramente que os mandatos dos governos seguiram metas diferenciadas quando se fala em reforma agrária. No primeiro mandato existia a esperança por parte dos trabalhadores que essa realmente aconteceria, já no segundo mandato, o sentimento que os cercava era de desapontamento por terem esperado tanto para que um governo de esquerda chega-se ao poder e a mesma não se concretizar.³⁹

Compulsando as informações sobre a questão agrária do Brasil, bem como da luta camponesa e da atuação do MST, especialmente no que concerne ao período de 1850 até 2011, vê-se que o acesso à terra foi priorizado às classes mais abastadas, com a formulação de leis e políticas voltadas à proteção dos latifúndios, o que propiciou que as classes interessadas passassem a se unir em torno das reivindicações de redemocratização.

As palavras de João Pedro Stedile são elucidativas nesse sentido:

38 PEREIRA, Thaylize Goes Nunes. **O MST e as Políticas de Reforma Agrária no Governo Lula: Relatos Oraís da Luta Pela Conquista e Pela Permanência na Terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas.** Trabalho de Mestrado, Universidade Estadual `Paulista, Marília, SP, p. 98-99, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9db5b956-1d52-4e6b-9a40-d03552f4aa19/content>>.

Acesso em: 24/09/2023.

39 Ibidem.

Na primeira etapa do movimento, que vai desde as primeiras ocupações de 1979 até 1985, havia uma visão romântica da produção. Isso porque a memória histórica dos camponeses que conquistavam a terra estava ainda na etapa anterior à modernização da agricultura. (...) De 1986 até 1990, as articulações e os debates eram em torno do Programa de Crédito Especial da Reforma Agrária (Procera), tanto por parte da gente como do próprio pessoal do Procera e do BNDES. (...) Friso que o período de 1986 a 1990 foi de descoberta. Sabíamos que não dava certo o sistema de lotes individuais para trabalhar com boi e enxada. Do ponto de vista da reivindicação, uma das saídas era o crédito subsidiado e aí conquistamos o Procera. (...) Vamos agora para o segundo período, que foi de 1990 a 1993. De maneira geral, foi um período de crise do movimento. A partir de sua vitória eleitoral, Collor acabou com as políticas públicas para a agricultura, com o crédito, com a Emater, que poderia dar assistência técnica, e com a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa).⁴⁰

É nesse contexto de ausência de políticas estatais que surge, em 1984, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o qual iniciou sua atuação pensando somente na redemocratização do acesso terra e, com o passar do tempo, foi forjando e alterando sua atuação de uma forma mais ampla e organizada, como evidenciado alhures.

2.3 ATUAÇÃO CONTEMPORÂNEA DO MST

Como destacado no capítulo anterior, o MST e a luta camponesa passaram por um processo de mudança e amadurecimento de atuação, de forma que se faz necessário e recomendado dedicar um capítulo especial à contemporaneidade do movimento, considerando os últimos 10 (dez) anos de atuação, de forma a visualizar a atuação empresarial do MST neste período.

É sabido que nos últimos dez anos, o Brasil passou por uma efervescência política, com a assunção do Poder Executivo Federal por partidos com identificação esquerdista, posteriormente um processo de *impeachment*, assunção do Executivo pela extrema direita e o retorno da esquerda ao Governo Federal, fatos estes que impactaram diretamente nas questões agrárias e na redemocratização do acesso à terra.

Nesse rumo, imperioso breve relato sobre a atuação do MST correlacionada à gestão federal (Poder Executivo), antes de adentrar ao aspecto das contemporaneidades empresariais e cooperativistas do MST.

Destacou-se no capítulo anterior que no período de 2003 até 2011 o MST teve a promessa do Governo Federal de implementação de diversas políticas públicas voltadas à reforma agrária, havendo, inclusive, previsão no plano de governo. No entanto, a realidade, na

40 STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo/SP. Ed Fundação Perseu Abramo. 2005. p. 97.

perspectiva das pesquisas realizadas sobre o tema, é que o Movimento não vislumbrou substanciais alterações das medidas de governança.

A realidade no decorrer do Governo Dilma Rousseff não se distingue muito do período anterior, podendo ser considerada uma continuidade, com avanços pequenos:

O governo Dilma mantém, em linhas gerais, as diretrizes políticas e programáticas do governo Lula. Contudo, no plano da política de reforma agrária, passou a ter mais espaço nesse governo a ideia de que os investimentos no campo deveriam ser feitos no sentido de melhorar as condições de vida e produção nos assentamentos rurais já existentes.⁴¹

Foi verificado, inclusive, que a realização de protestos foi diminuta durante o período do Governo Dilma, especialmente no primeiro mandato:

Segundo o banco, a frequência dos protestos do MST diminuiu consideravelmente durante o primeiro mandato de Dilma, caindo 57,1%. Esse cenário de recrudescimento acabou sendo revertido devido ao cenário de crise política ocorrido no começo do segundo mandato, que culminou no processo de impeachment. Esse aumento da frequência vinha de uma demonstração de apoio crítico ao Governo Federal, em rejeição às movimentações de queda da presidente Dilma Rousseff.⁴²

A partir de 2017, com a assunção do Poder Executivo por Michel Miguel Elias Temer Lulia e, posteriormente por Jair Messias Bolsonaro, no interregno de 2019 até 2022, a política agrária em favor do movimento sem-terra e dos produtores rurais praticamente se encerrou, sem que nenhuma medida expropriatória fosse efetivamente adotada, como exemplo, vê que a partir de 2019 nenhum decreto expropriatório foi expedido.

Como mencionado por STEDILE (2005) o MST entendeu que para lograr êxito em suas reivindicações e proporcionar o acesso à terra aos integrantes do Movimento seria necessário não apenas a realização de protestos, invasões e manifestações públicas, mas também seria imprescindível o acesso a recursos financeiros que viabilizassem a produção e a subsistência dos agricultores. Tal premissa também foi constatada no trabalho de Alexandre D. Ribas, sob a orientação de Bernardo Mançano Fernandes:

41 CAMPOS, Marcos Paulo. **As Mudanças no Repertório de Ação do MST Frente aos Governos Nacionais Petistas**. 18º Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Estadual Vale do Acaraú. p. 8, 2017. Disponível: <<http://www.adaltech.com.br/anais/sociologia2017/resumos/PDF-eposter-trab-aceito-0073-1.pdf>>. Acesso em: 12/12/2023.

42 SILVA, Leonardo Joanes da; TATAGIBA, Luciana. MST em governos petistas: as ruas refletem protestos amenos? **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, SP, n.27, out. 2019 Disponível em: <<https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2019P16238A13250052.pdf>>.

Na última década desencadeou-se um processo de (re)ordenamento político - territorial dos assentamentos de reforma agrária vinculados à estrutura organizativa do MST. Nesse processo materializou-se a lógica da organização cooperativa da produção, tendo como base estratégica - organizacional, num primeiro momento, a implantação do Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA).⁴³

Desta feita, é certo que nos últimos 20 anos, o MST entendeu a necessidade de mudança do seu modelo organizacional, sendo esta mudança organizacional objeto de debate no IV Congresso Nacional do MST, realizado em Brasília, nos anos 2000, ocasião em que se deliberou pela “a construção de um novo modelo de organicidade para o movimento e a realização de uma ampla consulta às bases (assentados e acampados), chamada de mutirão, para que se posicionassem sobre a adoção do novo modelo nos Estados”.

Tal mudança organizacional também é percebida pela academia, representada por Roberto de Sousa Miranda e Luís Henrique Hermínio Cunha:

O modelo organizacional implementado pelo MST a partir de 2003 é o resultado do aperfeiçoamento e da incorporação de formas de organização que já vinham sendo utilizadas anteriormente, juntamente com uma modificação significativa na estrutura formal anterior. Este modelo de organização é resultado de anos de debates e observações realizadas pelas lideranças e assessores do movimento.⁴⁴

Ocorre que, a mudança organizacional do MST perpassa por alguns aspectos importantes e fundamentais para esta pesquisa, quais sejam, o assentamento de famílias, com o aumento do quantitativo de decretos expropriatórios em determinados períodos, havendo uma cisão, isto é, o MST com terra e o MST sem-terra, com isso, há o fortalecimento do método cooperativista de produção agrícola dos assentamentos e a necessidade de capitalização para subsistência do Movimento.

Analisando, ainda que brevemente, neste momento, vê-se que no interregno de 20 anos (2002/2022) o total de 823.187 famílias foram assentadas e, segundo dados da Folha de São Paulo (2022), haviam 90 mil famílias acampadas que ainda aguardavam o acesso à terra e, segundo dados do MST (2023), haviam 100 mil famílias acampadas.

De igual modo, é certo que no período de 2002/2022 foram expropriados o total de 2.455 imóveis.

43 RIBAS, Alexandre Domingues. MST: Reorganização Político-Territorial Dos Assentamentos e a Consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1497/1463>>. Acesso em: 16/12/2023.

44 MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luís Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/m5mjPpcTgND4GWp6bjyFzfh/#>>. Acesso em: 17/12/2023.

Estes dados evidenciam a existência da cisão acima mencionada, isto é, na atualidade, existem membros do MST que já obtiveram êxito no acesso à terra e produzem riquezas, e ainda existe uma gama ampla de famílias que aguardam a redemocratização do acesso à terra.

Nesse prisma, aqueles que obtiveram êxito em serem assentados passaram a se organizar em forma de cooperativas, como forma de fortalecer a produção agrícola e se inserirem no mercado empreendedor.

Vale trazer à baila os dizeres de Henrique Tahan Novaes e João Henrique Souza Pires sobre o tema:

A organização das cooperativas, associada à consolidação das agroindústrias, tinha por objetivo a inserção dos produtos da reforma agrária no mercado. Acreditava-se que, através dessas ações, ocorreria uma qualificação da produção e, conseqüentemente, uma evolução social e econômica das famílias assentadas.

(...)

As cooperativas de produção fundadas pelo MST tinham personalidade jurídica para que pudessem se inserir no circuito mercantil. Sua organização busca a autonomia dos assentamentos, além do planejamento da produção e da criação de vias diretas de comercialização, eliminando os tradicionais atravessadores (intermediários), com a ideia de ter o controle sobre toda a cadeia produtiva.⁴⁵

A atuação cooperativa do MST tinha como objetivo desenvolvimento econômico e social do Movimento e das famílias e, com o passar o tempo, especialmente nos últimos 20 anos, se fortaleceu.

Os dados evidenciam, aprioristicamente, que o MST, embora não se autodenomine desta forma, passou a atuar, verdadeiramente, como uma empresa economicamente competitiva, rentável, independente e sustentável.

Isto porque, com a implementação das cooperativas agrícolas familiares, o MST passou a ser considerado como um forte elemento do agro, ambiente majoritariamente ocupado pelos latifundiários.

A atuação do MST no agro é multissetorial, sendo um produtor significativo de diversos produtos agrícolas. A título de exemplo, usamos a produção de leite, na qual o MST inaugurou, no Município de Andradina/SP, através da cooperativa da COAPAR (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo), agroindústria de laticínios com capacidade para produção e processamento de 25mil litros de leite por dia.

45 NOVAES, Henrique Tahan; PIRES, João Henrique Souza. O Papel Educativo das Cooperativas do MST de São Paulo e Seus Limites. 2021, **Revista Pegada**. Vol. 22, nº 2, p. 190.

A produção de leite da COAPAR (Cooperativa de Produção, Industrialização e Comercialização Agropecuária dos Assentados e Agricultores Familiares da Região Noroeste do Estado de São Paulo) está entre as 40 (quarenta) maiores produtoras de leite do Brasil.

O mesmo exemplo acontece no interior do Ceará, precisamente no Assentamento Nova Canaã (Quixeramobim/CE), onde o MST inaugurou outra agro indústria de laticínios, denominada “Terra Conquistada”, com capacidade para receber e industrializar 12 mil litros de leite por dia.

De igual modo, a produção de arroz orgânico é o maior destaque agroindustrial do MST, vez que ocupa a posição, há mais de 10 (dez) anos, de maior produtor da América Latina, conforme o Instituto Riograndense de Arroz (IRGA).

Por meio de 07 (sete) cooperativas e assentamentos gaúchos, o MST colhe mais de 16 mil toneladas por safra de arroz orgânico. Assim, a produção do MST representa 0,14% do cenário nacional do grão, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

O perfil empresarial do MST resta evidenciado pelas informações mencionadas alhures, muito embora os integrantes do Movimento rechacem essa qualificação.

A captação de recursos pelo MST no meio empresarial foi destacada por Elizeth Aparecida Carvalho Rodrigues em sua tese: “A primeira captação do MST no mercado de capitais, no modelo FINAPOP, foi em maio de 2020, quando a Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Rita (Coopan), do Rio Grande do Sul, ligada ao movimento, levantou R\$ 1 milhão” (RODRIGUES, 2022).

Nesse contexto de fortalecimento cooperativismo do MST e da atuação empresarial do Movimento, se insere o terceiro aspecto de relevância desta pesquisa, qual seja, a captação de recursos no mercado de capitais realizada por cooperativas agrícolas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, por meio da emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), iniciada em 2021.

A experiência de captação de recursos por meio do mercado de capitais é uma aplicação de experiências bem sucedidas em outras localidades, como é o caso Citizens Bank, no Canadá, dentre outros que são destacados por Elizeth Aparecida Carvalho Rodrigues:

A ideia de financiamento popular para fomentar a agroindustrialização em áreas de reforma agrária não é nova, há algumas experiências no mundo: i) Triodos Bank sediado na Holanda; ii) Banca Popolare Etica, na Itália; iii) GLS Bank, na Alemanha; iv) Co-operative Bank, na Inglaterra; v) Citizens Bank, no Canadá; vi) New Resource

Bank, nos Estados Unidos; vii) Banco FIE, na Bolívia; e a viii) Cooperativa Abaco, no Peru.⁴⁶

Entretanto, para além da competitividade econômica da produção agroindustrial do MST, a empresarialidade do Movimento é identificada e corroborada pela ida do MST ao mercado de capitais (bolsa de valores), através da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA's) por parte de 07 (sete) cooperativas, gerando a captação de 17,5 milhões de reais e a participação de 1.518 pessoas físicas.

Em 2020, liderado pelo empresário Eduardo Moreira, o MST lançou, oficialmente, o Finapop (Financiamento Popular para Alimentos Saudáveis) o qual, segundo o próprio Movimento “não é oriundo de políticas do Estado, pelo contrário, é decorrente do esforço coletivo da sociedade civil”.

O Finapop é caracterizado como uma forma de “garantir acesso ao financiamento e crédito às organizações de famílias assentadas que produzem alimentos saudáveis” e, viabilizou, a partir de 2021, a realização de investimentos em cooperativas, por meio de investidores e parceiros, aperfeiçoando as formas de captação e de governança.

No escopo do Finapop é possível verificar a emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), que nada mais é, conforme informação extraída do sítio da B3 (BOVESPA):

São títulos de renda fixa lastreados em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais, ou suas cooperativas, e terceiros, abrangendo financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização, ao beneficiamento ou à industrialização de produtos, insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.⁴⁷

Vê, portanto, que o MST buscou a angariação de capital junto ao mercado financeiro, isto é, na bolsa de valores, tendo como lastro a atuação empresarial de suas cooperativas agroecológicas.

46 RODRIGUES, Elizeth Aparecida Carvalho. **Investimento com propósito**: A captação de recursos no mercado de capitais realizada por cooperativas agrícolas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2022. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3888/1/tcc_elizethaparecidacarvalhorodrigues.pdf>. Acesso em: 18/12/2023.

47 CERTIFICADO de Recebíveis do Agronegócio. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificado-de-recebiveis-do-agronegocio.htm>. Acesso em: 18/12/2023.

Os recursos angariados serão revertidos em favor da produção agrícola que beneficiará 13.000 trabalhadores.

Com a atualização dos dados em 2023, é possível verificar que a captação de recursos pelas cooperativas já passam do valor de R\$ 20 milhões, com a participação da Coapar:

Já faz alguns anos que a Gaia (empresa que represento) estrutura instrumentos financeiros para financiar agricultores familiares. Só as cooperativas ligadas ao MST já captaram mais de R\$ 20 milhões e até o momento os investidores estão felizes com o resultado.⁴⁸

A opção por essa modalidade de título financeiro é justificada pela sua rentabilidade e pela própria atividade do MST. Conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA), a evolução patrimonial dos fundos do agro foram expressivas de 2021 até o segundo trimestre de 2023.

Com o sucesso dessa nova modalidade de captação de recursos pelo MST e suas cooperativas, surge o questionamento quanto as novas opções que podem surgir futuramente para que o Movimento, atuando de forma empresarial, se solidifique no mercado de capitais e utilize-se de outras formas de capitalização.

Vê-se, portanto, que a atuação do MST deixou de ser, em parte, um movimento reivindicatório, passando a ser, também, um movimento empresarial, gerando riquezas não apenas para os assentados e trabalhadores rurais, mas também forte impacto na economia nacional, suscetibilizando, inclusive, o produto interno bruto (PIB) do país, visto que as cooperativas organizadas pelo MST representam destaque no agro brasileiro, o qual significa um impacto na ordem de 25% do PIB nacional.

No contexto de inserção das operações agropecuárias do MST no mercado de capitais, convém tratar de outros mecanismos de investimento existentes e, que estão no radar deste movimento político-social.

Posto isso, outro elemento considerando como de salutar importância para manutenção da competitividade e ampliação de oportunidades. de instituições e empresas que buscam o mercado de títulos e a abertura de capital no mercado é estruturação do critério ESG

48 PACIFICO, João Paulo. Como cooperativas ligadas ao MST já captaram mais de R\$ 20 milhões na Bolsa. **Portal UOL**. São Paulo. 29/11/2023. Disponível em: <www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2023/11/29/como-cooperativas-ligadas-ao-mst-ja-captaram-mais-de-r-20-milhoes-na-bolsa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20/12/2023.

(*environmental, social and Governance*), que nada mais é do que critérios bem definidos de governança ambiental, social e corporativa.

O critério de ESG está fincado em três pilares: *enviromental* (ambiental); social (social) e *governance* (Governança Corporativa). Isto é, o critério *enviromental* é traduzido na responsabilidade com o meio ambiente e a garantia da sustentabilidade das operações da empresa.

Por sua vez, o critério social busca avaliar se a instituição promove relacionamentos salubres e respeitáveis com funcionários, clientes e fornecedores. Por fim, *governance*, é a avaliação das boas práticas de governança corporativa, como códigos de ética, transparência, etc.

Os critérios de ESG buscam, portanto, verificar se a instituição almeja a redução de impactos ambientais, a construção de uma sociedade igualitária e o desenvolvimento de companhias reconhecidas pela transparência e responsabilidade.

Considerando a latente preocupação das instituições com os índices e critérios de ESG, as cooperativas do MST e o CRA lançado no mercado pelo Movimento, se tornaram uma excelente opção, visto que o MST tem como um de seus primados a atuação ambientalmente correta e sustentável, além de adotar mecanismos de agroecologia e preocupações sociais.

Posto isso, vislumbra-se que o MST se tornou, nos últimos 20 anos, após o acesso à terra por uma parcela dos reivindicantes, e por meio das suas cooperativas, uma alternativa economicamente viável para investidores, bem como se consolidou como uma verdadeira empresa, capaz de gerar riquezas e influenciar, de forma positiva na produção agrícola nacional.

3. DEFINIÇÕES DE POLÍTICA AGRÍCOLA E POLÍTICA AGRÁRIA

Como mencionado na introdução, a avaliação conceitual e bibliográfica das políticas agrícola e agrária, bem como suas diferenciações são de fundamental importância para o presente estudo, visto que acabam por impactar diretamente na atuação do MST e nas formas de captação de recursos, uma vez que a política está no centro nevrálgico da questão, por meio da definição de medidas de governança pública.

Assim, entende-se pertinente, tratar, separadamente de cada um dos conceitos, isto é, política agrícola e agrária, para, posteriormente, tratar da captação de recursos pelo MST.

Como é de amplo conhecimento, o Brasil é um país que baseia, essencialmente, sua atuação administrativa/estatal, no princípio da legalidade, o qual encontra-se previsto, inclusive, no art. 37, da Magna Carta Brasileira. Assim, toda atuação do Poder Público, deve estar balizada nas previsões contidas na legislação vigente.

Em virtude do princípio da legalidade, o que se percebe é a existência de incontáveis legislações para tratar, ainda que superficialmente, dos mais variados temas. E, ao tratar de política agrária, não haveria dissonância no comportamento, havendo, portanto, legislação que tratar, conceitualmente, do tema.

Essa cultura arraigada no legalismo remonta a períodos anteriores. O próprio tema em debate fora tratado na década de 1960. Depreende-se da Lei nº 4.504/1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra o conceito de Política Agrícola, sendo definida, nos termos do art. 1º, parágrafo segundo como:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país.⁴⁹

49 BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964., art. 1º, caput e §2º. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: <[42](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%204.504%2C%20DE%2030%20DE%20NOVEMBRO%20DE%201964.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20da%20Terra%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=Art.,e%20promo%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Agr%C3%ADcola.>. Acesso em: 25/03/23.</p></div><div data-bbox=)

Com a leitura primária do texto da lei, identifica-se alguns elementos essenciais do conceito, valendo destacar o “interesse da economia rural” e “harmonização com o processo de industrialização do país”.

Vê-se, portanto, que política agrícola é entendida como um aglomerado de medidas para orientar as atividades agropecuárias, baseadas nos interesses da economia rural, visando garantir a utilização da terra e a integração do setor agropecuário com as outras atividades econômicas existentes.

Essencialmente, a letra fria da lei, conduz à compreensão de que a política agrícola do Brasil deveria ser conciliatória, no sentido de harmonizar os mais diversos interesses envolvidos no agronegócio, atendendo aos anseios dos mais diversos públicos, isto é, desde o pequeno produtor até os grandes detentores de terras. Isto porque, para que se atinja, de forma satisfatória, a política agrícola, tal como prevista no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504/64), faz-se necessário a observância de um conjunto de fatores, como, por exemplo, acesso ao crédito rural, assistência e auxílio ao progresso técnico e tecnológico, facilitação do escoamento da produção, etc.

Mais uma vez, é possível identificar a existência de ato normativo para tratar da política agrícola, isto é, a Lei nº 8.171/91, que dispõe, justamente sobre a política agrícola brasileira, sendo traçado, no art. 3º, os objetivos a serem observados, valendo destacar alguns deles:

Art. 3º São objetivos da política agrícola:

II - sistematizar a atuação do Estado para que os diversos segmentos intervenientes da agricultura possam planejar suas ações e investimentos numa perspectiva de médio e longo prazos, reduzindo as incertezas do setor;

III - eliminar as distorções que afetam o desempenho das funções econômica e social da agricultura;

(...)

VII - compatibilizar as ações da política agrícola com as de reforma agrária, assegurando aos beneficiários o apoio à sua integração ao sistema produtivo;

(...)

IX - possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor rural, na definição dos rumos da agricultura brasileira;

X - prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade de atendimento ao pequeno produtor e sua família;

(...)

Ocorre que, tal como já mencionado alhures, especialmente na introdução deste trabalho, o Brasil tem se destacado, com o passar dos anos, por ser um país incentivador da concentração fundiária e a priorização daqueles que são detentores de grandes latifúndios, ao largo do pequeno produtor e do produtor agrícola familiar, os quais representam, justamente o MST.

Como se depreende dos estudos elaborados por CORCIOLI e MEDINA o foco das medidas agrícolas governamentais, especialmente de crédito, são os grandes produtores:

Há décadas a política agrícola brasileira tem focado especialmente em crédito subsidiado para produtores rurais e a maior parte dos recursos vai para custeio de grandes produtores (Moraes, 2014). O último Plano Safra trouxe a previsão de R\$ 236,3 bilhões, dos quais R\$ 56,92 bilhões foram para crédito de investimento e R\$ 179,38 para custeio e comercialização (Mapa, 2020). A maior parte desses montantes foi alocada para grandes produtores que receberam R\$ 39,52 bilhões para investimentos e R\$ 130,58 para custeio (Mapa, 2019).⁵¹

O enfoque nos grandes produtores destoa do previsto na legislação que trata da política agrícola e também não significa que inexistem, historicamente, políticas voltadas aos pequenos produtores. Vale, neste ponto, breve digressão histórica sobre as principais políticas públicas destinadas ao produtor rural.

Uma das principais medidas de governança pública destinada à agricultura familiar é o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), instituído durante o governo FHC, no ano de 1996, originariamente, por meio do Decreto 1.946/96, tendo como objetivo fortalecer os pequenos produtores por meio do financiamento subsidiado de serviços agropecuários e não agropecuários.

Vejamos os dizeres de TENCHINI e FREITAS sobre o programa:

50 BRASIL. Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991. art. 3º, caput e incisos II, III, VII, IX, X e XVII. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8171.htm.>. Acesso em: 10/02/24.

51 CORCIOLI. Gabriella; MEDINA. Gabriel da Silva. **Política agrícola para o agronegócio: uso de recursos públicos em benefício indireto de multinacionais estrangeiras**. 2023. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/6tqRpB9WmVNVtbtMBW3Nt5L/#>>. Acesso em 25/09/2023.

Conforme Relatório Institucional do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar [PRONAF], 2002), o crédito, os recursos e a formação dos agricultores e dos técnicos são tão importantes quanto à integração dessas políticas, atingível pelo esforço das organizações e do estímulo à coordenação entre os atores econômicos privados, organizações associativas e diferentes esferas do governo. Um dos pontos que tornam a linha tão diversa em sua cobertura ocorreu pela ampla participação das organizações da agricultura familiar em sua formulação (Bianchini, 2015).⁵²

Nesse momento, não se entende pertinente aprofundar sobre o PRONAF, visto que será tratado em tópico específico.

Vale, entretanto, mencionar outros programas e políticas agrícolas existentes, como a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), criada em 2010, por meio da Lei nº 12.188/2010, sendo estabelecidas metas para os serviços públicos de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

Imperioso mencionar ainda o “Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)”, que oferta condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra para a aquisição de imóvel rural por financiamento, bem como para a estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), etc.

Por fim, cita-se a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que visa, essencialmente, controlar possíveis oscilações na renda dos produtores rurais e assegurar uma remuneração mínima, sendo um balizador da oferta de alimentos.

Noutra senda, convém tratar da questão agrária brasileira. Diferentemente da política agrícola, que se liga às medidas governamentais utilizadas para estimular o crescimento econômico do agronegócio brasileiro, ao tratar de política agrária enfrenta-se o tema ligado, diretamente, ao acesso à terra por parte daqueles que almejam a produção agrícola, mas não são detentores de espaços capazes de produzir.

Vê-se, de partida, que a questão das políticas agrícola e agrária estão umbilicalmente correlacionadas, visto que, a primeira busca garantir meios econômicos de se produzir riquezas no campo e a segunda busca garantir o acesso à terra, não existindo ambos independentemente e, via de consequência, ambos acabam por se relacionar com a atuação de movimentos sociais que pleiteiam a redemocratização do acesso à terra (reforma agrária).

52 TENCHINI, Frederico Pereira; FREITAS, Carlos Otávio de. **Agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro: desenvolvimento regional sustentável e sua relação com o crédito via PRONAF.** Rev. Econ. Sociol. Rural. 62, (2), 2024. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/resr/a/gMbyj78qqyPKxvfQvg75h7w/#>>. Acesso em 26/09/2023.

Posto isso, convém traçar breve panorama histórico da política agrária brasileira, considerando, notadamente, os períodos mais recentes, visto que o aprofundamento do tema se deu alhures, sendo oportuno, neste momento digressões sutis.

A política agrária cinge-se, com maior proximidade, à questão da reforma agrária, entendida, de forma mais simplória, como uma necessidade de melhor e mais equânime distribuição de terras para aqueles que não detém moradia. Tal distribuição ocorre, em apertadíssima síntese, por meio de políticas governamentais de retomada de terras improdutivas e destinação/assentamento de famílias para que produzam alimentos para subsistência e comércio.

Ao tratar da questão da política agrária, é possível identificar que se trata de um conceito polissêmico multidisciplinar, tal como mencionado Stedile, citado por Bárbara Maia Santos, em tese de graduação sobre “O MST na visão da grande mídia”, para quem:

Na literatura política, o conceito questão agrária sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político (...) Na história, o termo questão agrária é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e da luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.⁵³

Mais adiante, a autora atinge o centro nevrálgico da questão ao mencionar que a questão agrária, no que concerne à atuação do MST, há distribuição desigual de terras, vejamos os dizeres:

A questão agrária é, em termos gerais, consequência de uma política de má distribuição fundiária, que historicamente propiciou a segregação dos meios de produção dos trabalhadores. Esta segregação em contrapartida acaba por beneficiar uma parcela menor de pessoas, tornando o processo de desenvolvimento social e econômico restrito aos detentores de capital. Aumenta então a lacuna entre classes sociais, o que gera insatisfações, o que implica em conflitos que por sua vez são remediados com políticas governamentais.⁵⁴

Imperioso salientar que a política agrária perpassa pela viabilização social e econômica de minifúndios, viabilizando o assentamento social de famílias, sendo objetivo da reforma agrária fortalecer a agricultura familiar, visando construir um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário que concilie as formas familiar e patronal de produção.

53 SANTOS. Barbara Maia. **O MST na visão da grande mídia**. 2012. Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/4989/TCC%20BARBARA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 10/10/2023.

54 Ibidem.

Posto isso, é certo que a reforma agrária é um mecanismo fundamental de afirmação de direitos sociais historicamente sonegados aos trabalhadores do campo e de construção de uma sociedade equânime.

4. METODOLOGIA DE PESQUISA

Para a correta e efetiva realização de uma pesquisa científica é indispensável a definição do método a ser utilizado e das fontes de pesquisa, de modo a conferir uma diretriz robusta e consistente.

Assim, passamos a traçar, de forma bem delineada e tratar da metodologia desta tese e as fontes utilizadas na pesquisa, de modo a fornecer alguns detalhes sobre a metodologia adotada, bem como posicionar sobre as ideias disseminadas no desenvolvido e elaboração dos capítulos.

Neste capítulo pretende-se explicitar, de forma elucidativa, exatamente a condução da coleta e análise dos dados coletados, além de apresentar, detalhadamente, o problema de pesquisa, que será respondido no decorrer da tese.

De partida, convém detalhar sobre a problemática da pesquisa, visto que é essa o ponto de partida para toda a discussão suscitada neste trabalho. Como mencionado, ainda que brevemente na introdução, a luta pela reforma agrária é reivindicação histórica no Brasil, perpassando por períodos anteriores à república até os dias presentes, com momentos em que inexistiam grupos formatados e organizados para formular as reivindicações até o momento do surgimento de diversos movimentos com discurso da redemocratização do acesso à terra, incluindo o MST.

Posto isso, é possível afirmar que a pesquisa se volta por estudar e entender, de forma aprofundada, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), a forma de articulação interna e externa do Movimento, bem como a evolução do MST no período da década de 1980 até os dias atuais, tendo como base de estudo as publicações veiculadas pelo próprio Movimento em seus meios de comunicação oficial (Boletim Sem Terra - Jornal Sem terra e sites institucionais), além de avaliar, ainda que de forma breve, as informações veiculadas sobre o MST na grande mídia.

De forma secundária, mas não menos importante, com a avaliação dos meios de comunicação, internos e externos do MST, buscou-se verificar a possível existência de uma dissonância institucional na forma de avaliação da atuação do Movimento, isto é, avaliar se o discurso utilizado nas mídias sociais do MST é representativo de toda a classe difundida no território nacional ou se representam os interesses e convalidam o discurso tão somente daqueles ocupantes de cargos diretivos do MST.

É possível afirmar, portanto, que o presente trabalho será um estudo de caso sobre o MST, visando entender os elementos que levaram a sua criação e sua evolução histórica.

Noutra senda, cabe mencionar que neste trabalho serão utilizados como fontes de pesquisa os autores que, de alguma forma, integram ou integraram o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, como João Pedro Stedile, assim como, autores que tiveram como enfoque de pesquisa o MST e sua evolução histórica.

A mencionada fonte de pesquisa será utilizada por meio do acesso e avaliação das publicações contidas nos sites do MST, informativos emitidos pelo próprio movimento, como forma de verificar o posicionamento institucional do movimento.

É certo, dessa ordem, que a principal fonte de pesquisa do trabalho em comento são os boletins informativos publicados pelo MST, bem como o Jornal Terra Livre, que circulou entre 1954-1964, além do Jornal Sem Terra, bem como notícias que circularam na grande mídia nacional.

É fonte de pesquisa também o site do MST, o qual representa um mecanismo de comunicação essencial para o movimento.

Por derradeiro, entende-se pertinente trazer a lume breve descrição das discussões travadas nos capítulos desta tese, de modo a posicionar o leitor.

No primeiro capítulo, buscou-se a realização de uma ampla e vasta revisão bibliográfica sobre a luta pela terra, tendo como marco temporal inicial o ano de 1850, perpassando pelas diversas fases que antecederam a criação do MST (1984), tratando de movimentos organizados precursores da discussão, chegando-se, no momento da criação do MST e a sua evolução histórica, até os momentos atuais. Destaca-se, mais uma vez, que se trata de angariação de trabalhos e de autores que tratam do tema da reforma agrária e dos seus impactos positivos e negativos para a coletividade e para a sociedade em geral.

Frisa-se, por oportuno, que no primeiro capítulo, utilizou-se, essencialmente, os trabalhos desenvolvidos por João Pedro Stedile, Bernardo Mançano Fernandes, Antônio Júlio Menezes Neto e João Alexandre Peschanki, sem prejuízo de outros trabalhos relevantes.

No segundo capítulo, foi traçado um comparativo entre política agrícola e política agrária, visto que ambos os conceitos são extremamente pertinentes para a discussão da reforma agrária, para a atuação do MST e para a avaliação das possíveis dissonâncias de atuação interna do MST, considerando aquele trabalhador rural que se encontra nos rincões do interior e aquela classe do Movimento que integra a estrutura diretiva do MST e participa efetivamente de discussões políticas, mantendo acesso aos três poderes.

A diferenciação dos conceitos também é importante para posicionar o leitor a respeito do contexto que circunda toda a discussão da reforma agrária e os conflitos existentes entorno do tema.

Por derradeiro, chega-se ao quarto capítulo desta pesquisa, no qual serão apresentados, efetivamente, os dados coletados no decorrer do trabalho. No mencionado capítulo, buscou fazer uma retrospectiva, por meio da metodologia histórica, das publicações inseridas pelo MST nos meios de comunicação, próprios e de terceiros, como já mencionado, Boletim e Jornal Sem Terra, sites e mídias sociais do Movimento, além de fazer uma breve avaliação das inserções na imprensa de grande relevância.

No derradeiro capítulo, utilizou-se, com bastante frequência figuras e imagens extraídas dos mencionados meios de comunicação, como forma de ilustrar e comprovar para o leitor as premissas suscitadas no início da pesquisa.

A apresentação de figuras também se justificou pela necessidade de avaliar as expressões utilizadas no discurso do Movimento e da imprensa para se referir ao MST e aos trabalhadores rurais, nas mais diversas camadas sociais e políticas.

5. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DISCURSO INSTITUCIONAL DO MST

Tal como já mencionado anteriormente, neste capítulo, serão apresentados os dados coletados com relação a evolução do discurso institucional do MST, considerando-se os diversos períodos de atuação, inclusive, aqueles que precederam a criação efetiva e formal do Movimento, de forma a verificar, de forma mais ampla possível, as evoluções e retrocessos experimentados pelos trabalhadores rurais no período, bem como a forma que os Dirigentes Gerais do MST se comunicaram com os trabalhadores rurais assentados e que ainda reivindicam o acesso à terra.

Também se coletou informações divulgadas em grandes veículos de comunicação sobre a atuação do MST, para melhor compreensão da evolução do movimento.

5.1 Início da Luta Camponesa Organizada (1950-1984)

A atuação comunicativa dos camponeses que atuavam na reivindicação do acesso à terra e a implementação de políticas públicas voltadas à reforma agrária iniciou-se muito antes da criação efetiva do MST. Isto porque, durante a coleta de dados foi possível angariar materiais referentes ao “Jornal Terra Livre”, que circulou no período de 1954-1964.

Durante as pesquisas evidenciou-se que o editorial outrora mencionado foi idealizado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), tendo como público alvo os camponeses, visando a divulgação da legislação trabalhista e dos protestos dos pequenos agricultores.

A primeira edição circulou no período de junho/julho de 1954. O editorial contava com 08 (oito) páginas, dedicadas a trazer informações aos agricultores sobre medidas governamentais e notícias sobre as atuações gerais dos trabalhadores rurais no que concerne à reforma agrária.

Figura 1 – Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=1836106716081&pagfis=4928>>

Imperioso mencionar que o engajamento e a participação política na causa sempre foi objeto de apontamentos nos editoriais que tratavam do tema, conforme se depreende da edição veiculada na segunda quinzena de julho de 1954 do “Terra Livre”, a qual menciona o apoio de deputados à 2ª Conferência.

Figura 2 - Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4936>>

Vê-se ainda que sempre houve uma iniciativa convocatória dos trabalhadores, desde 1954:

Figura 3 – Objetivo de organizar os trabalhadores rurais do Brasil

II CONFERENCIA NACIONAL DE TRABALHADORES AGRICOLAS
MANIFESTO DE CONVOCAÇÃO

Aos assalariados agrícolas, colonos de café, arrendatários, meeiros, parceiros, posseiros, ocupantes, moradores, agregados, pequenos proprietários, flagelados, peões e trabalhadores florestais. A todos os trabalhadores agrícolas do Brasil!

É chegado o momento de realizarmos a II Conferencia Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Nós acreditamos que somente por meio da nossa união e do nosso esforço coletivo é que poderemos melhorar as atuais condições de vida dos trabalhadores das fazendas e das usinas de açúcar e garantir para os nossos filhos um futuro feliz.

Demos um grande passo neste caminho com a realização, em São Paulo, nos dias 5 e 6 de setembro do ano passado, da I Conferencia Nacional de Trabalhadores Agrícolas. Reunimo-nos, com a ajuda dos operários, discutimos a nossa situação e os meios de conseguir melhorá-la. Essa primeira Conferencia muito nos ajudou: sindicatos rurais e associações foram criados em muitos lugares para lutar pelo cumprimento daquilo que nós resolvemos em São Paulo. O salario minimo foi conquistado.

Agora é o momento de caminharmos um pouco mais. A vida dos trabalhadores agrícolas do Brasil é a mais penosa que se possa imaginar. A sua grande maioria não possui a terra em que trabalha. Os ordenados são miseráveis; variam de um lugar para outro, mas, em toda a parte, mal chegam para o trabalhador não morrer de fome. O salario minimo ainda não está sendo pago. Muitos patrões exigem mais de 10 horas de trabalho. A jornada chega a ser, às vezes, de 16 e 18 horas, como acontece no açude Araras, no Ceará, e nas usinas de açúcar onde é adotado o sistema de pagamento por tarefa. Os nordestinos que procuram, no sul, uma vida melhor, são frequentemente escravizados pelos grandes fazendeiros, humilhados e privados de qualquer direito. A vida dos colonos de café torna-se também aflitiva: os fazendeiros não aumentaram os ordenados e mesadas, apesar do alto preço alcançado pelo café. Os pagamentos em ordens e em vales agravam ainda mais a miséria do trabalhador agrícola.

Vemos, finalmente, a grande maioria da população brasileira, que trabalha na agricultura, na pecuária e nas matas, sem possibilidades de por os filhos na escola, sem assistência medica ou qualquer outra. As dificuldades e os sofrimentos

recem sobre todos: pequenos e médios proprietários, que não conseguem financiamentos e são esfiados pelos impostos; arrendatários, posseiros, agregados, parceiros, meeiros, assalariados agrícolas, colonos, flagelados, peões, trabalhadores florestais.

A todos, pois, convidamos a dar inteiro apoio à II Conferencia Nacional de Trabalhadores Agrícolas, que será realizada nos dias 17, 18 e 19 de setembro deste ano na capital de São Paulo, onde tivemos no ano passado a melhor acolhida.

Irmãos trabalhadores!

Realizai em cada fazenda ou usina, em cada local de trabalho, nos patrimônios, nas povoações, nas posses, nas vilas, nos correjos, nas águas, nas feiras e nas terras de arrendamento, reuniões para debater a nossa situação! Como fruto dessas discussões, será elaborada, pela II Conferencia a «Carta dos Direitos e das Reivindicações dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil».

Realizai Conferencias locais, municipais, de zonas e estaduais! Elegei vossos legitimos representantes para falar em vosso nome na II Conferencia Nacional de Trabalhadores Agrícolas!

Diretores de Sindicatos e Associações de operários e de trabalhadores agrícolas: assinalai conosco esta convocação!

Operários e operárias das cidades! Irmãos e irmãs! Ajudai os trabalhadores agrícolas do Brasil nesta grandiosa tarefa! Assinalai conosco esta convocação, dando-nos o vosso valioso apoio!

Viva a união e a organização dos trabalhadores agrícolas do Brasil!

Viva a grande amizade dos operários da cidade e dos trabalhadores do campo!

São Paulo, 16 de junho de 1954

A COMISSÃO PERMANENTE DA I CONFERENCIA NACIONAL DE TRABALHADORES AGRICOLAS.

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4932>>

Assim, como percebe-se a existência de embriões de conferências e atuações em várias regiões, para a disseminação das ideias dos trabalhadores rurais sem acesso à terra, tal como a realização da II Conferencia de Trabalhadores Agrícolas, no período de 17 à 19 de setembro de 1954:

Figura 4 - Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4955>>

De igual modo, a busca pelo acesso a direitos sempre esteve na pauta dos trabalhadores agrícolas, como a melhor distribuição de terras e existência de uma previdência rural, conforme se vê no editorial de dezembro/1954:

Figura 5 - Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4976>>

A pauta da reforma agrária e da concentração de terra em latifúndios se mostrou recorrente nos editoriais, vejamos o jornal veiculado em janeiro/1955:

Figura 6 - Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4981>>

Nesse contexto, surge, de fato, um movimento, minimamente organizado, para reivindicar políticas públicas voltadas à redemocratização da terra e pela reforma agrária, o Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (Master), iniciado em junho de 1960, o qual, nas palavras do próprio MST.

Imperioso destacar que a questão política está umbilicalmente ligada aos movimentos pela democratização da terra desde suas origens, visto que a principal liderança do Master foi Jair de Moura Calixto, então chefe do Poder Executivo do Município de Nonoai/RS e primo-irmão do governador Leonel de Moura Brizola, razão pela qual o governador aportou seu apoio ao movimento, tendo adotado a defesa da regularização de terras como frente de seu mandato político, inclusive, com o envio de tropas militares para a região do conflito rural, o que favoreceu o cenário para a organização estrutural do movimento.

Vejamos imagem que evidencia a participação de Lionel Brizola junto aos trabalhadores rurais:

Figura 7-- Brizola entre os trabalhadores rurais do MASTER, em 1962.



Fonte:

<<https://www.dmtemdebate.com.br/24-de-junho-de-1960-e-fundado-o-movimento-dos-agricultores-sem-terra-master-importante-marco-na-luta-dos-camponeses-do-sul-do-brasil/>>

Figura 8 - Brizola visita acampamento na Fazenda Sarandi



Fonte: <<https://mst.org.br/2019/09/02/a-semente-do-mst-40-anos-da-ocupacao-macali-e-brilhante/>>

A atuação de Brizola, à época, não se deu somente no campo do apoio moral, mas também com a implementação de medidas políticas, como a desapropriação de áreas enquanto exercia o cargo de Chefe do Poder Executivo do Rio Grande do Sul, senão vejamos o Jornal Terra Livre de Maio/1962:

Figura 9 - Jornal Terra Livre 1954-1964

BRIZOLA desapropria mais 49 mil hectares de terra no Rio Grande do Sul

As terras que podiam pertencer ao Estado. Quando...

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=5209>>

No entanto, o movimento de apoio do Executivo não se mostrava à época, difundido pelo Brasil, a título de exemplo, citamos o Estado do Paraná, no Governo de Ney Braga (1961-1965):

Figura 10 – Jornal Terra Live – 1954-1964

Polícia de Ney Braga massacra o povo

Investigação mostra profundeza pela polícia política de Lacerda, aplicação oportuna e consequente do Paraná - Autoridades do Império Brasileiro - Ney Braga em pé de igualdade com Moisés Lupatin, Corvelo Pinto e...

Cuba: Reforma agrária triunfa

Completaram hoje o ano de existência da reforma agrária em Cuba...

DELEGADO VOTA CONSTITUÍDA

Frente política, em sua maioria formada por membros da oposição, foi constituída no processo eleitoral...

NEY BRAGA SIGUE A LUTAR

Após a vitória eleitoral, o candidato eleito para o cargo de governador do Estado do Rio Grande do Sul...

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=13250>>

A disseminação de informações sobre os assentamentos e invasões também se mostrou constante no Jornal Terra Livre, inclusive em março/1964:

Figura 11 - Jornal Terra Livre 1954-1964



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=5301>>

O que se depreende das publicações do mencionado editorial (“Terra Livre”) é a existência, desde a década de 1950, de um discurso politizado, com críticas àqueles governantes que adotavam medidas restritivas e punitivas aos trabalhadores rurais que reivindicavam o acesso à terra e publicações enaltecendo aqueles que aderiam politicamente às pautas dos trabalhadores rurais, como ocorreu com Lionel Brizola.

Também é notório um direcionamento para a divulgação de invasões realizadas, assentamentos ocupados e mobilizações/congressos que seriam realizados em datas próximas, com o intuito de angariar os agricultores para as ações e aderiram à pauta.

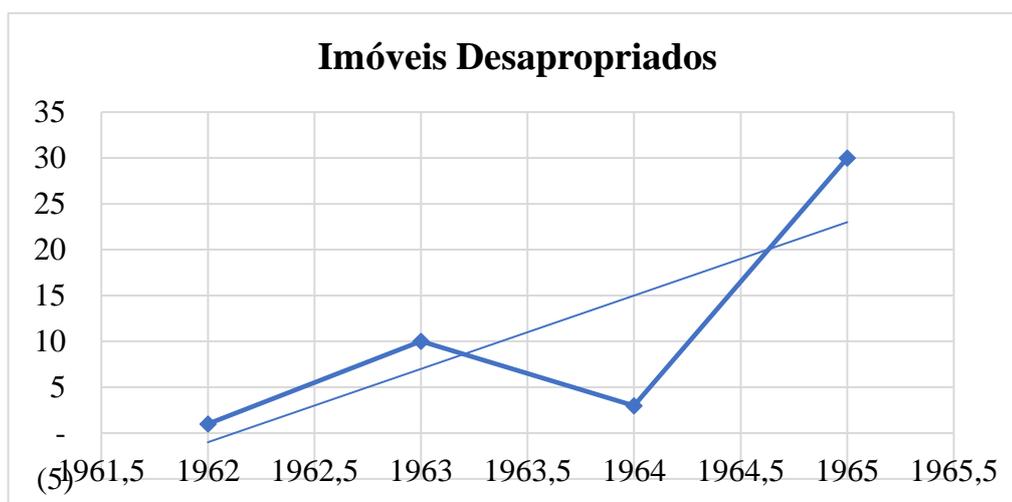
Além da avaliação das publicações realizadas pelos editoriais ligados à saúde da reforma agrária, entende-se pertinente trazer à baila uma avaliação sobre o quantitativo de Decretos Desapropriatório Editados no período em avaliação (1950-1965), de modo a verificar se houve, com a atuação do Jornal Terra Livre alguma modificação nas políticas aplicadas nesta seara:

Figura 12 – Quantitativo de Decretos Desapropriatórios

DECRETOS DESAPROPRIATÓRIO EDITADOS - Histórico		
Ano	Imóveis	Área (ha)
1962	1	264
1963	10	42.054
1964	3	22.802
1965	30	15.405

Fonte: INCRA

Figura 13 – Gráfico sobre Imóveis Desapropriados – 1961-1965



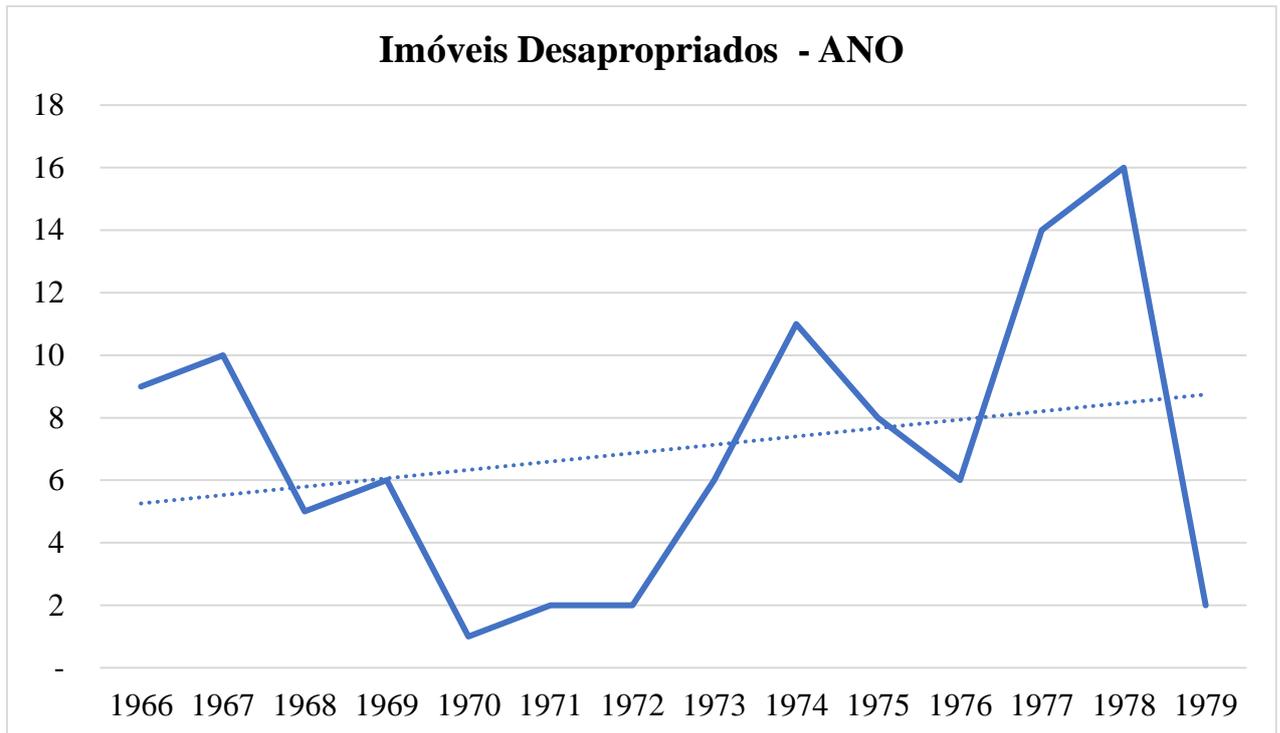
Fonte: INCRA

Nota-se no gráfico, que houve uma tendência de crescimento do número de decretos desapropriatórios no período. “O Terra Livre foi o principal instrumento escrito de propaganda das bandeiras do PCB entre os trabalhadores do campo e de apoio às lutas desenvolvidas por esse segmento (MEDEIROS, 1995, p.208)”.

A partir do ano de 1964 instalou-se no Brasil o período Ditatorial e do Militarismo, que perdurou de 1 de abril de 1964 até o ano de 1985, o que, por si só, dificultou a disseminação de ideais comunistas, tal como realizado pelo Jornal Terra Livre, que fora idealizado, justamente pelo Partido Comunista.

No período ditatorial é possível verificar um decréscimo do número de imóveis desapropriados, sendo um reflexo direto das ideias difundidas pelo militarismo.

Figura 14 – Gráfico de Imóveis desapropriados – 1966-1979

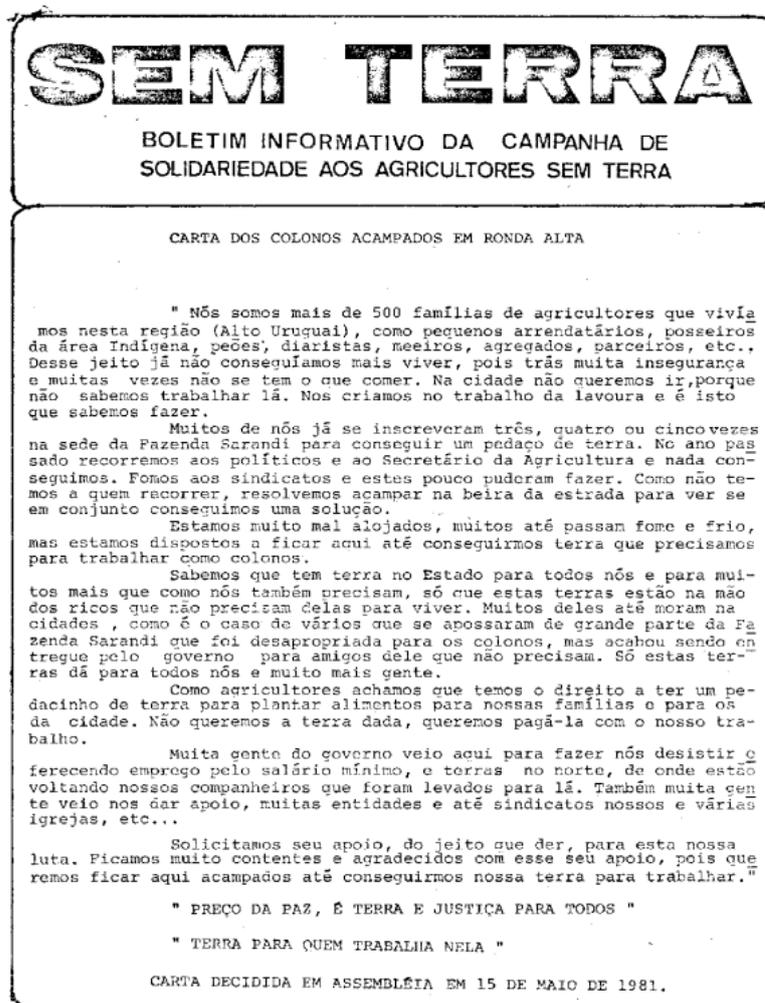


Fonte: INCRA

Posto isso, nota-se que as publicações relacionadas ao tema da reforma agrária foram mais escassas, se comparada com outros períodos.

No entanto, ainda durante a Ditadura, mas em período mais arrefecido (1981), surge, novamente, editorial para realizar uma abordagem temática da reforma agrária e da luta pela terra, isto é, o “Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra – Jornal Sem Terra”, que teve sua primeira edição em maio/1981.

Figura 15 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2985>>

Com 12 páginas, datilografado e mimeógrafo, o boletim, datado de 15 de maio de 1981, é assinado pela Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra. Os responsáveis pela publicação são o Movimento de Justiça e de Direitos Humanos e a Comissão Pastoral da Terra-RS, que atuam em uma sala em Porto Alegre.⁵⁵

Com a leitura atenta do teor do mencionado boletim, vê-se o objetivo era manter os colaboradores da campanha de solidariedade informados sobre as ações dos trabalhadores rurais sem acesso à terra. O que se depreende também é a linguagem utilizada pelos redatores ao descrever o texto. No decorrer do boletim, nota-se a existência de um editorial intitulado "História de um Povo Oprimido", percebendo-se, portanto, que os trabalhadores rurais sem terras se autoconsideravam oprimidos pelo Estado e pela Sociedade.

55 CUNHA, Joana Tavares Pinto. **De boletim a Jornal Sem Terra: História, prática e papel na constituição do MST.** 2013.p. 80. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/publico/JoanaCunha.pdf>>. Acesso em: 21/12/2023.

Infere-se, nesta linha, que no primeiro editorial foi confeccionada uma "carta de apresentação" do jornal, sendo descrito da seguinte forma:

Estamos apresentando o primeiro número deste Boletim Informativo que, dentro de suas atribuições uma é a de manter constantemente informados todos os colaboradores desta campanha de solidariedade, através de suas entidades representativas - sindicatos e federações de trabalhadores rurais e urbanos, comunidades de base e demais entidades a nível nacional - bem como a opinião pública em geral, através dos meios de comunicação - jornal, rádio e televisão. Outra, é ampliar ainda mais esta campanha, levando-a a todas as regiões do Estado e País.⁵⁶

Outro aspecto que é de ser destacado é a forma como os redatores do boletim se autointitulavam, isto é, tratavam-se como uma "Campanha de solidariedade aos agricultores sem-terra", ou seja, sequer se tratava de um movimento organizado, mas sim uma forma de apoio, não institucional, à causa da reforma agrária e do acesso à terra.

Para além disso, deve ser destacado, ademais, que se tratava de uma campanha sulista, isto é, disseminada no Rio Grande do Sul, tal como a maior parte das movimentações existentes até a criação, de fato, do MST. Vê-se que o boletim teve sua tiragem realizada em Porto Alegre/RS, mostrando uma tendência de movimentação reivindicatória mais ao sul do país.

No que concerne à participação religiosa na luta camponesa, também é possível identificar manifestações indicando a inserção das igrejas na luta, conforme se nota na 3ª edição do boletim Sem Terra, datado de 04 de junho de 1981:

Figura 16 -Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 03 Jun 1981

PASTOR DA IGREJA LUTERANA VISITA COLONOS

Na semana passada, mais uma vez, representantes da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, estiveram visitando o acampamento dos colonos sem terra. O pastor, Osmar Armange, de Carazinho esteve reafirmando o apoio e compromisso de solidariedade assumido com os acampados de Ronda Alta.

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3115>>

⁵⁶ CARTA de Apresentação. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1981. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2985>>. Acesso em: 10/05/2023.

Figura 17 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\ n 06 Jun 1981



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2997>>

As ações de ocupação dos trabalhadores rurais também sempre se mostram como um destaque para as publicações editoriais e continuaram sendo utilizadas pelo próprio MST, como é o caso do Acampamento Encruzilhada Natalino e Ocupações Granjas Macali e Brilhante.

Figura 18 - A luta do Acampamento Encruzilhada Natalino



Fonte: <<https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>>

Convém trazer à baila a descrição do próprio MST, contida em seu site oficial, sobre a ocupação de Encruzilhada Natalino. Tal como se depreende da citação abaixo, o MST vislumbrou a ação com uma iniciativa social e minudentemente estudada, demonstrando que o Movimento já percebia uma atuação organizada, articulada e aparelhada para reivindicação:

A organização do acampamento foi uma ação social planejada e estudada meses antes de acontecer. No início voltou-se para a articulação com os agricultores que haviam sido impedidos pelas forças armadas de entrar nas fazendas Macali e Brilhante e os remanescentes da reserva indígena, que não haviam conseguido comprar terras. A localização geográfica foi importante, para maior visibilidade pública do acampamento. Sendo escolhida de modo estratégico, já que a Encruzilhada Natalino está localizada num entroncamento rodoviário onde circulam ônibus e veículos, em direção às quatro maiores cidades da região (Passo Fundo, Sarandi, Carazinho e Ronda Alta), que liga o Rio Grande do Sul à Santa Catarina e se encontrava próxima de vários assentamentos de trabalhadores Sem Terra, como o assentamento Macali⁵⁷.

A ocupação é considerada, até os dias atuais, como um marco histórico para o movimento dos sem-terra e também para a região de Ronda Alta/RS:

Figura 19 - Ocupações representaram a retomada da luta camponesa no final da ditadura militar



Fonte: <<https://www.brasildefatores.com.br/2019/09/19/a-notoriedade-das-ocupacoes-macali-e-brilhante-e-historica>>

Nesse ponto, cabe trazer breve consideração de Stédile, sobre a ocupação:

⁵⁷MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br/2014/06/18/a-luta-do-acampamento-encruzilhada-natalino/>>

Essas ocupações representaram a retomada da luta camponesa no estado, fazendo ligação com a luta histórica da região. Então Macali e Brilhante foram a ponte entre o pré-64 e a luta pós-ditadura militar. Foi o ressurgimento do movimento camponês sem o medo da repressão⁵⁸.

Também oportuna a manifestação do professor Ivaldo Gehlen e a manifestação do MST em seu site, sobre a temática:

Mudou a visão da sociedade brasileira sobre os agricultores, até sobre os Sem Terras. Quem ganhou a terra criou uma identidade de cidadania. Sobretudo, do ponto de vista social e político, as mulheres mudaram muito, se empoderaram.

(...) este episódio ficou conhecido como a primeira tentativa bem sucedida e que marcou uma nova etapa das lutas no campo. Ocorreu cinco anos antes da fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e teve como principal apoio os setores progressistas da Igreja Católica.⁵⁹

Consta dos sítios do MST que foram realizadas, durante o período de existência do assentamento, aproximadamente 23 manifestações públicas e 18 visitas ao governo estadual, Assembleia Legislativa e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

As manifestações eram constantemente noticiadas pelo folheto “Sem Terra”, de forma a viabilizar a adesão do maior número de participantes possível:

⁵⁸ RAUBER, Maiara. A notoriedade das ocupações Macali e Brilhante é histórica. **Brasil de Fato**. Porto Alegre. 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/09/19/a-notoriedade-das-ocupacoes-macali-e-brilhante-e-historica>. Acesso em: 20/05/2023.

⁵⁹ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **“Primeira Terra”**: livro conta a ocupação que retomou a luta pela reforma agrária no Brasil. 2022. Disponível em: <<https://mst.org.br/2022/11/29/primeira-terra-livro-conta-a-ocupacao-que-retomou-a-luta-pela-reforma-agraria-no-brasil/>>. Acesso em: 10/05/2023.

Figura 20 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 09 Jul 1981



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3023>>

O próprio MST considera a atuação no período como uma elevada demonstração de força:

Uma das primeiras demonstrações de força, por parte dos Sem Terra, ocorreu em 25 de julho de 1981, em um ato público com mais de quinze mil pessoas, noticiado pela imprensa de Porto Alegre como “a maior manifestação realizada por trabalhadores rurais na história do Rio Grande do Sul”. Na ocasião, o bispo Dom Tomás Balduino comparou a luta do Acampamento Natalino às greves no ABC paulista, realizadas pelo sindicato dos metalúrgicos entre 1978 e 1980⁶⁰.

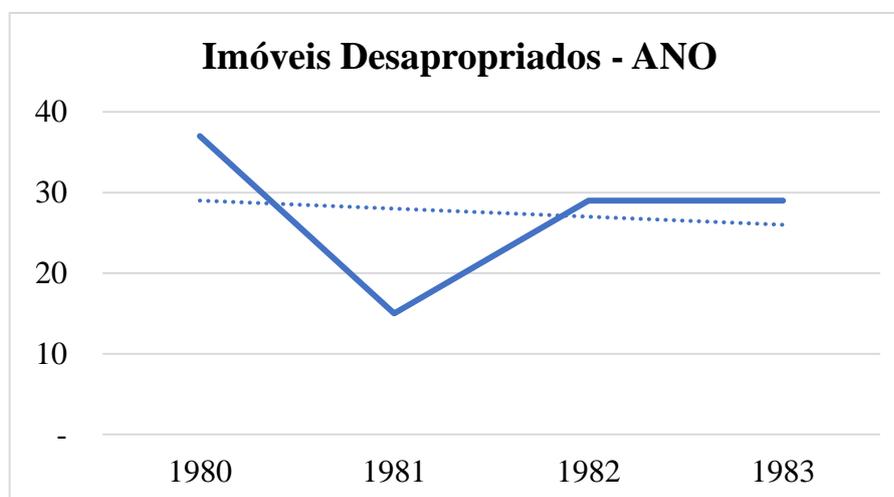
Como se nota, no período de 1954 até o início da década de 1980, a luta pelo acesso à terra ganhou novos contornos, com a existência de uma maior organização, maior politização e participação de diversos atores, não apenas os trabalhadores rurais, mas políticos ocupantes de cargos públicos, igrejas etc. A organização e o apoio angariado são corroborados pela publicação contida no folheto de novembro de 1983:

⁶⁰ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **O MST: nossa história.** Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 30/06/2023.

Cerca de 2 mil agricultores acotovelavam-se no amplo salão do Seminário São Pascoal, em Três Passos/RS, dia ° de outubro, onde aconteceu a primeira Assembleia Municipal de Trabalhadores Sem Terra. O encontro é resultado de longo e paciente trabalho de organização dos sem-terra iniciado na região. São 700 famílias (cerca de 2300 pessoas) somente no município de Três Passos, segundo levantamento realizado pela Comissão Municipal dos Sem Terra, Sindicato de Trabalhadores Rurais e Igreja. Esse dado alarmou os agricultores e lideranças sindicais e revelou porque tem sido "um prato cheio" às colonizadoras do norte do país.⁶¹

Analisando graficamente, nota-se que houve um aumento do número de imóveis desapropriados no período de 1980 até 1983, se comparado com o período anteriormente analisando (1962-1965).

Figura 21 – Imóveis Desapropriados 1980-1983



Fonte: INCRA

No período subsequente, há a criação efetiva do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), período este que será objeto de análise a seguir.

5.2 Criação do MST e as Mudanças na Luta Camponesa (1984-2010)

Perpassada a avaliação do período que antecedeu a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), faz-se imperiosa a análise da criação efetiva do Movimento e a sua atuação com o passar dos anos, vez que é, reconhecidamente, o organismo de maior relevância na pauta da reforma agrária.

⁶¹ MAIS de dois mil colonos cobram promessas do governo gaúcho - "Queremos Terra Aqui". **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**. 1983. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2947>>. Acesso em: 30/06/2023.

O marco inaugural do MST é clara e inquestionavelmente o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marco na fundação do MST, realizado no Município de Cascavel, no período de 20 a 22 de janeiro de 1984, no Seminário Diocesano de Cascavel, no Paraná.

Infere-se das informações obtidas sobre o encontro, que houve a participação de acerca de 100 pessoas de 12 estados, representando diferentes lutas pelas terras locais, sindicatos de trabalhadores rurais combativos em articulações promovidas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Figura 22 - Trabalhadores Sem Terra reunidos em Cascavel, no Paraná.



Fonte: <<https://mst.org.br/2021/01/22/sem-reforma-agraria-popular-nao-ha-democracia/>>

Trazer à baila a descrição do site do MST sobre a criação do Movimento é essencial, vejamos:

Surge o MST: Em 1984, os trabalhadores rurais que protagonizavam essas lutas pela democracia da terra e da sociedade se convergem no 1º Encontro Nacional, em Cascavel, no Paraná. Ali, decidem fundar um movimento camponês nacional, o MST, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país.⁶²

A criação do MST foi destaque no Jornal SEM TERRA de abril de 1984:

⁶² MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 30/06/2023.

DEBATES

Representantes de 12 Estados participaram do Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado em Cascavel, no Oeste do Paraná, de 20 a 22 de Janeiro de 1984. No total, foram 92 pessoas, entre agricultores, agentes de pastoral, sindicalistas e assessores. Entre as entidades participantes estava a CUT – Central Única dos Trabalhadores, o CIMI, a CPT, a ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária e a Pastoral Operária. Todos foram alojados no Centro Diocesano de Formação de Cascavel.

A importância do Encontro se torna evidente

pelos resultados que apresentou. Serviu para troca de experiência entre os Sem Terra, para a avaliação do grau de organização, para unificar procedimentos e definir uma linha a seguir em todos os lugares, fortalecendo o Movimento e ganhando o reconhecimento da sociedade. Aqui, apresentamos as principais resoluções, o documento final e dois debates que refletem as questões levantadas.

O avanço obtido até agora fica claro nas palavras de um participante: “Em outros encontros se falava em invasão de terra e hoje se fala em ocupação da terra”.



Na mesa coordenadora: Afonso (MS), Otávio (PR), Agnor (SC), Campigoto (RS), Felipe (BA) e Francisco (SP).

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2978>>

Não apenas da criação do MST foi marcado o 1º Encontro, mas também a definição dos objetivos do Movimento, as bandeiras básicas, e pontos delicados de discussão, como a mecanização da agricultura e o estímulo a grandes projetos desenvolvimentistas resultam em aumento na concentração da propriedade em poucas pessoas, sufocando os pequenos e médios produtores e disparando a pobreza e o êxodo rural.

A criação do MST também surtiu reflexos nas publicações midiáticas do Movimento e da causa, tal como destacado pelo próprio site oficial:

A partir de 1984, com a criação oficial do MST, o Boletim Sem Terra dá um salto qualitativo e se transforma no Jornal Sem Terra. Muda o formato, a amplitude, o editorial e os objetivos. Num momento de nacionalização do Movimento, o jornal passa a ter um caráter mais interno, e se torna um dos principais instrumentos de articulador, de motivador da luta e de formação política a ser realizado nos trabalhos de base, característica que vem tendo desde então.⁶³

⁶³ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 30/06/2023.

Considerando os fatos históricos marcantes pela luta da democratização do acesso à terra, convém destacar a realização do 1º Encontro/Congresso Nacional para discussão da temática, reunindo, dentre outros participantes, posseiros, migrantes, meeiros e pequenos agricultores, no interregno de 20 à 25 de janeiro de 1985.

Figura 24 -Congresso Nacional do MST



Fonte: <<https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>>

Os mencionados objetivos constam, inclusive, até o presente momento, nas páginas oficiais do Movimento: <https://mst.org.br/objetivos/> e fizeram parte da divulgação interna do Movimento, em seus meios de comunicação próprios, sendo possível vislumbrar publicação referencial no Caderno de Formação nº 19, elaborado em janeiro de 1993.

1 - Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; 2 - Lutar por uma sociedade sem exploradores e explorados; 3 - Ser um movimento de massa autônomo dentro do movimento sindical para conquistar a reforma agrária; 4 - Organizar os trabalhadores rurais na base; 5 - Estimular a participação dos trabalhadores rurais no sindicato e no partido político; 6 - Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção

política dos trabalhadores; 7 - Articular-se com os trabalhadores da cidade e da América Latina.⁶⁴

De igual sorte, vejamos as reivindicações do movimento:

1 - Legalização das terras ocupadas pelos trabalhadores; 2 - Estabelecimento da área máxima para as propriedades rurais; 3 - Desapropriação de todos os latifúndios; 4 - Desapropriação das terras das multinacionais; 5 - Demarcação das terras indígenas, com o reassentamento dos posseiros pobres em áreas da região; 6 - Apuração e punição de todos os crimes contra os trabalhadores rurais; 7 - Fim dos incentivos e subsídios do governo ao Proálcool e outros projetos que beneficiam os fazendeiros; 8 - Mudança da política agrícola do governo dando prioridade ao pequeno produtor; 9 - Extinção imediata do GETAT e do GEBAM; 10 - Fim da política de colonização".⁶⁵

Para além disso, é certo que, durante o primeiro congresso, foi realizada a organização hierárquica do movimento, com a eleição de uma coordenação, composta por dois representantes dos treze estados que se faziam presentes no encontro. O período de vigência da coordenação eleita foi definido como bienal, com reeleições ilimitadas.

Vejamos o descrito no 1º Caderno de Formação elaborado pelo MST:

Figura 25 – Congresso Nacional dos Sem Terra

1985 - Já em janeiro de 85, ocorreu na cidade de Curitiba /PR, o Iº Congresso Nacional dos Sem Terra, com participação de doze estados do Brasil, sendo que no final dos 3 dias de estudo e discussão foi tirado o Documento principal do Congresso, aprovado pelos 1.500 delegados presentes onde contém as propostas dos sem terra de todo o país para uma Reforma Agrária drástica e radical.

Este congresso muito contribuiu para o avanço e divulgação do Movimento na opinião pública, e principalmente no trabalho de articulação e organização dos municípios nos Estados.

Com a proposta do PNRA da Nova República e a consequente assinatura pelo presidente do Decreto de Reforma Agrária, os trabalhadores sem terra foram desenvolvendo outras formas de lutas, como o acampamento de 3 dias em Palmeira das Missões/RS, que mobilizou os próprios sem terra levando o movimento a um grande avanço político e organizativo, tornando-o mais sólido e consequente, como bem demonstraram as vitórias obtidas até aqui.

Fonte: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-01-organizacao-do-movimento-quem-e-quem-na-luta-pela-terra/>>

É perceptível que houve um reconhecimento, por parte dos dirigentes nacionais, que o objetivo primário deveria ser a democratização do acesso à terra, mas que o movimento não poderia se limitar a isso, visto que a problemática era mais abrangente, devendo a luta ser

⁶⁴ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Disponível em: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-19-calendario-historico-dos-trabalhadores/>>. Acesso em: 30/06/2023.

⁶⁵ Ibidem.

vislumbrada sob outro espectro, abrangendo questões política mais dilatadas, como a busca de uma sociedade justa e fraterna com a superação do modelo capitalista.

Para tanto, foi minutado, em agosto de 1985, o 5º Caderno de Formação.

Como se vê, o caderno de formação objetivava, de forma simples e ilustrativa, demonstrar como os posseiros e agricultores poderiam se organizar de forma regional local, em consonância com os ideais nacionais do movimento.

Figura 26 – MST



Fonte: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-05-mst-organizacao/>>

Figura 27- MST : Organização

RESUMO

O QUE É?	5
COMO COMEÇAR A ORGANIZAÇÃO?	6
- Municípios onde o Sindicato é bom	
- Municípios onde o Sindicato é pelego	
- Municípios de ocupação	
DEPOIS DE FORMADA A COMISSÃO MUNICIPAL PROVISÓRIA	7
- Fazer um plano de trabalho	
- Organizar uma caixinha	
- Distribuir tarefas dentro da Comissão	
- Fazer um plano das datas de reuniões	
PROCURAR ORGANIZAR A ASSEMBLÉIA MUNICIPAL	8
E COMO SE PODE ORGANIZAR NA BASE MESMO?	9
- Núcleos nas comunidades	
- Grupo na delegacia sindical	
- Reuniões amplas	
- Grupo de confiança	
COMO ESTÁ ORGANIZADO A NÍVEL ESTADUAL?	10
- Organizar a Comissão Estadual Provisória	
- Organizar a Comissão Estadual Executiva	
- Os Movimentos Regionais	
- Encontros de estudos a nível estadual	
- Encontros e Congressos Estaduais	
- Secretaria Estadual	
COMO ESTÁ ORGANIZADO A NÍVEL NACIONAL?	13
- Coordenação Nacional	
- Comissão Executiva Nacional	
- Secretaria Nacional do Movimento	
- Como um Estado pode se integrar na Nacional	
A NECESSIDADE DE ACESSORIA	14
ALGUNS PRINCÍPIOS DE NOSSA ORGANIZAÇÃO	14

4

Fonte:< <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-05-mst-organizacao/>>

A simples leitura do sumário do caderno de formação demonstra que foi elaborado um documento minucioso, descrevendo, passo a passo, como organizar o MST no Município e nos Estados, com a eleição das competentes lideranças e os princípios a serem observados, o que caracteriza a mudança de perfil de atuação do MST

A título de exemplo, citamos que em janeiro de 1986 o MST contava com quarenta e dois assentamentos, em onze Estados Federados, vejamos mapa de ocupações do movimento:

Figura 28 - Caderno de Formação n 1 A organização do movimento



Fonte: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cdem_bibl1t&pagfis=5232>

Oportuno citar estudo científico sobre a multiplicação de assentamentos, à época: “Outro fator importante nesta época foi a nova realidade dos assentamentos, que alcançam grande número, exigindo respostas quanto à organização da produção e dos produtores nestas áreas.”

As iniciativas adotadas pelo MST de ocupar espaços, em busca de conquistar terras improdutivas surtiu efeitos, quando observados os dados de quantidade de projetos implementados pelo Governo Federal e quantidade família assentadas, as quais somam-se, no período de 1984-1987, isto é, 41.443 famílias assentadas:

Figura 29 – Quantitativo de Projetos de Assentamentos e Famílias assentadas

Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
1984	9	54.549,6834	1.175	1.093
1985	3	28.729,7620	700	688
1986	80	530.699,8797	12.894	11.269
1987	217	1.484.147,5685	33.981	28.393

Fonte: INCRA

Necessário trazer um comparativo deste período de 04 anos (1984-1987), com a década anterior (1974-1983), lapso temporal que inexistia MST. Vejamos que no período de 09 anos foram assentadas 38.412 famílias, número inferior aos primeiros 04 anos de atuação do Movimento:

Figura 30 – Quantitativo de Projetos de Assentamentos Implementados 1974-1983

PROJETOS ASSENTAMENTO IMPLANTADOS - GERAL				
Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
1974	1	314.962,6023	1.556	1.498
1975	3	419.364,0626	4.204	218
1977	2	376.394,8187	5.803	5.645
1978	2	2.048.061,5440	20.218	2.623
1979	2	341.832,2046	5.060	4.255
1980	2	239.376,2702	1.700	608
1981	15	457.627,9957	9.463	7.803
1982	10	1.273.747,8145	17.374	12.355
1983	4	254.842,5151	3.975	3.407

Fonte: INCRA

Para além da atuação do MST, há que se considerar, nestes primeiros anos de Movimento, as modificações normativas levadas a efeito na ordem jurídica brasileira, especialmente em instância constitucional, a qual passou a ser discutida em 1987, logo após a restauração da ordem democrática. Isto porque, o MST não passou ao largo da discussão, vez que a Reforma Agrária foi tema sensível na discussão constitucional.

Os dados acima são corroborados pela quantidade de imóveis desapropriados na época, como vemos graficamente um crescimento ano a ano, como reflexo da atuação do MST:

Convém destacar, inclusive, publicação contida nos cadernos de formação do MST sobre a Assembleia Constituinte:

Figura 32 - Caderno de Formação n 1 A organização do movimento

c) Sobre a constituinte:

1. Debater e encaminhar uma proposta de Reforma Agrária para a constituinte, aprovada pelo MST.
2. Apoiar um candidato para a constituinte, conforme os critérios do MST nacional, a ser oficializado numa próxima reunião após estudo da proposta nas bases.



Fonte: <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=cem_bibllt&pagfis=5237>

É oportuno trazer à baila publicação contida no Jornal da Constituinte, edição n° 46, datada de 09 a 15 de maio de 1988:

Ficou para esta terça-feira a definição do capítulo da reforma agrária. Mesmo com a mais longa negociação já ocorrida na Constituinte não foi possível acordo. A atuação dos grupos de pressão em torno do tema impediu que os constituintes encontrassem uma fórmula política, um texto consensual para votar a matéria. A questão regimental surgiu na última quinta-feira, quando foram votados os textos básicos do projeto da Comissão de Sistematização e da emenda coletiva do Centrão. Nem um, nem outro alcançou os 280 votos necessários para a aprovação. As negociações iniciadas na última segunda-feira reuniram as principais lideranças na Constituinte, com o acompanhamento permanente do Presidente Ulysses Guimarães. Mas, depois de acertado um texto comum, restou um obstáculo: desapropriar ou não a propriedade produtiva?⁶⁶

As tratativas levadas a efeito pelo Poder Constituinte Nacional foram, recorrentemente, objeto de críticas pelo MST:

⁶⁶ JORNAL da Constituinte, n° 46. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte>. Acesso em: 20/07/2023.

ASSUNTO PARA DISCUSSÃO

A Constituinte está cada vez pior!

O jeito como foi convocada a Constituinte. A manutenção dos senadores eleitos em 82 com direitos constituintes. A vergonhosa campanha eleitoral do ano passado, usando todo tipo de propaganda e de pressão econômica para iludir o povo. Tudo isso indicava que o governo da burguesia, chamado de "nova república", que representou a aliança do PMDB com os setores que sustentaram o regime militar durante 20 anos, queria, na verdade, fazer uma Constituinte que não mudasse quase nada. Nem nas Leis, nem na prática.

SEM MUDANÇAS

Na prática, o próprio governo do sr. José Sarney foi demonstrando que tipo de mudanças estava disposto a fazer: nenhuma.

E, nas Leis, estamos começando a ver agora, o que vai restar para o povo.

Acabou o prazo das comissões de deputados que prepararam as primeiras propostas de leis, sobre os diversos temas, e o resultado não poderia ser pior. Algumas propostas são piores que as leis atuais.

Basta pegarmos dois exemplos: na comissão sobre economia e riquezas do país, quem fez as propostas foi o sr. Delfim Netto. E o relatório sobre Reforma Agrária, quem fez foi a UDR.

Ora, muita ilusão nossa esperar coisa diferente. Não pode dar maçã em pé de abacaxi! Afinal, segundo um levantamento feito, cerca de 60% dos atuais deputados já foram da ARENA. Então, o partido majoritário na Assembleia Constituinte continua sendo, na verdade, a ARENA.

Deles não podemos esperar nada!

VAMOS AUMENTAR O ESFORÇO PARA CONSEGUIR MILHARES DE ASSINATURAS PARA NOSSOS PROJETOS.

Companheiros, diante desse quadro, precisamos redobrar os esforços no sentido de conseguirmos milhares de assinaturas para nossos três projetos. O DA REFORMA AGRÁRIA, OS DIREITOS DOS TRABALHADORES e ASSOCIAÇÃO NACIONAL. Os três formulários

foram distribuídos no início de maio. Vamos usar o abaixo-assinado como uma forma de conscientizar nossos companheiros e de nos prepararmos para a grande caravana que deveremos fazer a Brasília, quando entrar em votação nossos projetos. Vamos desmascarar esses deputados, que querem mais uma vez trair os interesses do povo.

ALERTA A TODOS COMPANHEIROS

De acordo com COMUNICADO OFICIAL, após reunião da Executiva da CUT nacional e da Executiva Nacional do Movimento Sem Terra, queremos alertar a todos companheiros que continua valendo nossos três projetos encaminhados desde o início de maio.

A CUT e o Movimento Sem Terra aceitaram assinar o formulário sobre Reforma Agrária, da Campanha Nacional de Reforma Agrária, que contém 17 artigos, **sem no entanto retirar** o primeiro projeto de Reforma Agrária, que contém 20 artigos. Pois pensamos que quanto mais abaixo-assinados houverem, melhor.

OUTRO FORMULÁRIO

Por outro lado, queremos denunciar e alertar, que está circulando também um segundo formulário sobre os Direitos dos Trabalhadores, com diversas entidades mas que a CUT não autoriza colocar seu nome e protesta contra tal formulário, pois esse segundo formulário deixa de fora dois artigos fundamentais para nós: o artigo que trata da aposentadoria das mulheres rurais e o artigo que trata da autonomia e liberdade sindical. Portanto, companheiros, não assinem esse segundo projeto, apresentado por aquelas entidades, pois eles prejudicam nossos interesses. Além do mais, colocaram o nome da CUT sem nenhuma aprovação!

Vamos coletar milhares de assinaturas para o nosso verdadeiro projeto: da Reforma Agrária, com 20 artigos, dos Direitos dos Trabalhadores, incluindo aposentadoria às mulheres e liberdade sindical.

Executiva Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra — Junho de 1987.

Fonte: < <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=615> >

A enrolação da Constituinte: O relator oficial da Constituinte, Bernardo Cabral, acaba de entregar a "Proposta do Projeto da Constituição", que segundo ele, é o consenso entre o grupo do PMDB. Ou, seja, todos os trabalhos da Constituinte, de agora em diante, serão em cima deste projeto. Assim, o que poderá ser feito é acrescentar ou tirar emendas, mas não poderá ser mudado a "estrutura" do projeto. Isso não nos surpreende. Este projeto mostra claramente qual é a disposição do governo e do PMDB sobre a reforma agrária. Os trabalhadores sempre souberam que não ocorreriam avanços significativos na nova Constituição, uma vez que a maioria dos constituintes estão ligados aos grandes grupos financeiros, industriais e latifundiários. (...) A reforma agrária não sairá com a nova Constituição. Ela só sairá com a ORGANIZAÇÃO e PRESSÃO dos trabalhadores.⁶⁷

⁶⁷ O Jogo do Constituinte. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1988. Disponível em: < <https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=615> >. Acesso em: 20/07/2023.

No Jornal de maio de 1988 houve, mais uma vez, publicação crítica ao texto constitucional e a falta de critérios para a desapropriação de terras improdutivas:

Governo de mentiras - O Brasil, país de dimensões continentais, num momento em que o fantasma da fome ronda o mundo, teria tudo para se transformar no grande celeiro da terra. A extensão das terras agriculturáveis e a diversificação do nosso clima, possibilitando uma produção de ano inteiro seriam os fatores que garantiriam o processo. Entretanto, a burrice, incompetência e o desprezo pelo povo dos governantes que se sucederam na presidência da república fizeram com que até agora não saísse a Reforma Agrária. Após 20 anos de ditadura militar, o povo brasileiro olhou esperançoso para a nova Assembleia Constituinte que se instalava. Porém, menos de um ano depois, o conservadorismo dos constituintes jogou por terra todas as esperanças. Em ralação à terra aprovou-se um texto que inviabilizava totalmente a Reforma agrária. Em termos gerais, a nova lei representa um recuo à Constituição de 1946 e apenas garante que a propriedade deve ter uma função social. Representa, também, um recuo em relação ao estatuto da terra e ao Decreto 554 de 1969, pois o estatuto da terra defende a desapropriação de todos os latifúndios, independentemente de sua condição de "produtivo ou não" e garantia, pelo decreto 554, a imissão de posse do estado em apenas 48 horas. (...) Pelo artigo 219, fica proibida a desapropriação da propriedade produtiva. Só que o texto não explica quais os critérios que tornam uma propriedade produtiva.⁶⁸

Figura 34 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981 \n 73 Mai 1988

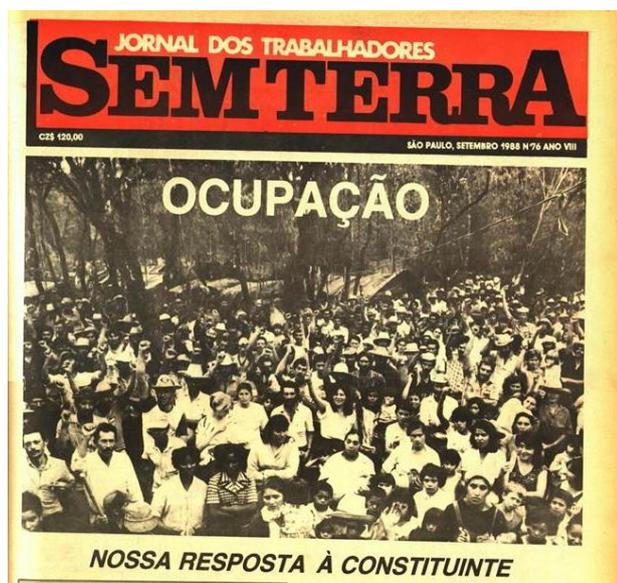


Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=620>>

A insatisfação com o texto constitucional, gerou a convocação, na edição de setembro/1988, dos trabalhadores rurais a protestar contra o Poder Constituinte:

⁶⁸ O Jogo do Constituinte. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=615>>. Acesso em: 20/07/2023.

Figura 35 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 76 Set 1988



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=661>>

Com o texto aprovado, o MST não compreendeu como um avanço na luta camponesa. Na edição de outubro de 1988, foi realizada uma entrevista com o jurista Fábio Konder Comparato, o qual afirmou: "Essa constituição não representa nada para os trabalhadores".

Importante pontuar que os números de famílias assentadas não retrocederam nos quatro anos de Constituição Federal (1988-1991), quando comparados com os quatro anos anteriores (1984-1987):

Figura 36 - Quantitativo de Projetos de Assentamentos Implementados – 1988-1991

PROJETOS ASSENTAMENTO IMPLANTADOS - GERAL				
Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
1988	109	1.380.861,7929	26.141	17.879
1989	98	626.161,6941	11.294	9.842
1990	21	154.976,5524	3.411	2.774
1991	76	758.801,6599	14.927	11.099

Fonte: INCRA

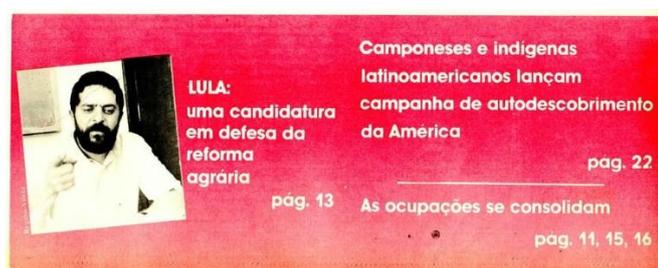
Perpassada a discussão do texto constitucional, convém destacar o período de eleições de 1989 e a assunção do Poder Executivo Federal por Fernando Affonso Collor de Mello.

Em 1989 ocorreu a primeira eleição presidencial após a promulgação da Constituição Federal, na qual concorreram 22 candidatos à Presidência, sendo cinco os principais

concorrentes, quais sejam, Fernando Collor de Mello (PRN), Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Leonel Brizola (PDT), Mário Covas (PSDB), e o Paulo Salim Maluf.

Muito embora Brizola tenha se destacado nos anos anteriores como um dos defensores da causa dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul e demonstrado efetivo apoio à Reforma Agrária, o MST optou por escolher Lula como o candidato capaz de defender seus interesses e viabilizar o acesso à terra aos pequenos agricultores e aos camponeses. Vejamos publicação do Jornal Sem Terra de outubro de 1989:

Figura 37 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 88 Out 1989



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2386>>

O apoio ao Lula foi justificado em editorial específico sobre o tema das eleições:

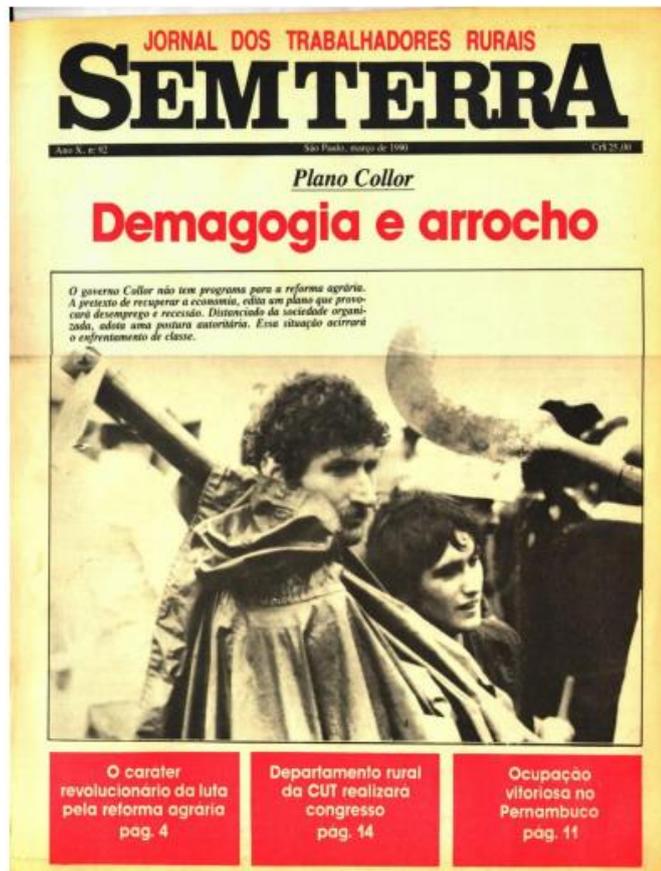
Porque apoiamos Lula - Além dos critérios gerais anteriores, a candidatura Lula representa a possibilidade de pela primeira vez a classe trabalhadora assumir o comando do governo do Brasil. Isto com um projeto e um programa de governo que, com a efetiva participação dos trabalhadores, pode fazer avançar as lutas sociais, e o processo de transformação da sociedade. De todos os candidatos, o único que respondeu aos onze pontos de reivindicações que o MST apresentou foi o candidato Lula. Essa é a evidência do compromisso que tem com os trabalhadores rurais sem terra. Também a proposta de Reforma Agrária apresentada pela Frente Brasil Popular mostra-se a mais consequente e concordante com as reivindicações históricas dos trabalhadores. Outro aspecto importante a ser observado é que com a eleição de Lula a presente cria-se a possibilidade de podermos avançar na construção da aliança entre operários e camponeses dentro do processo de transformação social do Brasil.⁶⁹

A movimentação do MST para as eleições de 1989 surtiu efeito no primeiro turno, levando Lula para a disputa de segundo turno contra Fernando Collor.

No entanto, mesmo com diversas ações do Movimento em apoio, Lula não logrou êxito na disputa, que se encerrou com Collor vencedor com 53,03% dos votos, o que rendeu críticas no folhetim de março de 1990, com o seguinte destaque:

⁶⁹ OS presidenciáveis e os Trabalhadores. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1989. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2397>>. Acesso em: 20/07/2023.

Figura 38 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\|n 92 Mar 1990



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=788>>

Com o avanço do governo Collor, o MST entendeu, por conta das políticas públicas adotadas até outubro de 1990, que a reforma agrária não seria uma prioridade para o Governo Federal, de modo que o MST, confirmando a posição manifestada antes das eleições, se posicionou como um movimento de oposição ao Poder Executivo, não apenas com críticas, mas também com mobilizações e ações concretas, como greves, ocupações de terra e ações coordenadas e organizadas:

Figura 39 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\|n 97 Out 1990



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=899>>

Matéria veiculada no Jornal O Globo, em 11/05/1990, também demonstra uma imposição de dificultadores à reforma agrária, por parte do Ministério da Agricultura, à época:

Figura 40 – Reforma Agrária

Cabrera quer imposto maior para fazer reforma

BRASÍLIA — O Ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, pediu ontem aos representantes da Direção Nacional do Movimento de Trabalhadores Sem Terra (MST) que ajudem o Governo a fazer a reforma agrária no País, pressionando o Congresso a aprovar o projeto-de-lei que aumenta o Imposto Territorial Rural (ITR), que deve ser encaminhado aos parlamentares até agosto. Segundo o Ministro, esses recursos serão utilizados para a implantação da reforma, com a desapropriação de áreas e assentamento de colonos.

No primeiro encontro entre o Ministro e os representantes do MST houve muita crítica ao programa de reforma agrária implantado no Governo Sarney. Cabrera disse que não poderá cumprir a pauta de reivindicações que eles apresentaram, como resultado do 2º Congresso Nacional de Trabalhadores Sem Terra, que terminou



Cinco mil colonos participam da passeata em Brasília

ontem em Brasília, uma delas a que pede o assentamento, em 60 dias, dos colonos que ocupam áreas improdutivas.

— Usando a linguagem do campo, quero dizer que as porteiiras do Ministério estão abertas para vocês, mas não podemos cumprir o prazo de 60 dias porque

temos que checar as áreas — disse o Ministro.

Segundo os trabalhadores rurais, que organizaram uma passeata de cinco mil pessoas ontem na Esplanada dos Ministérios, "se o Governo quiser provar que está falando sério em reforma agrária, terá que provar na prática".

Eles entregaram ao Ministro um documento com 44 pontos onde pedem, entre outras coisas, o atendimento de emergência às 10 mil famílias de colonos acampadas em áreas de dez Estados.

Os representantes pediram, também, o cumprimento da Constituição na aceleração de processos de desapropriação de áreas que eram utilizadas para cultivo e tráfico de drogas, e a cobrança judicial sumária de todos os débitos atrasados do ITR dos latifúndios e recolhimento em terras para serem distribuídas aos colonos. O Ministro convidou-os a fazer parte do Conselho Nacional de Política Fundiária. Enquanto o Congresso dos Sem Terra definiu uma meta de assentamento de 500 mil famílias por ano no Governo Collor, o Ministro informou que este será o número total de assentamentos nos próximos cinco anos.

Fonte: <<https://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/primeiras-paginas/reiniciar-jogo-democraacutetico-8952146>>

A ausência de políticas e medidas de governa pública em favor da reforma agrária, no período de 1990 até 1992 (era Collor) se confirmam com a análise do quantitativo de decretos desapropriatórios editados neste lapso temporal.

Figura 41 – Quantitativo de Decretos Desapropriatórios – 1990-1992

DECRETOS DESAPROPRIATÓRIO EDITADOS - Histórico

Ano	Imóveis	Área (ha)
1990	18	96.964
1991	6	12.597
1992	4	19.922

Fonte: INCRA

Com a organização das ações e com o passar dos anos de lutas em favor dos trabalhadores rurais, o trabalho do MST passou a ser reconhecido e merecer destaque, recebendo, inclusive, em novembro de 1990, o prêmio Wladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, "por ser a entidade mais atuante na luta pela reforma agrária no Brasil".

A assunção do Poder Executivo pelo Vice-Presidente Itamar Franco em 1993 foi vista com esperança para o MST, haja vista a aprovação de novel legislação nesse período, tal como já destacado em momento anterior, valendo, neste ponto, trazer a capa do Jornal Sem-terra de março de 1993:

Figura 42 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n n 123 Fev e Mar 1993



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=2461>>

As mudanças de políticas são perceptíveis quando analisado o crescimento do número de decretos desapropriatórios, comparando-se os dois períodos, quais seja, Fernando Collor e Itamar Franco:

Figura 43 – Quantitativo e Decretos Desapropriatórios 1990-1994



Fonte: INCRA

Para além das reivindicações e participação política, o Jornal Sem-terra também se prestou, por diversas vezes, a tratar de temas diversos e até mesmo de programação e medidas a serem adotadas, a título de exemplo, trazemos a participação do MST na discussão de direitos humanos em Viena e quadro montado como metas a serem atingidas pelo Movimento no ano de 1993:

Figura 44 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\ n 127 Jul 1993

ESPECIAL

MST discute Direitos Humanos em Viena

No mês de junho, todos os países dos quatro cantos do mundo reuniram-se em Viena, em uma Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos. Na ocasião, várias contradições referentes ao conceito que países ricos e pobres, ocidentais e orientais têm de Direitos Humanos ficaram evidentes.

Ao contrário do que a ONU imagiava, a queda do muro de Berlim e do comunismo no leste europeu não significou o encerramento das divergências. Acabou-se a guerra fria, mas tornou-se ainda mais delineada a diferença dos interesses entre os países, criando-se uma polarização entre os países ricos e pobres. Para se ter uma idéia, nas reuniões preparatórias à Conferência, os governos não conseguiram chegar a acordos ou firmar pactos, portanto o documento final ficou bastante aquém dos avanços que eram esperados.

O MST foi participante do encontro mundial de ONGs realizado alguns dias antes da conferência oficial. Havia centenas de ONGs, que depois, puderam participar da conferência oficial, como observadoras, mas foram impedidas de realmente influir em alguma coisa, por que não tiveram acesso ao Comitê de Redação, espinha dorsal da conferência.

Na conferência paralela havia ONGs de tudo que é tipo: de extrema esquerda, de extrema direita, de países em guerra e, infelizmente, nenhum outro movimento camponês com o qual o MST pudesse se articular.

As contradições que existem em e entre vários países estavam evidenciadas e em muitas das plenárias a civilizada tentativa de discutir em uma Conferência de Direitos Humanos era totalmente esquecida. O resultado deste carnaval de posições foi a impossibilidade de se chegar a um documento único.

Um exemplo do que ocorreu na reunião foi referente à situação cubana. Ninguém publicamente atacou o país, mas houve um incidente quando o Fórum de Solidariedade à Cuba decidiu reunir-se e os cubanos de Miami quiseram participar, sendo logo retirados por policiais para que não houvesse maiores conflitos.

No caso brasileiro, o encontro procurou destacar a situação dos meninos e meninas de rua e dos indígenas e, em termos gerais, houve muito destaque à problemática feminista.

O Movimento Sem Terra, junto com muitas ONGs do terceiro-mundo bateu na tecla de que as causas da violação dos direitos humanos está na estrutura econômica e social dos países.

Outro grande problema do Encontro das ONGs o fato de ela ter sido mal organizado, tanto do ponto de vista político, como administrativo. Mesmo a Anistia Internacional, uma ONG idônea e mundialmente respeitada, manteve uma posição bastante crítica ao comitê organizativo do evento.

Um exemplo disso foi a forma como foi imposto o discurso do ex-presidente norte-americano, Jimmy Carter, no encerramento do encontro. Descontentes com esta participação, as ONGs negociaram um espaço para que, antes que Carter discursasse, fossem ouvidos os protestos contra a política norte-americana na América Latina e na África, da qual ele, inevitavelmente, representava, mesmo que hoje em dia ele venha desenvolvendo um expressivo trabalho pelos Direitos Humanos. A seguir estas ONGs que eram, sobretudo, latino-americanas retirariam-se silenciosamente do recinto.

Entretanto, este acordo não foi respeitado as ONGs, sobretudo latino-americanas, começaram um coro de vaias que durou mais de meia-hora e que impediu que o ex-presidente norte-americano tivesse o uso da palavra.

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=2533>>

Figura 45 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 128 Ago 1993

METAS DE ASSENTAMENTO PARA 1993		
UNIDADE	METAS	
	NºFAMÍLIAS	ÁREA
Brasil	20.000	821.450
Norte	3.700	287.800
Acre	500	64.000
Amazonas	500	50.000
Amapá	100	15.100
Pará	1.500	97.500
Rondônia	500	25.000
Roraima	100	9.200
Tocantins	500	27.000
Nordeste	7.950	265.250
Alagoas	350	3.850
Bahia	2.000	74.000
Ceará	1.000	42.000
Maranhão	2.300	89.700
Paraíba	200	3.200
Pernambuco	800	16.800
Piauí	400	13.200
Rio G. Norte	600	17.400
Sergipe	300	5.100
Sudeste	1.700	48.000
Espirito Santo	200	2.600
MinasGerais	500	23.500
Rio de Janeiro	300	3.000
São Paulo	700	18.900
Sul	3.500	77.000
Paraná	1.700	40.800
Rio G. Sul	1.400	29.400
Sta. Catarina	400	6.800
Centro-Oeste	3.150	143.400
DF	100	2.700
Goiás	550	35.200
M. Grosso	1.000	65.000
M. Grosso Sul	1.500	40.500

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=2542>>

Ainda nessa linha, oportuno destacar que o MST também passou a editar e publicar os cadernos de formação, com intuito de instruir os assentados e os trabalhadores que aderiram ao movimento sobre as condutas a serem adotadas e a forma organizada de agir. Imperioso destacar o Caderno de Formação nº 17, o qual traz o “Plano Nacional do MST” para os anos de 1989 até 1993:

Figura 46 -Plano Nacional do MST de 1989 a 1993



Fonte: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-17-plano-nacional-do-mst-1989-a-1993/>>

Infere-se no mencionado caderno de formação que já tratam de temas organizacionais avançados, como massificação e organização, finanças do movimento, propaganda, assistência técnica, cooperação agrícola etc.

A questão da cooperação agrícola se tornou um tema fundamental para o MST neste período, tendo sido objeto de um caderno de formação específico, a edição de n° 20, publicado em 1993 e caderno de formação n° 21, de março de 1994:

Figura 47 – A cooperação agrícola nos assentamentos

SUMÁRIO

Apresentação.....	04
Introdução	05
I. UMA SAÍDA: A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA.....	07
1. O que é cooperação.....	08
2. O que é Cooperação Agrícola.....	08
3. O Porquê da Cooperação Agrícola.....	09
3.1 As Razões Econômicas	09
3.2 As Razões Sociais.....	12
4. Alguns Exemplos de Cooperação Agrícola.....	14
5. Condições Necessárias para Desenvolver a Cooperação Agrícola.....	15
6. Sobre os Princípios Gerais do Cooperativismo.....	16
Perguntas Para Discutir	22
II. A COOPERAÇÃO AGRÍCOLA NO MST.....	23
7. História da Cooperação Agrícola no MST.....	24
8. Formas de Cooperação Agrícola Existentes nos Assentamentos.....	25
9. Diferenças entre: Grupo Coletivo, Associação e Cooperativa.....	25
10. Dif. entre as Coop. Propostas pelo MST e as Cooperativas Tradicionais.....	33
Perguntas para discutir	38
III. A PROPOSTA DO SIST. COOPERATIVISTA DOS ASSENTADOS	39
11. O que é o SCA	40
12. A Meta é a Organização de Cooperativas	40
13. Objetivos do SCA	41
14. Estrutura Orgânica do SCA	42
15. Questões sobre a Organização do SCA	44
Perguntas para discutir	46
IV. OS DESAFIOS	47
16. A Meta Fundamental: Uma Nova Forma de Organizar a Produção.....	48
16.1 Uma Nova Mentalidade.....	48
16.2 Nossos Problemas na Cooperação Agrícola	48
17. Ensaçando o futuro: a Coop. de Prod. Agrop. Plenamente Coletiva.....	51
18. O Desenvolvimento Rural que Buscamos.....	53
19. Conclusão: Só fica fora quem quer.....	55
Perguntas para discutir	55

Fonte: <<https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-20-a-cooperacao-agricola-nos-assentamentos/>>

Percebe-se, portanto, que menos de dez anos após a criação efetiva do MST o nível organizacional do movimento se mostrava aprofundado e absolutamente disseminado, tornando uma entidade consolidada no Brasil.

A partir de 1995 inicia-se uma nova gestão do Poder Executivo Federal, liderada por Fernando Henrique Cardoso, após derrotar Lula nas eleições presidenciais, candidato este mais uma vez apoiado pelo MST.

Inferese da coleta de dados que FHC tinha ideais neoliberalistas como uma frente de governo. Ao analisar as metas de governo de FHC inferese que foi dedicado tópico específico, mas breve, para tratar da reforma agrária que era tida como tema importante para garantia da segurança alimentar da nação, sendo estabelecido como meta atingir a cem mil famílias no último ano do governo. Vejamos:

A discussão, hoje, do tema segurança alimentar exige atenção especial para as questões relativas à democratização do acesso à terra. Todos os países capitalistas que desenvolveram mercados de consumo de massa, além de promoverem políticas de reforma agrária, privilegiaram a agricultura de base familiar, como estratégia na garantia do abastecimento a custos mais baixos, geração de empregos e de aumento do salário real para os trabalhadores de baixa renda. Os conflitos agrários existentes no Brasil são consequência de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter. São necessárias, portanto, profundas mudanças no campo. O Governo Fernando Henrique vai enfrentar essa questão, com vontade política e decisão, dentro do estrito respeito à lei. Com o aumento substancial dos assentamentos a cada ano, o objetivo é atingir a cem mil famílias no último ano do governo. Essa é uma meta ao mesmo tempo modesta e audaciosa, já que os assentamentos nunca superaram a marca anual de 20 mil famílias.⁷⁰

Com o passar do tempo e com o andamento das políticas públicas do governo FHC o MST também manifestou publicamente suas insatisfações, tal como ocorreu em setembro de 1995:

Figura 48 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\ n 151 Set 1995



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=1628>>

⁷⁰CASADO, Deise Donatoni. **Análise da definição da agenda do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no governo FHC**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47651?locale-attribute=es>>.

No entanto, avaliando os índices de projetos de assentamentos implementados no primeiro governo de FHC, nota-se que houve uma expressiva quantidade de famílias assentadas, totalizando 260.347 famílias, com 2.313 projetos implementados, superando todos os governos anteriores.

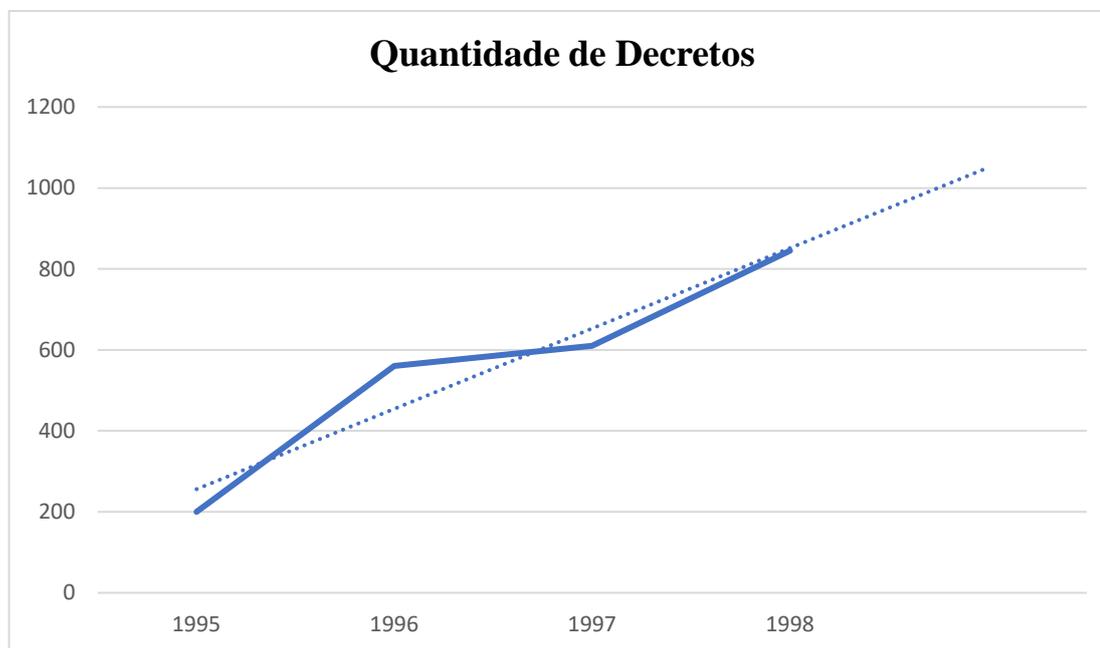
Figura 49 – Quantitativo de Assentamentos Implementados 1995-1998

PROJETOS ASSENTAMENTO IMPLANTADOS - GERAL				
Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
1995	392	2.689.439,3118	65.755	53.380
1996	461	2.494.478,1074	61.536	54.563
1997	711	4.195.363,9657	95.398	83.180
1998	749	2.973.444,2127	78.972	69.224

Fonte: INCRA

Interessante também trazer os quantitativos de decretos desapropriatórios editados no período de 1995-1998, visto que são números de grande relevo e expressivos:

Figura 50 - Quantitativos de Decretos Desapropriatórios 1995-1998



Fonte: INCRA

O término do primeiro período do governo FHC (dezembro de 1998) foi publicado no Jornal Sem Terra Editorial com um balanço das medidas implementadas e abstenções governamentais, tendo como título "Governo FHC: quatro anos de enrolação". No texto, é feito

um balaço de como foram os andamentos da reforma agrária no período, sendo mencionado que:

O governo FHC parte de uma tese básica das elites brasileiras, de que o latifúndio, não se constitui em problema para o desenvolvimento do capitalismo e de seu modelo neoliberal. Logo, se o latifúndio não é um problema, não há necessidade de aplicar o remédio da Reforma Agrária, como uma política ampla de democratização da propriedade da terra e de reorganização da produção agrícola voltada para as necessidades básicas da população. Com isso, o governo FHC passou a aplicar apenas uma política de assentamentos rurais. Ou seja, aos grupos de sem-terra que se organizarem e resolverem lutar teimosamente para continuar no meio rural. A estes então, antes de se tornarem um problema político, podem entregar-lhes terras. Então a política de assentamento do governo não é reforma agrária. É apenas parte de uma política de compensação social para evitar conflitos.⁷¹

Nota-se, portanto, que embora o Governo tenha atingido patamares altos de famílias assentadas e de decretos desapropriatório, o MST não via essas medidas como capazes de concretizar a reforma agrária pleiteada, mas sim como uma medida política para se evitar conflitos.

Convém trazer à baila também os dados do segundo mandato do Governo FHC, sobre os projetos de assentamento implantados, no qual se verifica uma diminuição dos números, em comparação com o primeiro mandato.

Figura 51 – Quantitativo Assentamentos Implementados – 1999-2002

PROJETOS ASSENTAMENTO IMPLANTADOS - GERAL				
Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
1999	663	2.312.804,1733	56.890	49.557
2000	423	1.731.517,6954	39.248	32.619
2001	472	1.864.864,7518	37.274	32.362
2002	377	2.346.377,6152	28.022	24.939

Fonte: INCRA

Noutra senda, infere-se dos jornais sem-terra e dos cadernos de formação, que não apenas de críticas ao governo e de posicionamentos políticos viviam as publicações, embora esses fossem predominantes nos editoriais, também é possível verificar prestação de informações aos pequenos agricultores.

⁷¹ GOVERNO FHC: Quatro anos de enrolação! **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3815>>. Acesso em: 10/09/2023.

Em maio de 1999 foi lançado um editorial intitulado "Nova Tecnologia nos Assentamentos", para ensinar sobre construção civil aos assentados, vejamos:

Fazer as casas e capacitar os assentamentos e acampados para reproduzir um processo de construção coletiva foi uma das propostas do MST/SC. Os grupos não tinham prática na construção civil. E isso foi encarado como um desafio. A realidade geral nos assentamentos é da dependência externa de recursos e tecnologias. O Objetivo é procurar fazer melhor uso dos recursos existentes com a redução de custos. (...) CURSO DE CAPACITAÇÃO - Capacitar nosso povo também foi uma alternativa. Para isso foi realizado o Curso de Capacitação em Construção Civil, que começou em Aquari, no Assentamento Justino Draszevski. Foram capacitados participantes de todas as regiões do Estado para diversos tipos de construção.⁷²

As questões ambientais, ainda na década de 1990 já se faziam presentes nas publicações do MST:

Figura 52 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\p 153 Nov 1995

ESTADOS

SÃO PAULO

Preservação do meio ambiente

Uma parceria entre trabalhadores rurais sem terra e entidades está fazendo com que Reforma Agrária e reforma agroecológica caminhem juntas na região do Pontal do Paranapanema. Entre os objetivos principais do projeto está a integração entre o desenvolvimento sócioeconômico dos assentamentos e a preservação do meio ambiente.

A parceria existe há mais de um ano e envolve o IPÊ (Instituto de Pesquisas Ecológicas), o WWF (Fundo Mundial da Natureza), o IF (Instituto Florestal de São Paulo), a Esalq/USP (Universidade de São Paulo) e a Cocamp (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentamentos de Reforma Agrária do Pontal).

SEM TERRA COM FLORESTAS

Até o momento, 400 companheiros passaram por cursos de capacitação agroflorestal oferecidos pelas entidades. Como resultado, já foram instalados seis viveiros agroflorestais comunitários nos assentamentos do Pontal — cada um com capacidade média de 15 mil mudas/ano.

Importante ressaltar que vários assentados e técnicos que participaram dos cursos, agora, compartilham com os companheiros que aprenderam — principalmente aqueles que instalaram os viveiros agroflorestais comunitários. Os viveiros estão servindo para fortalecer, cada vez mais, uma cultura agroecológica e para estimular a participação de muitos outros assentados da região.

OBJETIVOS E DESAFIOS

Os objetivos e desafios mais específicos da parceria são: disponibilizar informações agroecológicas para grupos dos assentamentos da Reforma Agrária do Pontal do Paranapanema; promover a extensão agroflorestal através do estímulo na adoção de práticas de manejo agroecológico em lotes rurais, diversificação e sustentabilidade na produção e estimular a implantação de viveiros comunitários através do fornecimento de sementes e embalagens para a produção e plantio de espécies com potencial agroflorestal na região.

Também são desafios estimular a implantação de módulos agroflorestais através de práticas agroflorestais e silvopastoris — árvores e arbustos de múltiplo uso consorciados com culturas agrícolas e pastagens — em lotes dos assentamentos rurais da região e a produção de bens — frutos, madeira, lenha, mel, ervas medicinais, matéria orgânica, forragem — e serviços — conservação, fertilidade do solo e da água, restauração e conservação da paisagem regional, aumento da produtividade agropecuária, diversificação das atividades produtivas, acrítes, quebra-ventos, cerca-viva, sombra, lazer.

DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Em 1942, o governador Fernando Costa decretou que toda a região oeste do Pontal do Paranapanema passaria a ser uma grande reserva de fauna e flora, com uma área total de 350 mil hectares de Mata Atlântica do Planalto Paulista. Nos anos 50, no entanto, o governador daquele período distribuiu a terra da reserva para amigos e correligionários.

Resultado: o Pontal sofreu drástica redução em sua cobertura florestal, restando hoje apenas 1,85% da cobertura original da Mata Atlântica. A maior parte do que restou está preservado no Parque Estadual do Morro do Diabo, com seus 35 mil hectares de florestas contínuas, e alguns outros fragmentos florestais em assentamentos e propriedades privadas.

A experiência passada e esses novos resultados tem mostrado que, com o contínuo e sistemático esforço, a conservação do ecossistema se torna possível.

para a produção e plantio de espécies com potencial agroflorestal na região.

Também são desafios estimular a implantação de módulos agroflorestais através de práticas agroflorestais e silvopastoris — árvores e arbustos de múltiplo uso consorciados com culturas agrícolas e pastagens — em lotes dos assentamentos rurais da região e a produção de bens — frutos, madeira, lenha, mel, ervas medicinais, matéria orgânica, forragem — e serviços — conservação, fertilidade do solo e da água, restauração e conservação da paisagem regional, aumento da produtividade agropecuária, diversificação das atividades produtivas, acrítes, quebra-ventos, cerca-viva, sombra, lazer.



LANÇAMENTO DA CAMPANHA ESTADUAL DE REFORESTAMENTO NO ASSENTAMENTO PIRITUBA

REFLORESTAMENTO

Até o ano 2000, um milhão de árvores vão embelezar todos os assentamentos paulistas e garantir uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores rurais sem terra. É o desafio do MST/SP, que em setembro do ano passado lançou a campanha estadual de reflorestamento dos assentamentos de São Paulo.

O lançamento ocorreu no Assentamento Pirituba, região de Itapeva, durante o 3º Encontro Regional dos Sem Terras. Na época, foram plantadas 190 mudas de árvores nativas e frutíferas na área V. Os pequenos sem terra eram os mais empolgados e, conscientes da necessidade, de preservar o meio ambiente, explicavam a importância de plantar árvores: "As pessoas ficam livres para respirar", observou o sem terra Inácio Leandro Aparecido, 12 anos. O reflorestamento também já é uma realidade em outros assentamentos do Estado.

15 ANOS DE LUTA

Em 13 de maio, os trabalhadores rurais sem terra compartilharam mais um momento de emoção na história da luta pela terra no Estado: 15 anos do MST em São Paulo. Uma comemoração aconteceu no Assentamento Pirituba e reuniu todos aqueles que constroem juntos essa história — homens, mulheres e crianças acampados e assentados, além de companheiros do campo e da cidade que apoiam e se solidarizam com a luta do Movimento. Um bolo de 15 metros foi feito pelos assentados da área I, onde ocorreu a festa.

A escolha do local para a comemoração tem um razão especial. Foi na fazenda Pirituba, em 13 de maio de 1984, que cerca de 300 famílias de trabalhadores rurais sem terra conquistaram as cercas de mais um latifundiário, dando início à luta na região e fortalecendo a luta do MST em São Paulo.

Muitos dos que participaram daquela ocupação conquistaram um pedaço de terra na própria fazenda Pirituba — um antigo latifúndio improdutivo, hoje um produtivo assentamento de trabalhadores rurais sem terra. Outros tombaram no caminho e não conseguiram alcançar o sonho de conquistar um pedaço de chão. Momentos que foram relembrados e vivenciados pelos companheiros, que constroem, a cada dia, o MST em São Paulo.

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=1672>>

⁷² NOVA Tecnologia nos Assentamentos. Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra, 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3901>>. Acesso em: 10/09/2023.

Iniciado os anos 2000 o MST já se mostrava bastante estruturado e consolidado no cenário nacional, tal atuando em diversas frentes, tal como mencionado pelo próprio Movimento em seu site oficial:

Após dezesseis anos de existência, o MST já tinha atuação em 23 estados, 1,5 milhão de pessoas, 350 mil famílias assentadas e 100 mil vivendo em acampamentos. Foram construídas associações de produção, comercialização e serviços, além de cooperativas associadas e de agroindustrialização. No setor de educação no ano 2000 o MST já contava com 1500 escolas públicas nos assentamentos, 150 mil crianças matriculadas e cerca de 3500 professores em escolas onde se desenvolve uma pedagogia específica para o campo.⁷³

Mais adiante, inicia-se o século XXI com ar de esperanças para o MST, haja vista a consagração do trabalho de décadas a fio para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, que chega ao Poder Executivo Federal em 2002, após disposta com José Serra.

Na edição de novembro de 2002 do Jornal Sem Terra a vitória da esquerda é comemorada, além de ser publicada carta pública ao novo presidente.

⁷³**Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 2000. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4096>>. Acesso em: 30/07/2023.

Figura 53 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\|n 225 Nov 2002



Fonte:

<<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=4556>>

Relevante trazer ao trabalho trecho da carta publicada no jornal sem-terra:

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem-terra (MST) dirige-se ao povo brasileiro e ao presidente Lula para falar sobre a situação de nosso país e da luta pela Reforma Agrária. Estamos movidos pela esperança e pela confiança de que é possível um outro Brasil, onde mulheres, homens, crianças, jovens e idosos tenham todos uma vida digna e feliz. O Brasil sofreu oito anos com o modelo econômico neoliberal implementado pelo governo FHC, que só ampliou o sofrimento do povo e provocou graves danos para quem vive no meio rural, fazendo crescer a pobreza, a desigualdade, o êxodo, a falta de trabalho e de terra. precisamos construir um novo modelo agrícola que priorize o mercado interno, a produção de alimentos e a distribuição de renda. Para isso, é necessário valorizar a agricultura familiar e as cooperativas, viabilizar e descentralizar as agroindústrias. O Estado deve reassumir o seu papel na agricultura e garantir o direito de os agricultores produzirem suas sementes e desenvolverem técnicas adequadas ao meio ambiente e à qualidade dos alimentos. É necessário garantir a educação pública a toda a população do meio rural, como forma de conquista da dignidade e do desenvolvimento.⁷⁴

⁷⁴ UM novo Brasil está nascendo - Compromisso com a mudança. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2002. Disponível em:

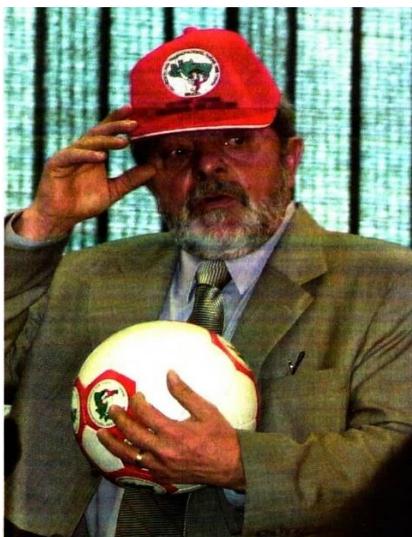
<<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=4556>>.

Nota-se da carta escrita pelo MST que o Movimento não objetivava mais somente a concessão de terras aos agricultores ou a efetivação da reforma agrária, mas também muitas outras medidas de governança capazes de viabilizar a manutenção dos camponeses na terra, tornando-a produtiva e competitiva.

Vê-se que são pleiteadas medidas que incentivem as cooperativas produtivas, a implementação de educação às crianças assentadas, de forma a garantir o acesso desta população à direitos básicos. Visto que estas medidas estariam atreladas umbilicalmente ao objetivo principal, qual seja, a reforma agrária.

Posto isso, o que se percebe é que no início do ano de 2003 a discussão ganha corpo e robustez com o Poder Executivo Federal, havendo imagens marcantes e históricas para o Movimento, tal como os fotogramas de Lula com o boné característico do MST, imagem esta que voltaria a se repetir, novamente, somente em 2022, quando Geraldo Alckmin repete o mesmo gesto, tal como será mostrado mais adiante.

Figura 54 – Estilo Lula



Após colocar o boné do MST, atitude que faz há 20 anos, Lula foi criticado pela elite

Fonte: <<https://www.estadao.com.br/internacional/olhar-sobre-o-mundo/estilo-lula/>>

Lula pega a bola da Reforma Agrária - O Encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra com o presidente Lula, em 2 de julho, deixou muita gente surpresa, em especial os ruralistas de extrema direita e abancada dos latifundiários na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Mais adiante é destacado o compromisso firmado pelo Presidente da República para com a Reforma agrária "Apesar de não ter falado em números, o presidente se comprometeu em fazer uma reforma agrária "massiva" e qualitativa".

Naquela oportunidade foi entregue ao Presidente as reflexões do movimento para contribuir com o Governo Federal, valendo destacar alguns tópicos.

Terra - agilizar a elaboração e implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária que contemple o assentamento de 1 milhão de famílias de trabalhadores sem-terra no período de 2003 a 2006. assentamentos - desenvolver um programa de assistência técnica com equipes multidisciplinares e que tenha como referência um técnico para cada 100 famílias sob a organização dos assentados, implementar um programa de agroindústria cooperativa em assentamentos da reforma agrária. Educação - Associação a reforma agrária a um programa massivo" de educação no campo. Intensificar a campanha pela erradicação do analfabetismo nas áreas de assentamentos, sendo necessário destinar mais recursos financeiros do MEC para essa finalidade.⁷⁵

Entretanto, o primeiro ano do governo Lula encerra-se mais com compromissos e promessas do que com implementação efetiva de medidas concretas. Ao avaliar o número de projetos de assentamentos implementados em 2003 infere-se que foram 320 projetos, ao passo que o primeiro ano de governo de FHC (1995) obteve número mais expressivo, isto é, 392 projetos. Esta constatação também foi realizada pelo MST em novembro de 2003:

Figura 55 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\n 235 Nov 2003

⁷⁵ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Brasil:** MST apresenta ao governo Lula propostas para a Reforma Agrária. 2003. Disponível em: <https://resistir.info/brasil/propostas_mst.html>. Acesso em: 11/11/2023.

Governo assume compromisso de acelerar a Reforma Agrária em 2004

O ano de 2003.

Durante este ano, quase não tivemos desapropriações. Os recursos do crédito do Pronaf e, sobretudo, sua forma de aplicação não chegaram até os assentados, que passaram o ano praticamente sem recursos. Poucas obras nos assentamentos, poucos conseguiram fazer contratos de assistência técnica. Muita burocracia e incompetência no In-cra. Falta de recursos no governo, que fechou as torneiras dos gastos públicos para sobrar dinheiro para pagar as dívidas interna e externa.

De um compromisso de assentar no mínimo 60 mil famílias, vamos fechar 2003 com cerca de 10 mil famílias assentadas.

Os latifundiários e seus poderes paralelos também agiram. Utilizaram os meios de comunicação, alguns governos estaduais conservadores e os amigos no Poder Judiciário para criminalizar a Reforma Agrária. Muitos militantes do MST e dos movimentos sociais foram presos. Felizmente, os tribunais superiores estão corrigindo as perseguições políticas locais. Conquistamos a liberdade para a maioria de nossos presos políticos.

Mas os trabalhadores não ficaram esperando de braços cruzados. Seguimos nos mobilizando e nos organizando. Pela primeira vez na história do Brasil chegamos a ter quase 200 mil famílias acampadas na beira das estradas em todo o país.

Durante todo segundo semestre passamos a pressionar o governo para que elaborasse um Plano Nacional de Reforma Agrária que representasse as diretrizes do governo.

Balanco de final de ano

Diante da morosidade do governo em apresentar o plano, 2.000 trabalhadores iniciaram uma marcha, em 10 de novembro, caminhando de Goiânia até Brasília, por dez dias. A marcha obteve apoio da sociedade, do PT, de parlamentares e construiu a unidade entre os movimentos e entidades do Fórum Nacional de Reforma Agrária.

Juntamente com um acampamento organizado pela Contag, realizamos, em 20 de novembro, uma grande conferência em Brasília, com mais de 4 mil trabalhadores de quase todos os Estados. Lá pudemos discutir, entre nós e com o governo, a necessidade e a natureza do PNRA.



Em 21 de novembro, realizamos uma grande audiência pública, com a presença a visita do presidente da República ao nosso acampamento.

A simbologia da visita do Presidente da República representou o compromisso formal do governo em realmente priorizar a Reforma Agrária para 2004, reafirmando que é uma questão de honra e que não faltarão recursos para sua implementação. Colocou-se como um verdadeiro militante da causa.

De parte do MDA, o evento serviu para anunciar o compromisso de:

- Assentar as 200 mil famílias acampadas ao longo do ano de 2004.
- Assentar 550 mil famílias ao longo dos três anos que ainda falta do governo.
- Implementar um plano de recuperação dos assentamentos atuais, atingindo, no mínimo, 400 mil famílias.

Esse anúncio foi encarado pelo MST e pelos movimentos sociais como um compromisso.

Agora, sabemos que a velocidade e o volume de famílias assentadas e a recuperação da qualidade dos assentamentos não depende apenas da "vontade política" do governo, mas sobretudo dependerá de nossa capacidade, enquanto movimentos, para seguir organizando os trabalhadores, elevar o nível de consciência política e seguir com pressão social, para que o Estado consiga atender as diretrizes políticas que o governo toma.

Esperamos que 2004 seja um ano de avanços e conquistas. Que possamos caminhar mais rápido do que em 2003, rumo a uma Reforma Agrária que resolva os problemas do meio rural.

Direção Nacional do MST

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=4714>>

Vejamos publicação do MST em seu site sobre o período:

Com a eleição do presidente Lula, em 2002, havia uma grande expectativa dos sem-terra por todo o país de que, enfim, aconteceria a reforma agrária. No entanto, a situação da agricultura tem se agravado para os pequenos agricultores e assentados. O modelo agrário-exportador se acentuou, dividindo nosso território em 'sesmarias' de monoculturas, como soja, cana-de-açúcar e celulose, além da pecuária extensiva. A aquisição de terras por estrangeiros também atinge níveis nunca antes registrados. Incentivado pelo governo, o agronegócio tem como lógica a exploração da terra, dos recursos naturais e do trabalho, por meio do financiamento público.⁷⁶

⁷⁶ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa História**. Disponível em: <<https://mst.org.br/nossa-historia/70-82/>>. Acesso em: 30/11/2023.

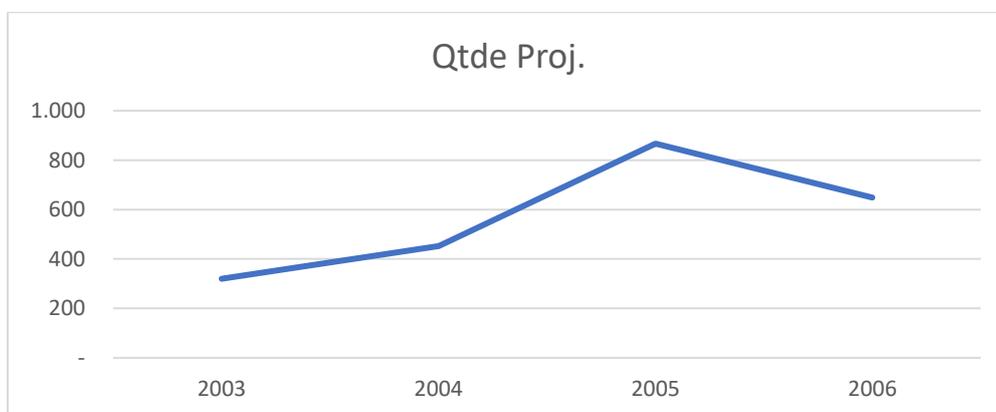
Posto isso, mostra-se necessário avaliar os números obtidos nesse período, com relação a edição de decretos desapropriatórios e de famílias assentadas de 2003 à 2006:

Figura 56 – Quantitativo de Projetos de Assentamentos 2003 - 2006

Ano	Qtde Proj.	Área (ha)
2003	320	4.526.691,1919
2004	452	4.664.159,1959
2005	867	12.824.597,3440
2006	649	8.572.353,5769

Fonte: INCRA

Figura 57 – Quantitativo de projetos de Assentamentos – 2003-2006



Fonte: INCRA

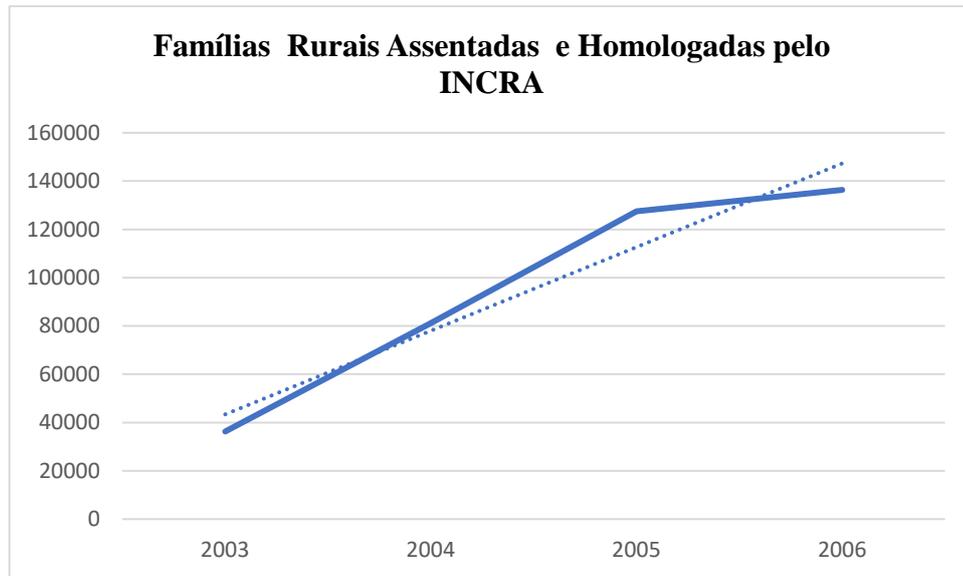
Vejamos o quantitativo de famílias assentadas no período de 2003 até 2006:

Figura 58 – Quantitativo de Famílias Assentadas – 2003 - 2006

Ano	Famílias Rurais Assentadas e Homologadas pelo INCRA
2003	36301
2004	81254
2005	127506
2006	136358

Fonte: INCRA

Figura 59 - Quantitativo de Famílias assentadas 2003-2006



Fonte: INCRA

É perceptível, nesse ponto, uma crescente do número de decretos editados e também de famílias assentadas, sendo observada pelo Governo Lula I o compromisso de assentar mais de 100 mil famílias, visto que foram totalizadas, conforme INCRA, 381.419 famílias.

Perpassada a avaliação de dados deste longo período de 1984 até 2006, chega-se ao último período de análise deste subtópico, qual seja, 2007 até 2010.

O período mencionado inicia-se com destaque para uma causa que se tornaria no futuro, como será explanado mais afrente, isto é, a agroecologia, o incentivo aos alimentos orgânicos, utilização de mecanismos limpos de geração de energia etc. se forma que se percebe o MST assumindo também um papel ambientalista nas discussões, o que se confirmará ainda mais com o passar dos anos.

Vejamos publicações contida no Jornal Sem Terra de janeiro de 2007:

Em 2009, por exemplo, veiculou-se notícia no portal G1, verificando a mudança de perfil de atuação do MST:

Acabou o tempo em que o único objetivo dos sem-terra era o cultivo destinado somente à subsistência. Hoje, de olho no mercado, famílias de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) investem na produção agroecológica e exploram até potencial de exportação de seus produtos.⁷⁸

Na mesma reportagem, já se menciona a relevância da atuação empresarial, vez que a Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda (Copavi), passou a ser produtora, desde 2002, e exportadora de cachaça, com faturamento anual, à época de R\$ 50.000,00.

As pesquisas colacionadas nessa tese, até o presente momento, evidenciam que o MST iniciou sua trajetória com o objetivo de ocupar terras improdutivas, para fins de reivindicar a redemocratização do acesso à terra e com o passar dos anos e a maior robustez e importância que o Movimento foi ganhando em todos os níveis (municipal, estadual e federal), o MST entendeu que outras bandeiras e pautas também eram passíveis de discussão e reivindicação, visto que se mostravam necessárias para que, após a reforma agrária que se buscava, os agricultores lograssem êxito em se manter na terra.

Posto isso, percebeu-se com o simples assentamento de famílias seria insuficiente se estas não conseguissem produzir riquezas naquelas terras para sua subsistência e para a produção agrícola se tornasse possível a existência de recursos financeiros prévios para investimentos era salutar e de fundamental importância, de modo que a financeirização do MST e da produção agrícola dos camponeses passou a ser uma pauta constante nos discursos do MST.

Vejamos texto publicado em abril de 2008:

⁷⁸ ROSSETTO, Luciana. Assentamento do MST no Paraná produz e exporta cachaça para a Europa. **Portal G1**. São Paulo, Set. 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288744-5598,00-ASSENTAMENTO+DO+MST+NO+PARANA+PRODUZ+E+EXPORTA+CACHACA+PARA+A+EUROPA.html>>. Acesso em: 05/01/2024.

ESTUDO É legítimo reivindicar uma política de desenvolvimento específica para áreas de Reforma Agrária

Novo crédito voltado para assentados

PELO SETOR DE PRODUÇÃO

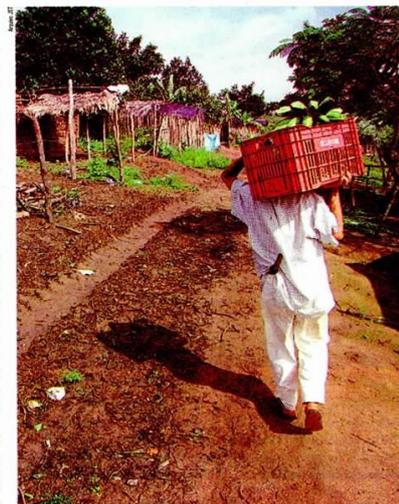
COMO O AVANÇO DO neoliberalismo no Brasil a partir dos anos noventa, as políticas de desenvolvimento para o campo foram sistematicamente desmontadas. Para responder à pressão dos movimentos sociais, o Governo FHC, com apoio de parte dos sindicatos rurais e da intelectualidade agrária, criou no final do segundo mandato o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Este programa, elaborado num contexto de substituição de políticas públicas por mecanismos de mercado, continuou sendo a principal política para o campo mesmo com o governo Lula. Baseado exclusivamente no crédito e carente de uma política articulada de amparo à produção, o programa levou a uma inadimplência de 80% e é acessado por apenas 40% dos assentados, o que comprova a sua ineficiência enquanto eixo de uma política para os assentados e pequenos agricultores.

A alta taxa de inadimplência tem diversas causas. Segundo estudo realizado pelo Setor de Produção do MST, uma delas é que grande parte do recurso do Pronaf é destinado a equacionar problemas estruturais dos assentamentos, como a falta de energia, estradas e a correção de solos; e muito pouco pode ser direcionado para investimentos. Dados de pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de

Burocracia é motivo principal do baixo acesso ao crédito

Análises Sociais e Ambientais, o IBASE, mostram também que 85% dos contratos foram destinados a custeio, ou seja, não alteraram a estrutura produtiva o que leva à especialização de atividades. Esta especialização aliada à falta de seguro de produção deixa o agricultor vulnerável. Outro dado do IBASE ressalta que os agricultores tiveram dificuldades em quitar os empréstimos em decorrência dos baixos preços recebidos pela produção.

Para o baixo número de assentados que conseguem ter acesso ao crédito o motivo principal é, em parte, a burocracia



Pronaf é acessado por somente 40% dos assentados

imposta pelo Incra para a liberação do crédito. O produtor só tem acesso ao crédito para investimento, em média, mais de dois anos após a homologação do assentamento. E para acessar o Pronaf, ele tem que ter acessado outros recursos. Ora, o déficit estrutural dos assentamentos não é resolvido logo no início do assentamento e o crédito é insuficiente tanto em termos de volume como de nível de subsídio - principalmente para a realização de investimentos produtivos, que é o que permitiria gerar excedentes econômicos e conseqüente renda. Portanto, o agricultor não terá como quitar os empréstimos contraídos anteriormente e gradativamente será impedido de acessar o Pronaf, caindo em inadimplência.

Alternativa

Diante deste cenário, o MST elaborou uma proposta de política de desenvolvimento para áreas de Reforma Agrária. Para o Movimento é importante resgatar políticas agrícolas clássicas que são baseadas em dois pilares:

uma política de crédito para a produção, e a garantia de preço e mercado para o que é produzido. Estes dois fatores, aliados à existência de um seguro agrícola e um programa de assistência técnica continuado, com-

põem uma garantia de renda para o assentado. Se houver crédito e não houver garantia de mercado e preço para a produção excedente dos assentamentos, haverá uma perda de renda - o que levará a inadimplência. Para isto o governo deve manter um programa de aquisição de alimentos massivo, assim como é fundamental a existência de um seguro para a produção. Para que em caso de perda de safra o agricultor possa honrar as dívidas e ter ainda alguma renda.

O Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) e o Plano de Recuperação (PRA) - este último destinado para os assentamentos antigos - seriam os instrumentos principais de planejamento da aplicação desses recursos e definiria inclusive o valor dos investimentos sociais e produtivos necessários à estruturação social inicial dos assentamentos, visando assegurar condições dignas de vida aos assentados, incluindo estar vinculado ao regime bancário e com recursos: principalmente do orçamento do INCRA - piso de R\$ 25 mil por família e até R\$ 5 mil por ano, no crédito investimento e no custeio com as condições do Pronaf.

Hoje os assentados já representam 20% dos produtores da agricultura familiar e tem especificidades, por isto é legítimo reivindicar uma política de desenvolvimento voltada especificamente para as áreas de assentamentos de Reforma Agrária.



Produção agroecológica em assentamento no Rio Grande do Sul

JORNAL SEM TERRA • ABRIL 2008

3

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=13868>>

Oportuno destacar parte do texto elaborado pelo MST:

Com o avanço do neoliberalismo no Brasil a partir dos anos noventa, as políticas de desenvolvimento para o campo foram sistematicamente desmontadas. Para responder à pressão dos movimentos sociais, o Governo FHC, com apoio de parte dos sindicatos rurais e da intelectualidade agrária, criou o segundo mandato do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf. Este programa, elaborado num contexto de substituição de políticas públicas por mecanismos de mercado, continuou sendo a principal política para o campo mesmo com o governo Lula. Baseado exclusivamente no crédito e carente de uma política articulada de amparo à produção, o programa levou a uma inadimplência de 80% e é acessado por apenas 40% dos

assentados, o que comprova a sua insuficiência enquanto eixo de uma política para os assentados e pequenos agricultores.⁷⁹

No mesmo texto, o MST traz possíveis alternativas mais viáveis que o PRONAF a serem implementadas pelo poder público.

Alternativa - Diante deste cenário, o MST elaborou uma proposta de política de desenvolvimento para áreas de Reforma Agrária. Para o Movimento é importante resgatar políticas agrícolas clássicas que são baseadas em dois pilares: uma política de crédito para a produção, e a garantia de preço e mercado para o que é produzido. Estes dois fatores, aliados à existência de um seguro agrícola e um programa de assistência técnica continuado, compõem uma garantia de renda para o assentado. Se houver crédito e não houver garantia de mercado e preço para produção excedente dos assentados, haverá a perda de renda - o que levará a inadimplência.⁸⁰

Percebe-se do texto acima colacionado a existência de uma diferenciação de acesso às algumas políticas com relação à integralidade do movimento. O texto torna claro que parte dos assentados logrou êxito em acessar recursos financeiros através do PRONAF, mas a maioria (60%) sequer teve acesso aos financiamentos.

Colacionamos também a capa do Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem terra de maio de 2008, para evidenciar que a pauta econômica do Movimento passou a ser uma constante nas publicações.

⁷⁹ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Nossa proposta de Reforma Agrária Popular**. 2009. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/05/20/nossa-proposta-de-reforma-agraria-popular>>. Acesso em: 15/01/2024.

⁸⁰ Ibidem.

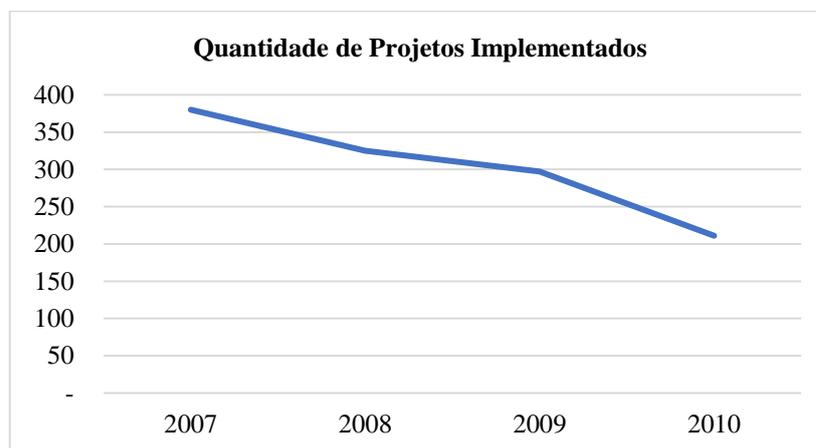
Figura 62 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\ n 282 Mai 2008



Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=14201>>

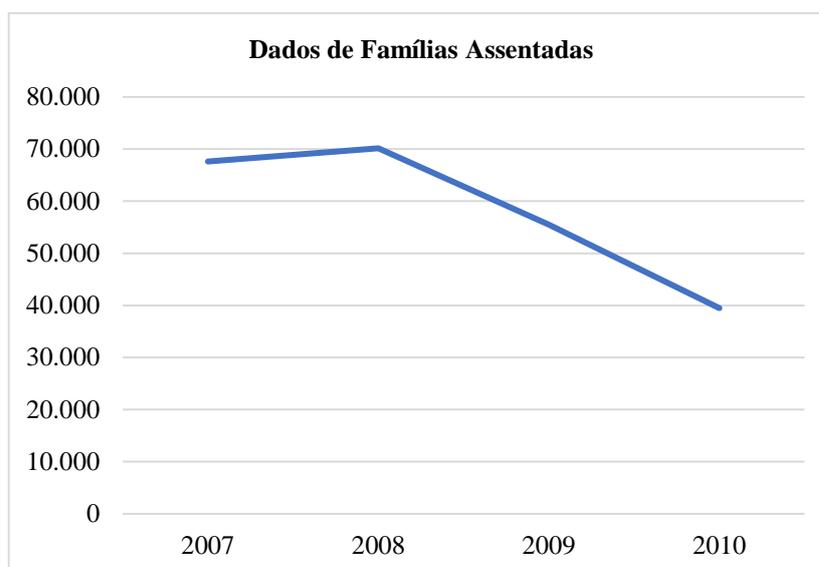
Para encerrar o período em análise, imperioso colacionar os dados estatísticos sobre desapropriações e famílias assentadas no período de 2007 até 2010:

Figura 63 – Quantitativo de Projetos Implementados 2007-2010



Fonte: INCRA

Figura 64 - Quantitativo de Famílias Assentadas 2007-2010



Fonte: INCRA

Vê-se, de ambos os gráficos, que houve um decréscimo de políticas públicas nesse período, tanto no quantitativo de famílias assentadas, quanto no quantitativo de projetos implementados pelo Governo Federal.

5.3 Modelo Cooperativo e Financeirização do MST (2011 - atualidade)

Perpassada a avaliação da evolução histórica da jornada de reivindicações do acesso à terra e da luta camponesa, desde os períodos que antecederam a criação do MST (1954-1984) e os períodos de atuação do MST, chega-se ao período atual, o qual também merece uma avaliação, ainda que mais sucinta, em vista de se tratar de lapso temporal menor.

Posto isso, como mencionado alhures, com o passar dos anos, percebeu-se uma significativa mudança de perfil de preocupações e reivindicações por parte do MST, especialmente nos anos 2000 em diante, em que pautas ambientalistas, defesa das minorias e pautas de financiamento da pequena agricultura passaram a ser recorrentes, além da consolidação das cooperativas agropecuárias do MST.

Conforme se infere de recorte extraído do site do MST, em 2011 2023, o MST já contava com 130 cooperativas, o que demonstra o fortalecimento destes mecanismos internamente do MST: “Atualmente, são mais de 130 cooperativas do MST em todo Brasil, organizadas

basicamente em quatro modelos. A primeira são as cooperativas de base ou de produção, onde a produção é organizada coletivamente pelas famílias”.⁸¹

No entanto, para que a produção evoluísse a esse ponto, um longo caminho foi percorrido. Analisando os folhetins do MST, nota-se a existência de publicações datadas de maio de 2011 tratando da necessidade do fortalecimento das Cooperativas.

Figura 65 - Jornal dos Trabalhadores SEM TERRA n 01 Mai 1981\ n 312 Mai 2011

ENTREVISTA Desenvolvimento deve ser pensado de uma forma integrada, garantindo a produção de alimentos e a cooperação

“Precisamos de cooperativas mais sólidas”

“Quando falamos em assentamentos, temos que pensar não somente na produção agrícola, mas também na infraestrutura, na habitação, na escola e no lazer, na necessidade de políticas públicas integradas e mais amplas”. É nesse contexto que Milton Fomazieri, o Rascunho, presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil (Concrab), coloca os desafios para a produção dos agricultores. Na entrevista, ele fala da necessidade e dificuldades das cooperativas, dos avanços e exemplos bem-sucedidos de comercialização de leite, arroz e agrocombustível. Mas destaca: a tarefa dos assentamentos é a produção de alimentos, e deve ser garantida a diversidade.

Jon Previatti
PÁG. 2 SETOR DE COMUNICAÇÃO

JST - Quais as políticas públicas voltadas para a produção dos assentamentos?
MF - Existe uma série de políticas públicas ou ações governamentais destinadas ao desenvolvimento dos assentamentos. Porém, existe uma dificuldade por parte do Estado na sua operacionalização. Quando falamos em assentamentos, temos que pensar não somente na produção agrícola, mas também na infraestrutura, na habitação, na escola e no lazer. Pois se alguns destes aspectos falharem, a família não vive como deveria ser. Fica num eterno improvisado. Destacamos como as políticas públicas mais importantes para os assentamentos hoje o programa de assistência técnica, a comercialização, educação e formação, infraestrutura e políticas de crédito.

“Praticamente todo o leite adquirido pelo programa PAA Leite no Sergipe vem de áreas de assentamento”

JST - Em que sentido se deve pressionar o poder público?
MF - Crio que hoje não existe um programa no governo que vise ao desenvolvimento dos assentamentos como um todo. Na maioria das vezes, se trabalha com ações isoladas, que têm pouco impacto na realidade dos assentamentos. Diante disso, devemos realizar uma ação forte, junto à assistência técnica. Houve um avanço com a nova lei de Ater, porém a sua operacionalidade é muito fraca. Depois de um ano e meio da assinatura da nova lei, ainda temos vários estados sem assistência técnica. Em

alguns, como o Mato Grosso, são vários anos sem assistência. Concordamos que assistência técnica tem que ser universal, ou seja, que todas as famílias assentadas possam ter acompanhamento técnico adequado e sem interrupção. Para garantir que o acompanhamento seja adequado, precisamos agir no sentido de disputar também o modelo de formação exigido para quem vem atuar junto aos assentamentos da Reforma Agrária. Os quadros técnicos que saem hoje das universidades foram formados dentro do pacote da chamada revolução verde. Em relação ao crédito, parece que ficou claro para setores dentro do governo que o Pronaf não é adequado à realidade dos assentamentos. Pode ser que para a Agricultura Familiar ele consiga responder às necessidades das famílias. Mas precisamos construir um programa de crédito que seja adequado à realidade da família que é assentada,

bem diferente do pequeno agricultor que depositou na sua pequena parcela de terra o trabalho de até 30 anos.

JST - Quais as linhas para as cooperativas ligadas aos assentamentos?
MF - Durante vários anos, tivemos muitas dificuldades para avançar na cooperação agrícola e consequentemente no cooperativismo. Foi um período longo, principalmente na segunda metade da década de 1990 até a metade da década passada. Neste período, tivemos várias cooperativas que acabaram parando suas atividades, por uma série de problemas, como dificuldade de gestão, o problema da descapitalização, a falta de suporte por parte do governo em enfrentar as sucessivas crises econômicas e principalmente em querer copiar aquilo que as cooperativas ligadas ao agrocombustível fazem. Este foi um erro estratégico: querer desenvolver a cooperação buscando competir

com grandes empresas ou cooperativas capitalistas, em vez de fortalecer os cooperados e cooperadas. Crio que aprendemos com os erros e estamos retomando a cooperação, é claro, com muitas dificuldades, buscando construir cooperativas menores, porém mais sólidas, com linhas de produção bem definidas dentro dos assentamentos.

JST - Como são essas linhas de produção?
MF - Hoje, dentro dos assentamentos, consolidamos algumas linhas de produção que estão se expandindo. Destaco a produção de arroz orgânico no Rio Grande do Sul, que, em pouco mais de uma década, saiu de uma experiência de dois para mais de 3.500 hectares plantados nesta última safra, em que as famílias organizadas em grupos de produção e em cooperativas atuam no controle da certificação. O importante neste caso é que os assentados controlam todo o processo de produção: desde o plantio, passando pela colheita, armazenamento, beneficiamento e a comercialização. Outra linha de produção já consolidada nos assentamentos é a produção de leite, com um em quase todos os assentamentos, de norte a sul do Brasil. Dentro desta linha de produção, cada vez mais os assentamentos vão assumindo atividades que complementam a cadeia do leite, como o refresco e o beneficiamento. Destacamos a experiência da Cooperite, que há mais de dez anos vem industrializando o leite de toda a região oeste de Santa Catarina, bem como colando leite produzido no Rio Grande do Sul e no sudoeste do Paraná. Outra experiência importante vem do Nordeste, no Sergipe. Praticamente todo o leite adquirido pelo programa PAA Leite do governo federal vem de áreas de assentamento. Estamos também inovando no processo produtivo do leite, produzindo um leite



Experiência do arroz orgânico de Porto Alegre se espalha para outras regiões

JORNAL SEM TERRA • MAIO 2011

Fonte: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=15830>>

Com base nos estudos feitos neste projeto, verificou-se que o MST classifica suas cooperativas em quatro modelos, quais sejam, as cooperativas de base/produção, nas quais a produção é organizada coletivamente pelas famílias, cooperativas centrais, por meio das quais buscam a comercialização de produtos e prestação de serviços, com o foco no desenvolvimento

⁸¹ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. 2012: o ano Internacional das Cooperativas. João Previattelli. 2012. Disponível em: <<https://mst.org.br/2012/02/15/2012-o-ano-internacional-das-cooperativas/>>. Acesso em: 20/01/2024.

de algum trabalho coletivo, as cooperativas centrais ampliadas, que se organizam entre os estados, numa escala maior que as anteriores e o modelo cujo foco é a organização técnica, com o objetivo de prestar serviços nos assentamentos, para auxiliar principalmente o desenvolvimento sustentável.

Com o fortalecimento das cooperativas e com a inserção destes modelos empresariais e financeiros no cotidiano do MST, passou-se a perceber uma maior constância de publicações vangloriando resultados positivos de atuação no segundo setor/mercado.

O crescimento e a relevância se tornaram, com o tempo, mais expressivos, de modo que as cooperativas passaram a ser fornecedoras de grandes varejistas, como é o caso do Grupo Pão de Açúcar que, em 2012, adquiriu toneladas de arroz orgânico de Cooperativa ligada ao MST:

Figura 66 – Colheita de Arroz Agroecológico

20 de junho de 2012

Por Daniel Santini
Da Agência Repórter Brasil

O grupo Pão de Açúcar, principal rede varejista do Brasil, anunciou na tarde desta terça-feira, 19, a compra de 15 toneladas de arroz orgânico produzido pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita, ligada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A transação foi divulgada durante o debate "Segurança e Soberania Alimentar", evento que faz parte das atividades da Cúpula dos Povos, da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. A venda foi apresentada como a maior transação comercial do movimento de camponeses com um mercado feita com o apoio do programa Brasil Sem Miséria, que intermediou a negociação.

Leia também

Colheita do arroz agroecológico mostra força da Reforma Agrária

"Parece contraditório, mas sentimos a necessidade de expor e divulgar mais sobre o movimento para a classe média, mostrar que nossa produção é social e ambientalmente sustentável", afirmou Milton Formazieri, da coordenação nacional do MST. O arroz produzido sem veneno no Rio Grande do Sul será encaminhado às lojas da rede no Centro-Oeste. Na embalagem haverá símbolos do MST. O movimento espera até o final do ano manter transações semanais de 10 toneladas.

O Pão de Açúcar diz ter interesse em manter negócios com cooperativas de camponeses ligados ao movimento. "Nossa intenção é ampliar ainda mais estas negociações. Temos a preocupação de pensar na questão ambiental e também na social", afirmou Paulo Pompilio, das Relações Institucionais, que diz que o grupo tem intenção de ampliar as negociações com movimentos sociais e valorizar a produção sem agrotóxicos ou defensivos.

O anúncio foi feito na abertura do evento e foi discutido no debate sobre segurança e soberania alimentar, mediado pelo jornalista Leonardo Sakamoto, diretor da **Repórter Brasil**.

O representante do Governo Federal, Pepe Vargas, Ministro do Desenvolvimento Agrário, citou a transação como um exemplo da importância de se considerar segurança e soberania alimentar como conceitos que vão além da alimentação pura e simples. "É preciso considerar a dimensão da saúde, ambiental, cultura e social do processo de alimentação. São conceitos importantes e precisamos pensar políticas públicas e segurança alimentar", afirmou. Ele listou o Programa Nacional de Alimentação Escolar como um exemplo de programa estatal semelhante.

O ministro foi questionado sobre o uso maciço de agrotóxicos pela agricultura brasileira, expansão de sementes transgênicas, o Código Florestal e reforma agrária por internautas e participantes, que enviaram perguntas por redes sociais. Admitiu que existem problemas a serem superados, mas defendeu que é preciso ter paciência para avanços. "O neoliberalismo encontra-se em uma profunda crise, mas, como todo sistema em crise, ele não muda de imediato. É um processo que às vezes é mais longo do que a gente imagina". Alguns participantes da plateia vaiaram quando Pepe Vargas defendeu as decisões do Governo Federal relativas ao Código Florestal.

Comércio responsável

Para Renato Maluf, do Centro de Referência e Segurança Alimentar da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, é importante aproveitar o momento para repensar os modelos de produção e distribuição. "É uma crise estrutural do sistema. Temos que aproveitar para debater a maneira como ele se organiza. A lógica comercial pura e simples não funciona mais. Não há mais espaço para as mesmas referências que se vinha usando, para a liberalização radical do mercado", defende. "O Brasil adquiriu muita proeminência internacional, em parte por boas razões, em parte por outras nem tão boas assim. Tem um Brasil que nós da sociedade civil não gostamos. É o que surfa na onda da crise, fatura nas exportações, a partir de um programa agrícola altamente vulnerável", afirma.

"Não estou falando contra o comércio internacional, mas contra um tipo de comércio e produção. Nós temos insistido muito que a gente quer que o governo atue internacionalmente como queremos que atue aqui. E a população tem direito à informação. Somos permanentemente bombardeados por informações enviesadas. É importante o favelado saber o que é soberania alimentar, não só os camponeses. É preciso repensar esse modelo que distanciou produção do consumo e entregou nossa alimentação na mão de três ou quatro transnacionais que, de fato, determinam o que a gente come", afirmou.

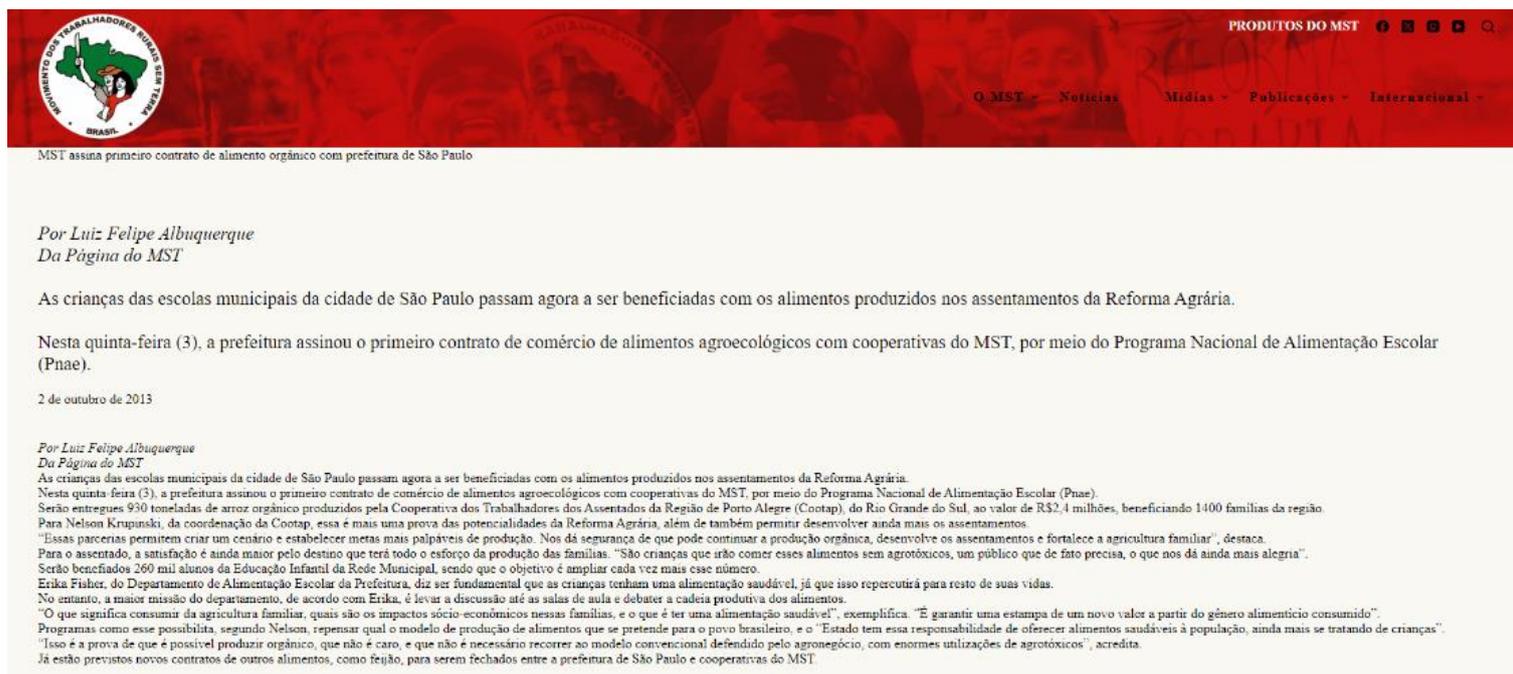
As duas participantes internacionais do debate, Karen H-Kuhn, diretora do programa internacional do Instituto para Política de Agricultura e Comércio, que participou por teleconferência, e Esther Penunia, secretária-geral da Associação Asiática de Agricultores, destacaram a importância de se considerar os processos produtivos ao se falar em segurança e soberania alimentar. "Muitas vezes, se fala somente no acesso à comida, sem pensar em como esta comida é produzida, em quem produz", afirmou Karen. "Fazendeiros precisam de terra para produzir. Quando se fala de alimentação, estamos falando da maneira como a gente vive", afirmou Esther.



Fonte: <<https://mst.org.br/2012/05/20/colheita-do-arroz-agroecologico-mostra-forca-da-reforma-agraria/>>

Convém destacar, inclusive, que o arroz orgânico se tornou o produto mais relevante da produção agroecológica do MST, sendo fornecedor, inclusive, de órgãos públicos, como ocorreu em 2013, quando passou a fornecer o produto para as escolas municipais de São Paulo:

Figura 67 – MST vai fornecer alimentos orgânicos para escolas de SP



Fonte: <<https://exame.com/brasil/mst-vai-fornecer-alimentos-organicos-para-escolas-de-sp/>>

O que se vê a partir daí é um crescimento dos investimentos na produção agrícola dos camponeses e das cooperativas, chegando à casa dos milhões em investimentos, tal como ocorreu no Paraná, em que a rede de cooperativas recebeu investimentos na casa de 07 milhões de reais, destinados pelo Governo Federal:

Figura 68 – Qualificação de Gestão



Fonte: <<https://mst.org.br/2013/02/21/cooperativas-do-pr-terao-investimentos-de-r-7-mi-para-qualificacao-de-gestao/>>

Vejamos trecho da notícia divulgada pelo MST sobre tais recursos:

A rede cooperativada para transformação e agregação de valor aos produtos da Reforma Agrária no Paraná, receberá investimentos do governo federal para a qualificação da gestão. Nesta semana, foram iniciados os trabalhos de assessoria e

consultoria técnica para elaboração e execução de projetos nas atividades de agroindustrialização e comercialização, em 14 cooperativas de 13 municípios do estado para os próximos três anos.⁸²

Cabe mencionar, no entanto, que nem todas as políticas voltadas aos pequenos agricultores se mostravam efetivas neste momento cronológico, visto que programas de financiamento, como o PRONAF, se tornaram, na visão do MST limitados e incapazes de atender ao crescimento do Movimento:

O PRONAF vive sua fase de esgotamento como política pública massiva de ascensão social, mudança do modelo tecnológico em direção da agroecologia e universalização do acesso. Nos últimos anos o Pronaf foi sequestrado pela lógica bancária, transformou-se em formas de transferência de lucros para as indústrias de tratores e máquinas agrícolas, de agrotóxicos, de adubos químicos e multinacionais das sementes transgênicas. Afastou-se da lógica camponesa e fortalece o agronegócio da classe média rural e da indústria de venenos. Diante desta realidade, o Movimento dos Pequenos Agricultores elaborou, discutiu e consolidou uma proposta ampla e global para o desenvolvimento da agricultura camponesa, uma meta síntese e uma estratégia de transformação: O PLANO CAMPONÊS.⁸³

Ocorre que mesmo com a existência de crises financeiras, recessões em outros setores, o MST galgou seu espaço no mercado agrícola com planejamento e estruturação, de modo que o crescimento se tornou uma constante, vejamos publicação de 2017:

Figura 69 -Cooperativa do MST Planejamento Econômico



Fonte: <<https://mst.org.br/2017/08/03/cooperativa-do-mst-aposta-em-planejamento-estrategico-para-enfrentar-crise-economica/>>

Vejamos trecho da matéria:

⁸² MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cooperativas do PR terão investimentos de R\$ 7 mi para qualificação de gestão.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2013/02/21/cooperativas-do-pr-terao-investimentos-de-r-7-mi-para-qualificacao-de-gestao/>>. Acesso em 20/02/2024

⁸³ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **A Hora e a Vez de um Programa Camponês.** Disponível em <<https://mst.org.br/2015/03/23/a-hora-e-a-vez-de-um-programa-campones/>>. Acesso em 25/02/2024

O enfrentamento da crise econômica por meio do planejamento estratégico tem sido prioridade para a Cooperativa dos Trabalhadores Assentados da Região de Porto Alegre (Cootap), que tem sua sede administrativa no Assentamento Integração Gaúcha, no município de Eldorado do Sul, a 16 quilômetros da Capital do Rio Grande do Sul. Uma das medidas adotadas é a busca de novos mercados para a comercialização de alimentos das 1600 famílias associadas.⁸⁴

O planejamento estratégico das cooperativas surtiu efeito e várias organizações ligadas ao MST ganharam destaque no seu ramo de atuação, se tornando referências e maiores produtores internacionais, como é o caso que ocorre com o arroz orgânico produzido no sul do país que, desde 2017 se destaca:

Figura 70 -MST maior produtor de arroz orgânico da América Latina



Fonte: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39775504>>

O que se percebe com a análise das notícias veiculadas pelos portais de notícia e pelo próprio MST em seus meios de comunicação oficiais, é uma atuação empresarial estabelecida em alguns ramos agrícolas, com a ocupação de um espaço importante no mercado agropecuário.

⁸⁴ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cooperativa do MST aposta em planejamento estratégico para enfrentar crise econômica.** Disponível em: <<https://mst.org.br/2017/08/03/cooperativa-do-mst-aposta-em-planejamento-estrategico-para-enfrentar-crise-economica/>>. Acesso em 20/02/2024.

No entanto, o que se vê também e foi objeto inclusive de notícia na revista “Valor” é um abandono das reivindicações por assentamentos no discurso do MST e uma diminuição de informações sobre invasões de terras, tal como ocorrida nos primórdios do Movimento:

O MST deixou as invasões de terra em segundo plano e tem se concentrado nos negócios. Cooperativas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra produzem pelo país toneladas de grãos, além de frutas e hortaliças, leite e suco de uva, entre outros itens. Famílias assentadas são sócias de marcas próprias, têm gestão profissionalizada e vendem para governos e grandes redes varejistas, no país e no exterior.⁸⁵

Tal perspectiva, do abandono das disputas de terras é reafirmada por integrante da Diretiva Nacional do MST, Kelli Mafort para a revista “Valor Econômico” - “Nossa prioridade política em 2019 não foi ocupação de terras, foi a venda direta de alimentos por meio das feiras”.

Importante avaliar qual reflexo desta mudança do perfil de atuação nacional do MST no número de assentamentos e famílias assentadas no período:

Figura 71 – Quantitativo de Projetos de Assentamentos 2011-2022

PROJETOS ASSENTAMENTO IMPLANTADOS - GERAL				
Ano	Qtde Proj.	Área (ha)	Capac. Fam.	Fam. Assentadas
2011	110	1.866.887,2573	9.479	7.015
2012	117	333.218,4682	7.568	6.478
2013	137	320.776,5502	13.228	10.881
2014	146	412.682,9679	10.683	8.711
2015	81	207.797,7497	5.573	2.740
2016	26	25.224,5011	931	138
2017	29	46.378,8518	1.917	924
2018	80	592.096,0243	8.952	3.758
2019	3	226.693,0442	663	203
2020	6	3.871,0010	221	31
2021	17	52.813,8856	1.099	473
2022	13	27.829,8516	841	176
Total	765	4.116.270,1529	61.155	41.528

Fonte: INCRA

No período em análise (doze anos) vê-se que foram 765 projetos implementados pelo Governo Federal, para assentar 41 mil famílias. Mas se comparado com períodos (2003/2006) o número é extremamente inferior, no período de três vezes menor foram implementados 2.288 projetos.

⁸⁵ SOUZA, Marcos de Moura e. Aumenta a produção de alimentos de cooperativas vinculadas ao MST. **Valor Econômico**. 2019. Disponível em <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/aumenta-a-producao-de-alimentos-de-cooperativas-vinculadas-ao-mst.ghtml>>. Acesso em 20/02/2024.

A realidade de uma atuação mais discreta também se reflete no número de decretos desapropriatórios do período (2011/202) em que os números são pequenos e pouco chamativos, havendo anos zerados em decretos:

Figura 72 - Quantitativo de Decretos Desapropriatórios 2011-2022



Fonte: INCRA

Noutra senda, o que se percebe nas pesquisas é um aumento acentuado do quantitativo de cooperativas postas em funcionamento e ligadas ao MST, para a produção e escoamento de produtos agropecuários.

Verificou-se que em 2011 o MST contava com 130 cooperativas, ao passo que em 2023 as cooperativas já representavam 160 das entidades, além de agroindústrias, associações, etc.

Vejam os trechos da matéria publicada no site do MST:

Atualmente o MST conta com 160 cooperativas do campo, 120 agroindústrias e 1900 associações em todo o Brasil, que atuam no fortalecimento da solidariedade Sem Terra e promovem melhorias na produção dos assentamentos, além de estabelecer relações de trabalho mais igualitárias e melhorar a renda das famílias assentadas.⁸⁶

Vale, mais uma vez, a citação da Revista “Valor”:

O fato é que, com o passar dos anos, o MST se converteu em um movimento formado sobretudo por pequenos e médios proprietários de terra. São famílias que obtiveram suas áreas por meio da política de reforma agrária e que, assentadas, se dedicam à produção de alimentos.⁸⁷

⁸⁶ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cooperativas do campo melhoram condições de vida em assentamentos**. 2023. Disponível em: <<https://mst.org.br/2023/03/05/cooperativas-do-campo/>>. Acesso em 25/02/2024.

⁸⁷ SOUZA, Marcos de Moura e. Aumenta a produção de alimentos de cooperativas vinculadas ao MST. **Valor Econômico**. 2019. Disponível em <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/aumenta-a-producao-de-alimentos-de-cooperativas-vinculadas-ao-mst.ghtml>>. Acesso em 20/02/2024.

Os números atuais do MST estão estampados no site do Movimento, na aba “nossa produção”:

Figura 73 - Quantitativo de indústrias do MST



Fonte: <<https://mst.org.br/nossa-producao/>>

Sem dúvidas, os números angariados na pesquisa mostram que o trabalho das cooperativas do MST é um caso de sucesso, visto que se tornaram entidades privadas com alta produtividade e com capacidade de gerar riquezas substanciais para aquelas famílias cooperadas. Vejamos o diagnóstico de algumas das cooperativas do MST, elaborado pela Revista Valor, referente à 2019:

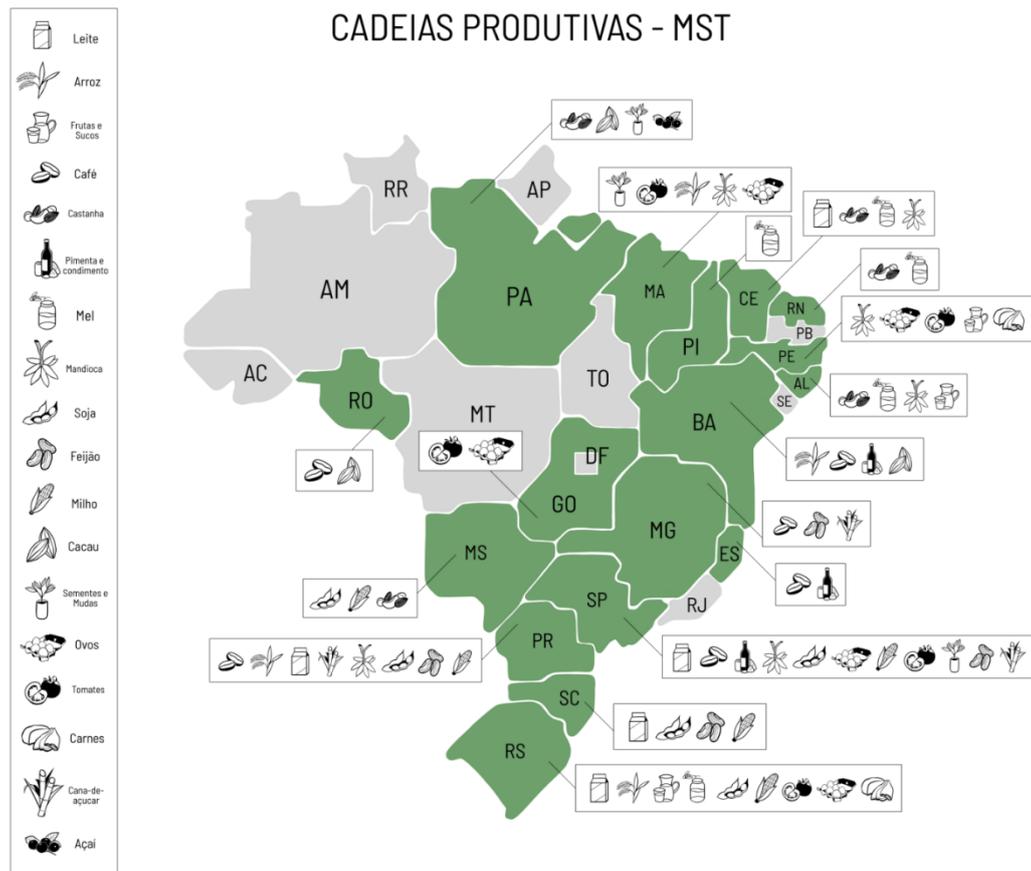
Figura 74 - Grupos de famílias de assentados conquistam mercados no país



Fonte: <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/aumenta-a-producao-de-alimentos-de-cooperativas-vinculadas-ao-mst.ghtml>>

De igual modo, oportuno trazer o mapa da cadeia produtiva do MST, contido na aba “nossa produção” do site oficial do MST:

Figura 75 – Mapa da Cadeia Produtiva do MST



Fonte: MST

Denota-se do mapa que o MST possui produção ampla em praticamente todo o país, com exceção 06 Estados brasileiro e o Distrito Federal.

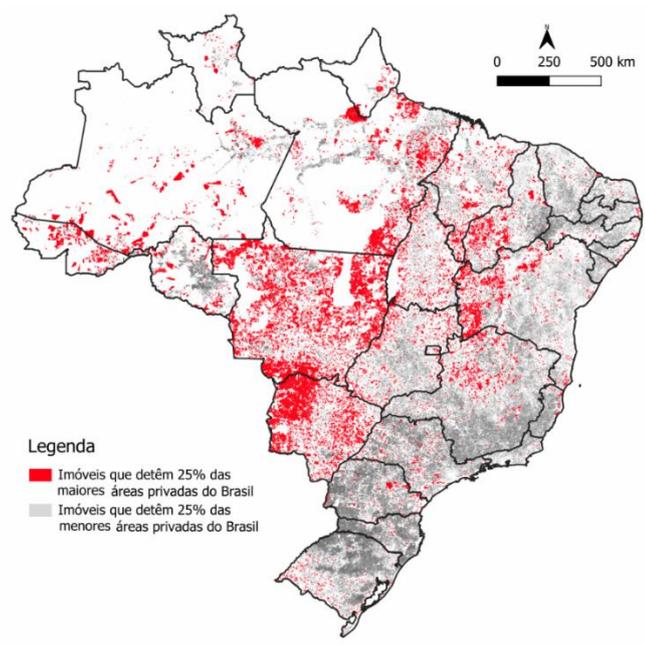
Percebe-se ainda que a produção mais vasta de produtos está no Sul do país, demonstrando a força histórica da região para o Movimento.

Vê-se, nitidamente, uma grande circulação de riquezas, além de um quantitativo expressivo de famílias produtivas (4.195) em diversos setores (lácteos, arroz, sucos, etc.).

Posto isso, é perceptível que as notícias e divulgações de invasões de terras se tornaram mais escassas, não pela resolutividade da problemática de reforma agrária, mas sim pela mudança de perfil institucional do MST, as famílias sem acesso à terra continuam existindo, o que houve foi a mudança da forma de comunicação.

Em 2018, conforme jornal "Brasil de Fato" o Brasil possuía 2 mil latifúndios, ocupando uma área de 04 milhões de propriedades rurais, ou seja, os latifúndios permanecem existindo e famílias sem o acesso à terra também. O mapa abaixo evidencia tal problemática:

Figura 76 – Desigualdade da Distribuição de Terras no Brasil



Fonte: <<https://www.idace.ce.gov.br/2020/05/13/estudo-mostra-o-mapa-da-desigualdade-da-distribuicao-de-terras-no-brasil/>>

Posto isso, verifica-se, portanto, que a problemática da reforma agrária não fora resolvida, tanto é que invasões continuam ocorrendo, tal como aconteceu em 2023 no Estado da Bahia, com a invasão, por 500 famílias, da Fazenda Mata Verde.

Figura 77 -MST ocupa terras improdutivas na Bahia

Brasil de Fato
— UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO —

Início Opinião Política Direitos Humanos Cultura Geral Saúde Internacional Especiais Rádio Podcast

Mais de 500 famílias camponesas do MST ocupam terras improdutivas na Bahia

Ações fazem parte da Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Reforma Agrária do MST

Nara Lacerda
Brasil de Fato | São Paulo (SP) | 23 de abril de 2023 às 16:28

Ouça o áudio:

03:03

Em 2022, famílias foram despejadas da Fazenda Mata Verde e tiveram plantações e moradias destruídas - MST BA

Fonte: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/04/23/mais-de-500-familias-camponesas-ocupam-terras-improdutivas-na-bahia>>

As divulgações pelo MST passaram a não priorizar tais ações, mas sim conquistas econômicas e políticas, sendo representativa a divulgação da imagem do Vice-Presidente Geraldo Alckmin em evento do MST, com boné característico do Movimento.

Figura 78 – Geraldo Alckmin em Andradina, SP



Fonte: <<https://veja.abril.com.br/politica/como-alckmin-articula-nos-bastidores-para-atrair-o-centro-a-chapa-petista>>

Por derradeiro, em análise a esta última fase do MST, imperioso tratar, ainda que de forma breve, sobre as medidas econômicas mais recentes, tanto do Governo (Plano Safra), quanto do MST (lançamento de CRA na B3).

Partindo-se de uma ideia cronológica, interessante tratar inicialmente da medida mais impactante do MST nos últimos anos, qual seja, a captação de recursos financeiros para algumas cooperativas ligadas ao MST por meio do lançamento de um do Agronegócio (CRA) na Bolsa de Valores de São Paulo.

A medida pode ser considerada como impactante em razão da história de atuação do MST, fortemente ligada ao comunismo e em pautas anticapitalismo e, passados 40 anos de atuação oficial do MST é uma guinada para captação de recursos através do mecanismo arraigado ao capitalismo (Bolsa de Valores).

O projeto iniciou-se através financiamento popular (FINAPOPOP) encabeçado pelo economista Eduardo Moreira em 2021, como forma de alavancar a agricultura familiar camponesa.

Vejamos publicação no site do MST sobre o tema:

Figura 79 – Financiamento Popular da agricultura Familiar (Finapop)



Fonte: <<https://mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/>>

Interessante também destacar os resultados angariados com a iniciativa:

Em operação inédita, em duas semanas, foi possível captar 17,5 milhões de reais em benefício direto à produção de 7 cooperativas e mais de 13 mil famílias assentadas. (...)

A operação histórica, ainda permitiu que pessoas pudessem investir a partir de R\$100, reafirmando o caráter popular do financiamento Finapop. Para Eduardo, o ideal seria que os bancos públicos, como a Caixa ou Banco do Brasil liderassem operações como esta, “o que dificilmente vai acontecer com este governo que está aí...”, destaca Moreira, falando das expectativas que fariam as próximas operações serem ainda maiores.⁸⁸

Os recursos angariados com a iniciativa na B3 foram destinados a ampliar a capacidade de produção de sete cooperativas de leite, milho, arroz, soja, açúcar mascavo e suco de uva, nos Estados do Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

Noutra banda, ainda na esteira do financiamento da agricultura familiar, as medidas econômicas e empresariais passaram a fazer parte da pauta de discussões do MST com maior frequência, sendo veiculado tais pautas prioritariamente nos mecanismos de comunicação do Movimento. Tal conduta não foi diferente em 2023, no que concerne ao Plano Safra.

Em 28 de junho de 2023 o Governo Federal, através do Presidente Lula lançou o Plano Safra da Agricultura Familiar, política pública financeira voltada a incentivar à produção do setor agrícola. Conforme informações oficiais, serão disponibilizados 75 bilhões de reais, com aplicação de juros em taxas mais acessíveis.

⁸⁸ MOVIMENTO dos trabalhadores Rurais Sem Terra. **Finapop consolida horizontes de investimentos para a agricultura familiar camponesa**. 2021. Disponível em: <<https://mst.org.br/2021/10/28/finapop-consolida-horizontes-de-investimentos-para-a-agricultura-familiar-camponesa/>>. Acesso em 23/02/2024.

A medida governamental ganhou repercussão junto ao MST, visto que os agricultores vinculados ao Movimento e já estabelecidos no mercado serão beneficiados com tais recursos. Vejamos trecho veiculado no site do MST:

Segundo as primeiras informações divulgadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o pacote do Plano Safra da Agricultura Familiar para o período 2023/2024 deverá incluir compra de maquinário, incentivo a práticas sustentáveis e o lançamento de linhas de crédito voltadas especificamente para mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, entre outras medidas⁸⁹.

O projeto foi objeto de comemoração por parte do MST, na ocasião do seu lançamento:

Figura 80 -Plano Safra apoia agricultura familiar



Fonte: <<https://mst.org.br/2023/06/28/plano-safra-traz-apoio-inedito-a-agricultura-familiar-confira-expectativas-e-desafios-do-setor/>>

Ocorre que, com o aprimoramento da política, o que se viu foi um baixo incentivo à agricultura familiar e um maior incentivo aos produtores de grande porte, tal como constatado pelo próprio Movimento meses depois: *“Partilha injusta do Plano Safra revela os dois lados da mesma moeda - Enquanto agronegócio receberá 364,22 bilhões, agricultura familiar terá 77,7 bilhões, menos de 18% do total”*.

Com as inserções acima mencionadas, a mudança das pautas da cúpula e de parte do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra fica nítida, com o passar dos anos, passando

⁸⁹ SAMPAIO, Cristiane Plano Safra traz apoio inédito à agricultura familiar: confira expectativas e desafios do setor. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/28/plano-safra-traz-apoio-inedito-a-agricultura-familiar-confira-expectativas-e-desafios-do-setor/>>. Acesso em 23/02/2024.

de um movimento reivindicante de acesso à terra, para um movimento de atuação econômica e política.

CONCLUSÃO

Tal como proposto no início desta pesquisa, a intenção era realizar um acompanhamento da evolução da organização da luta dos trabalhadores rurais pelo acesso à terra e a evolução organizacional do MST, foram considerados os anos que antecederam a efetiva criação do MST e as ações posteriores à criação do Movimento.

Durante a avaliação histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a pesquisa teve como recorte temporal o interregno de 1954 até os dias atuais, tendo como enfoque e bases principais o discurso institucional do Movimento, por meio das publicações realizadas em jornais, editoriais, sites e grandes veículos de imprensa, conjugando esses elementos às medidas de governança públicas implementadas pelos diversos governos que perpassaram pelo Poder Executivo e Legislativo neste período.

De igual modo, é certo que os fatores econômicos que circundam a atuação dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais também foram elementos significativos para a presente pesquisa, que focou, em partes, na atuação das cooperativas ligadas ao MST e aos novos meios de arrecadação de recursos financeiros para a subsistência dos agricultores e do próprio movimento, por via oblíqua.

Toda a avaliação acima mencionada foi necessária para a verificação, dentre outros pontos, da existência de uma possível divergência e dissonância entre as ações adotadas pela cúpula do MST e a realidade enfrentada pelos pequenos agricultores na lida diária.

Iniciou-se a pesquisa fazendo uma revisão bibliográfica sobre toda a evolução histórica da luta camponesa e o que se percebeu com as análises dos autores que trataram da temática em outras ocasiões é que o Brasil, historicamente, é um país que adotou medidas sociais e governamentais que evitaram e até mesmo impediram que uma distribuição igualitária de terras fosse realizada entre os agricultores.

O que se notou, desde a partida da pesquisa, até mesmo com a análise do arcabouço jurídico, é que a manutenção de latifúndios era priorizada pelos Governos e pela Legislação.

Além disso, a própria legislação do século XIX buscava evitar a reforma agrária e até mesmo punir aqueles que se insurgissem contra a propriedade pertencente à elite, mesmo que as terras se mostrassem improdutivas.

A Lei de Terras de 1850 trouxe esses mecanismos jurídicos de salvaguarda das grandes propriedades, de forma a inviabilizar qualquer tentativa de reivindicação de melhoria na igualdade e equidade na distribuição de terras.

Também foi possível identificar um elemento externo que atuou de forma contínua nos entraves e reivindicações da reforma agrária, isto é, a participação de instituições religiosas passa a ter grande importância. No entanto, verificou-se a inexistência, nesse período de um movimento organizado para atuação em favor da redistribuição da terra, havendo atuações isoladas de trabalhadores rurais. A mesma realidade foi verificada nos anos que sucederam (início dos anos 1900 até o meio do século).

Entretanto, a partir dos anos de 1950, a pesquisa identificou a formatação de movimentos minimamente organizados para a atuação em favor da reforma agrária, sendo o movimento de maior destaque, para aquele momento, o MASTER (Movimento de Agricultores Sem Terra), com atuação prioritariamente na região Sul do país, especialmente, no Rio Grande do Sul.

Com a formatação de um movimento passou-se a verificar uma aproximação dos atores do MASTER, dos atores políticos da região, e também das questões de políticas públicas. O que se pôde perceber foi um apoio político de Leonel Brizola em contra ponto da atuação repressiva de outros governantes ligados à elite agrária.

É possível identificar ainda, uma tendência de atuação estritamente na luta pela terra, sem que questões outras, como meio ambiente, angariação de recursos financeiros, questões sociais, etc., fossem objeto de debate pelo MASTER, diferindo-se, nesse ponto, da atuação que se veria mais adiante.

De igual modo, foi imperioso na pesquisa que, o MASTER foi o principal movimento que deu origem ao MST, que surgiu efetivamente em 1984.

Com o surgimento do MST, atuação pela reforma agrária toma novos contornos, passando a haver, desde o início, uma busca por uma atuação organizada e uniforme em todos as localidades que aderiram ao Movimento.

Tal organização e uniformidade é percebida pelas publicações institucionais realizadas pelo MST, direcionada aos assentados.

O que se viu foi uma atuação multiplataformas desde o início do Movimento, com a publicação mensal do Jornal Sem Terra, que tinha o objetivo de trazer aos colonos, assentados e trabalhadores rurais informações sobre as movimentações reivindicatórias, invasões realizadas e discussões governamentais que ocorriam.

Para além do Jornal Sem Terra, também foram publicados, periodicamente, boletins informativos e cadernos de formação, sendo este último um mecanismo utilizado para “capacitar” os trabalhadores sobre como o Movimento deveria funcionar em cada uma das

regiões, estabelecimento hierarquias e organogramas internos e, mais adiante, organização das cooperativas.

O que se viu também foi uma acentuada mudança de perfil de atuação com o passar dos anos, deixando de reivindicar somente questões ligadas à reforma agrária, mas passando a atuar, também, em questões sociais, mas também questões ambientais, defesa da mulher trabalhadora, questões econômicas e também questões políticas, com uma tendência ao apoio de governantes de ideologia mais à esquerda.

As informações angariadas por meio da revisão bibliográfica (capítulo primeiro) são corroboradas no momento da coleta e análise de dados (quarto capítulo), visto que se vislumbrou nas publicações institucionais do MST, com o passar dos anos, uma mudança do perfil de publicações e que essa mudança de atuação surtiu efeitos positivos em diversas ocasiões.

Os dados coletados sobre o quantitativo de decretos desapropriatórios e de famílias assentadas demonstra que, nos primeiros anos de atuação do MST o discurso adotado se mostrava forte e com uma incisiva, gerando um maior número de assentados.

Entretanto, o que se percebeu foi uma sensível mudança *interna corporis* no MST, com o tempo, causando, certamente, uma dissonância interna entre o que prega o Movimento e o que almejam os trabalhadores rurais. Explica-se, viu-se nas publicações mais recentes (anos 2000 em diante) um absoluto incentivo às questões econômicas dos trabalhadores rurais, com fortalecimento das cooperativas e da busca por recursos financeiros para serem implementados na produção agrícola.

Tal medida poderia se mostrar favorável ao Movimento, visto que a subsistência dos trabalhadores depende, necessariamente, da venda e escoamento da produção. No entanto, é certo que somente parcela dos trabalhadores lograram êxito em conquista ao acesso à terra para produzir, outros tantos ainda carecem da implementação destas medidas governamentais e, o que se viu, foi um aumento dos latifúndios e uma diminuição do número de decretos desapropriatórios e de famílias assentadas, sem que isso transparecesse nas publicações do MST.

Diversamente disso, o que mais se viu, nas publicações derradeiras, foi o elevado padrão de escoamento de produtos como arroz, leite, etc. por cooperativas, que passaram a ocupar importante papel no mercado, bem como constantes publicações sobre o CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) e o Financiamento Popular (FINAPOPOP) para arrecadação de fundos para as cooperativas, além da preocupação com novos mecanismos que podem vir a ser implementados futuramente.

Publicações sobre invasões realizadas se tornaram cada vez mais escassas, embora estas continuem acontecendo em determinadas localidades, como o caso da Bahia, colacionado na pesquisa.

Posto isso, restou evidenciada, de forma clara, a mudança de perfil de atuação do MST, o que gera, possivelmente, desconforto com os trabalhadores rurais que ainda se encontram no interior do Brasil sem ter acesso à reforma agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A Máquina Empresarial do MST. **Isto é Dinheiro**. 06/08/2003. Disponível em: <<https://istoedinheiro.com.br/a-maquina-empresarial-do-mst/>>.

BALDIN, Fabiana; ORSO, Paulino José. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra- MST - Educação em Movimento. **Revista Histedbr on-line**, Campinas, nº 50 (especial), p. 275-285, mai.2013.

BOLETIM Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra, 2000. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=4096>>.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ, 1934, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1967, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm>.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988, Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. Lei Nº 601, 1850, art. 2º, caput. **Secretaria de Estado dos Negócios do Império**. Rio de Janeiro, RJ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm#:~:text=L0601%2D1850&text=LEI%20No%20601%2C%20DE,sem%20preenchi%20das%20condi%C3%A7%C3%B5es%20legais>.

BRASIL, Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1992. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18629.htm>.

BRASIL, Lei Complementar Nº 93, de 04 de fevereiro de 1988. Institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra - e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp93.htm>.

BRASIL, Decreto nº 11.585, de 25 de junho de 2023. Regulamenta a Lei Complementar nº 93, de 4 de fevereiro de 1998, que institui o Fundo de Terras e da Reforma Agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11585.htm>.

CARTA de Apresentação. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade aos Agricultores Sem Terra**, 1981. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2985>>.

CASADO, Deise Donatoni. **Análise da definição da agenda do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no governo FHC**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Guarulhos, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/47651?locale-attribute=es>>.

CERTIFICADO de Recebíveis do Agronegócio. **Títulos Privados**. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-fixa/certificado-de-recebiveis-do-agronegocio.htm>.

CHIABOTTO, Cristian Da Cruz; MONTAGNER, Rosangela. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): narrativas, memórias e histórias na luta pela terra. **Revista Nera**, v. 24, n. 57, p. 210–231, 2021. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8502>>.

COELHO, Fabiano. Descaso com a Reforma Agrária e Repressão Contra os Movimentos Sociais: representações do MST sobre Collor (1990-1992). **Antíteses**, vol. 10, núm. 19, enero-junio, 2017, pp. 311-331 Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

COELHO, Fabiano. Folhear e Refletir: MST e Educação (1984 – 1990). v. 5 n. 8. 2011: **Ponta de Lança**: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura. Brasil.

COLETTI, Claudinei. **A Trajetória Política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**, p. 16, 2005. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNICAMP-30_b2734bde39ad6ba5c8f840cb83e80f2a>.

CORONEL, Daniel Arruda; ILHA, Adayr da Silva; LEONARDI, Alex. apud PRIEB, Sérgio. **Os Movimentos Sociais Do Campo No Rio Grande Do Sul e a Reforma Agrária: do Master ao MST**. 2009, p. 11, 13, 37. Disponível em: <<https://biblat.unam.mx/hevila/Perspectivascontemporaneas/2009/vol4/no2/1.pdf>>.

CUNHA, Joana Tavares Pinto. **De boletim a Jornal Sem Terra: história, prática e papel na constituição do MST**. 2013, p. 80. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-17112014-095943/publico/JoanaCunha.pdf>>.

DEMOCRACIA e Mundo do Trabalho. 2013-2023. Disponível em: <<https://www.dmtemdebate.com.br/24-de-junho-de-1960-e-fundado-o-movimento-dos-agricultores-sem-terra-master-importante-marco-na-luta-dos-camponeses-do-sul-do-brasil/>>.

EM duas semanas, cooperativas ligadas ao MST captam R\$ 17,5 mi para a agricultura familiar. **Brasil de Fato**. São Paulo. 15/09/2021. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2021/09/15/em-duas-semanas-cooperativas-ligadas-ao-mst-captam-r-17-5-mi-para-a-agricultura-familiar>>.

ESTILO Lula. **O Estado de São Paulo**, 2018 São Paulo, <<https://www.estadao.com.br/internacional/olhar-sobre-o-mundo/estilo-lula>>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a luta pela reforma agrária no Brasil**. Set. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/praxis/105/O%20MST%20e%20a%20luta%20pe%20la%20reforma%20agr%C3%A1ria%20no%20Brasil.pdf?sequence=1#:~:text=Dessa%20forma%20os%20sem%20terra,eram%20herdeiros%20da%20resist%C3%Aancia%20camponesa>>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Políticas de Assentamentos Rurais e Luta pela Terra do MST**. Disponível em: <<https://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/bernardoengamesaredonda.pdf>>.

GOVERNO FHC: Quatro anos de enrolação! **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**, 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3815>>.

IMPACTOS dos Assentamentos - **Um Estudo Sobre o Meio Rural Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/23-impactos-dos-assentamentos-um-estudo-sobre-o-meio-rural-brasileiro.pdf>>.

INCRA. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Disponível em: <<https://www.gov.br/incra/pt-br>>.

JORNAL da Constituinte nº 46. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/Constituicoes_Brasileiras/constituicao-cidada/publicacoes/Jornal%20da%20Constituinte>. Acesso em: 20/07/2023.

MAIS de dois mil colonos cobram promessas do governo gaúcho - "Queremos Terra Aqui". **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra**. 1983. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2947>>.

MARCONI, Ivan Cesar; SANTOS, Luiz Miguel Luzio. Apud Del Ri, Neuza Maria; Vieitez, Candido Giraldez. **Cooperativismo no MST: o caso da COPRAN**. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/inter/a/YGr93hmrBY8Cp9V8jGTNGZP/?lang=pt#ModalTutors>>.

MEDEIROS. Leonilde Servolo de. **Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe**. Disponível em: <<https://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/quatro/leo4.htm>>.

MENDES, Gilmar Ferreira; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de Direito Constitucional**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MILARÉ, Édís. Direito do ambiente. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 2000.

MIRANDA, Roberto de Sousa; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. **A estrutura organizacional do MST: lógica política e lógica prática**. Ag. 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/m5mjPpcTgND4GWp6bjyFzfh/#>>.

MOVIMENTO dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Disponível em: <<https://mst.org.br>>.

NATUSCH, Igor. **21 de janeiro de 1984: tem início o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marco na fundação do MST.** 2022. Disponível em: <<https://www.dmtmdebate.com.br/21-de-janeiro-de-1984-tem-inicio-o-1-encontro-nacional-dos-trabalhadores-rurais-sem-terra-marco-na-fundacao-do-mst/>>

NETO, Antônio Júlio de Menezes. **Além Da Terra: A Dimensão Sociopolítica do Projeto Educativo do MST.** Trabalho de Doutorado – Universidade de São Paulo, p. 16, 70, 72, 73, 79, 2001. Disponível em: <http://bdae.org.br/bitstream/123456789/514/1/Antonio_Julio_de_Menezes_Neto.pdf>.

NOVA Tecnologia nos Assentamentos. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra.** 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=3901>>.

NOVAES, Henrique Tahan; PIRES, João Henrique Souza. O Papel Educativo das Cooperativas do MST de São Paulo e Seus Limites. 2021, **Revista Pegada.** Vol. 22, nº 2, p. 190.

O Jogo do Constituinte. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra,** 1988. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=615>>.

OLIVEIRA, Luciana Aparecida Aliaga Ázara de. **A forma política do MST** - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP [s. n.], 2008

OS presidiáveis e os Trabalhadores. **Boletim Informativo da Campanha de Solidariedade Aos Agricultores Sem Terra,** 1989. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=2397>>.

PACIFICO, João Paulo. Como cooperativas ligadas ao MST já captaram mais de R\$ 20 milhões na Bolsa. **Portal UOL.** São Paulo. Out. 2023. Disponível em: <www.uol.com.br/ecoa/colunas/opiniaio/2023/11/29/como-cooperativas-ligadas-ao-mst-ja-captaram-mais-de-r-20-milhoes-na-bolsa.htm?cmpid=copiaecola>.

PEREIRA, Thaylize Goes Nunes. **O MST e as Políticas de Reforma Agrária no Governo Lula: Relatos Oraís da Luta pela Conquista e pela Permanência na Terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas.** Trabalho de Mestrado - Universidade Estadual Paulista, p. 98-99, 2016, Marília, SP. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9db5b956-1d52-4e6b-9a40-d03552f4aa19/content>>.

PESCHANKI, João Alexandre apud FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000, p.85.

PROGRAMA Nacional de Reforma Agrária. 2002.

QUINTELLA, Sérgio. **Revista Veja.** Jul. 2022. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/como-alckmin-articula-nos-bastidores-para-atrair-o-centro-a-chapa-petista>>.

RAUBER, Maiara. A notoriedade das ocupações Macali e Brilhante é histórica. **Brasil de Fato.** Porto Alegre. 2019. Disponível em: <brasildefato.com.br/2019/09/19/a-notoriedade-das-ocupacoes-macali-e-brilhante-e-historica>.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: Reorganização Político-Territorial dos Assentamentos e a Consolidação do Sistema Cooperativista dos Assentados.** Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1497/1463>>.

RODRIGUES, Elizeth Aparecida Carvalho. **Investimento com propósito: A captação de recursos no mercado de capitais realizada por cooperativas agrícolas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** 2022. Disponível em: <https://repository.ufrpe.br/bitstream/123456789/3888/1/tcc_elizethaparecidacarvalhorodrigues.pdf>.

RONCAGLIA, Daniel. TCU lista processos sobre repasse de dinheiro ao MST. **Consultor Jurídico (CONJUR).** Fev. 2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-fev-26/tcu-lista-processos-tratam-repasse-dinheiro-mst/>>.

ROSSETTO, Luciana. Assentamento do MST no Paraná produz e exporta cachaça para a Europa. **Portal G1**. São Paulo, Set. 2009. Disponível em: <<https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1288744-5598,00-ASSENTAMENTO+DO+MST+NO+PARANA+PRODUZ+E+EXPORTA+CACHACA+PARA+A+EUROPA.html>>.

SÁ, Junia Nogueira de. Anatomia das Invasões. **Folha de São Paulo**. Mar. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc090305.htm>>.

SAMPAIO, Cristiane Plano Safra traz apoio inédito à agricultura familiar: confira expectativas e desafios do setor. **Brasil de Fato**. 2023. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2023/06/28/plano-safra-traz-apoio-inedito-a-agricultura-familiar-confira-expectativas-e-desafios-do-setor>>.

SILVA, Leonardo Joanes da; TATAGIBA, Luciana. MST em governos petistas: as ruas refletem protestos amenos? **Revista dos Trabalhos de Iniciação Científica da UNICAMP**, Campinas, SP, n.27, out. 2019 Disponível em: <<https://www.prp.unicamp.br/inscricao-congresso/resumos/2019P16238A13250O52.pdf>>.

SOUZA, Marcos de Moura e. Aumenta a produção de alimentos de cooperativas vinculadas ao MST. **Valor econômico**. 2019. Marcos de Moura e Souza. Disponível em <<https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2019/12/06/aumenta-a-producao-de-alimentos-de-cooperativas-vinculadas-ao-mst.ghtml>>.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava gente A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 3ª reimpressão. São Paulo/SP. Ed: Fundação Perseu Abramo. 2005. p. 17, 97.

STEDILE, João Pedro. MST: 25 anos de teimosia. **Revista Caros Amigos**. São Paulo, SP, jan. 2009. Disponível em < <https://www.assufrgs.org.br/2009/01/08/mst-25-anos-de-teimosia-artigo-de-joao-pedro-stedile/>>.

TEDESCO, João Carlos. **A ocupação da granja Macali**: marco na luta camponesa no norte do RS. Ag. 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/08/28/artigo-a-ocupacao-da-granja-macali-marco-na-luta-camponesa-no-norte-do-rs/>>.

UM novo Brasil está nascendo - Compromisso com a mudança. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, 2002. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&id=2963209457572&pagfis=4556>>.

VECINA, Cecília Cruz. O II Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula: uma análise para além do aparente. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG. 2012.

WESTIN. Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Agência Senado Federal**, ed. 71, 2020. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=Atualmente%2C%20apenas%200%2C7%25,cobrem%205%25%20do%20territ%C3%B3rio%20rural>>. Acesso em 15/01/2023.